

Cássia Regina Dias Pereira



A REFORMA MODERNIZADORA DO ENSINO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: A CONTRIBUIÇÃO DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO



Universidade Estadual do Paraná

Reitora	Salete Machado Sirino
Vice-Reitor	Edmar Bonfim de Oliveira
Chefe de Gabinete	Ivone Ceccato



Editora da Universidade Estadual do Paraná

Diretor	Luis Fernando Severo
Assessora Editorial	Anna Glauca de Moraes Vieira
Assessora Editorial	Terezinha Eckelberg

Conselho Editorial

Adilson Anacleto
Ana Carolina de Deus Bueno Krawczyk
Aurea Andrade Viana de Andrade
Bruno Flávio Lontra Fagundes
Cleber Broietti
Denise Adriana Bandeira
Fernando Henrique Lermen
Gislaine Cristina Vagetti
Jane Kelly de Oliveira
Maria Ivete Basniak
Ricardo Desidério da Silva
Rogério Antonio Krupek

Cássia Regina Dias Pereira



**A REFORMA MODERNIZADORA DO
ENSINO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII:
A CONTRIBUIÇÃO DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO**

© 2024 Universidade Estadual do Paraná

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

Equipe

Revisão gramatical e Normalização

Maciel Salles | MC&G Design Editorial

Projeto gráfico e Diagramação

Glauccio Coelho | MC&G Design Editorial

Capa

Glauccio Coelho* | MC&G Design Editorial

Fotografia de capa da sala da biblioteca de Évora do acervo da autora.

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

P48 Pereira, Cássia Regina Dias

A reforma modernizadora do ensino em Portugal no século XVIII : a contribuição de Dom Frei Manuel do Cenáculo [recurso eletrônico] / Cássia Regina Dias Pereira – Paranavaí : Edunespar, 2024.

Dados eletrônicos (PDF).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978- 65-6115-023-1

1. Manuel do Cenáculo, Arcebispo, 1724-1814. 2. Educação - Portugal - História - Séc. XVIII. 3. Reforma educacional - Portugal - História - Séc. XVIII. I. Título.

CDD23 : 371 . 82209469

Bibliotecária: Priscila Pena Machado – CRB-7/6971



DOI: 10.61367/9786561150231

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição–Não Comercial–SemDerivações 4.0 Brasil

Unespar – Universidade Estadual do Paraná
Avenida Rio Grande do Norte, 1525 | Paranavaí-PR
CEP 87.701-020 – Brasil

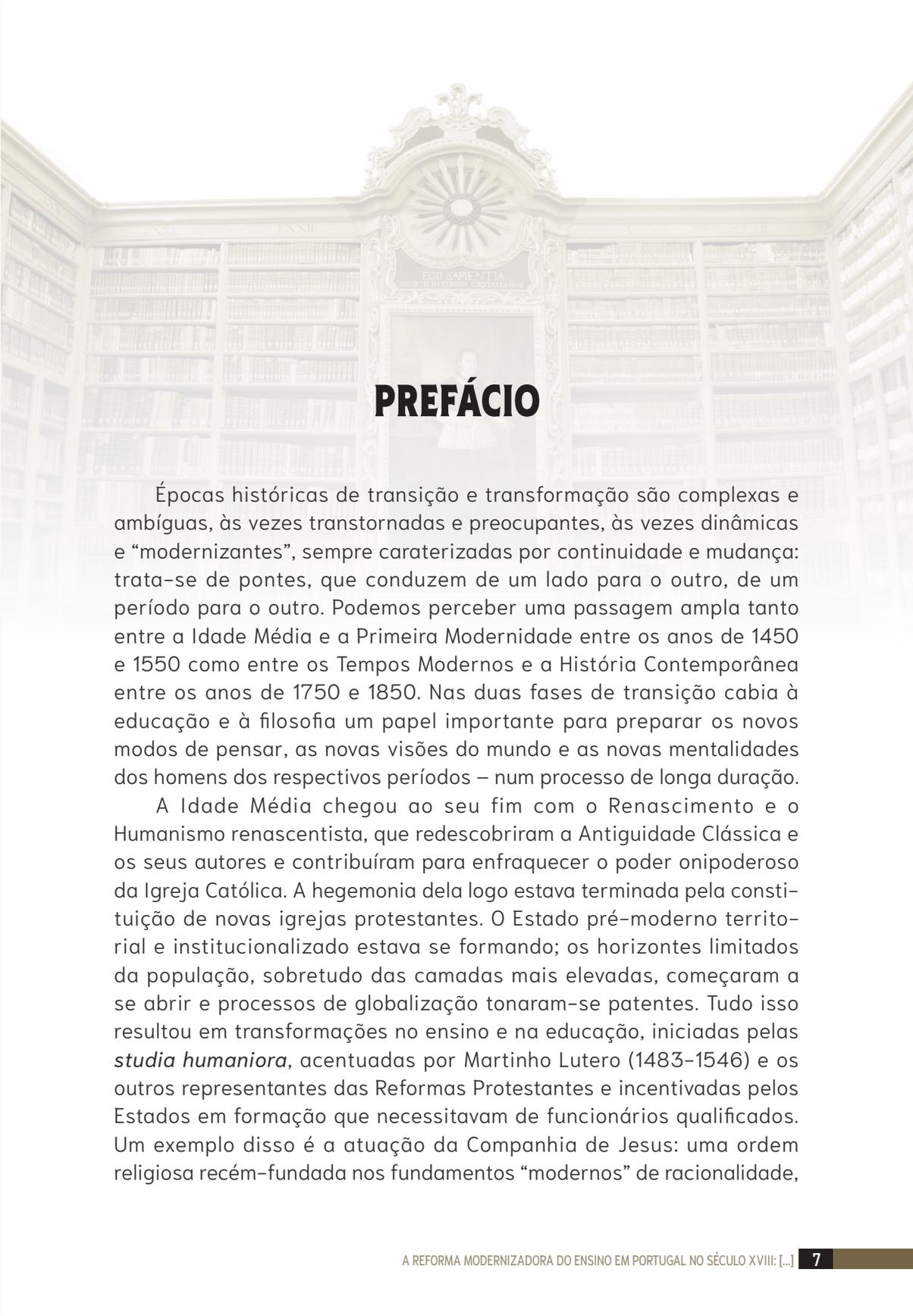
Edunespar – Editora da Universidade Estadual do Paraná
Rua Saldanha Marinho, 131, 1º andar | Curitiba-PR
CEP 80.410-150 – Brasil



SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
PORTUGAL E O MOVIMENTO MODERNIZADOR DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XVIII	13
1.1 As mudanças na condução da instrução pública em Portugal no período pombalino	25
CAPÍTULO 2	
DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINAR E O APRENDER MODERNO	39
1.1 A Reforma Geral dos Estudos Menores e a Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra	47
1.2 O bispo e seu projeto educativo e social em Beja	60

CAPÍTULO 3	
A PEDAGOGIA DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO NA OBRA CUIDADOS LITERÁRIOS	69
3.1 Cuidados recomendados para a seleção dos conteúdos de ensino e o uso do método	74
CONCLUSÃO	99
REFERÊNCIAS	106
SOBRE A AUTORA	111



PREFÁCIO

Épocas históricas de transição e transformação são complexas e ambíguas, às vezes transtornadas e preocupantes, às vezes dinâmicas e “modernizantes”, sempre caracterizadas por continuidade e mudança: trata-se de pontes, que conduzem de um lado para o outro, de um período para o outro. Podemos perceber uma passagem ampla tanto entre a Idade Média e a Primeira Modernidade entre os anos de 1450 e 1550 como entre os Tempos Modernos e a História Contemporânea entre os anos de 1750 e 1850. Nas duas fases de transição cabia à educação e à filosofia um papel importante para preparar os novos modos de pensar, as novas visões do mundo e as novas mentalidades dos homens dos respectivos períodos – num processo de longa duração.

A Idade Média chegou ao seu fim com o Renascimento e o Humanismo renascentista, que redescobriram a Antiguidade Clássica e os seus autores e contribuíram para enfraquecer o poder onipoderoso da Igreja Católica. A hegemonia dela logo estava terminada pela constituição de novas igrejas protestantes. O Estado pré-moderno territorial e institucionalizado estava se formando; os horizontes limitados da população, sobretudo das camadas mais elevadas, começaram a se abrir e processos de globalização tonaram-se patentes. Tudo isso resultou em transformações no ensino e na educação, iniciadas pelas *studia humaniora*, acentuadas por Martinho Lutero (1483–1546) e os outros representantes das Reformas Protestantes e incentivadas pelos Estados em formação que necessitavam de funcionários qualificados. Um exemplo disso é a atuação da Companhia de Jesus: uma ordem religiosa recém-fundada nos fundamentos “modernos” de racionalidade,

disciplina e obediência, inovou o sistema de ensino, os currículos e os métodos didáticos.

Os fundamentos intelectuais da passagem de transição entre 1750 e 1850 foram as ideias do Esclarecimento, defendidas por Voltaire (1694–1778) e Denis Diderot (1713–1784), Christian Wolff (1679–1754) e Immanuel Kant (1724–1804), John Locke (1632–1704) e David Hume (1711–1778). Os Estados tornaram-se, de fato, modernos, burocráticos e territoriais com fronteiras claramente definidas; as revoluções americanas (1776) e francesa (1789), haitiana (1804) e América-latinas (1809–1825) mudaram o mapa político do mundo. A sociedade ainda feudal e estruturada, hierarquicamente, por camadas sociais definidas pelo nascimento foi substituída, aos poucos, por uma sociedade burguesa, que deu mais espaço aos indivíduos na área de comércio e economia; os processos de industrialização modificaram, por sua vez, a área de trabalho e a vida social.

Em Portugal era Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (a partir de 1769), diplomata, primeiro-ministro e estadista quem contribuiu, decisivamente, para transformar e “modernizar” a monarquia portuguesa e o seu império marítimo. Convicto das ideias de razão, progresso e desenvolvimento sob controle do Estado, ele procurava adaptar Estado e sociedade de Portugal às novas condições e necessidades do seu tempo. Percebendo os defeitos na área da educação, determinada por muito tempo pela Companhia de Jesus, Marquês de Pombal optou por reformas fundamentais no sistema de ensino, para capacitar os súditos para os desafios dos novos tempos – tema específico deste estudo da professora Cássia Regina Dias Pereira.

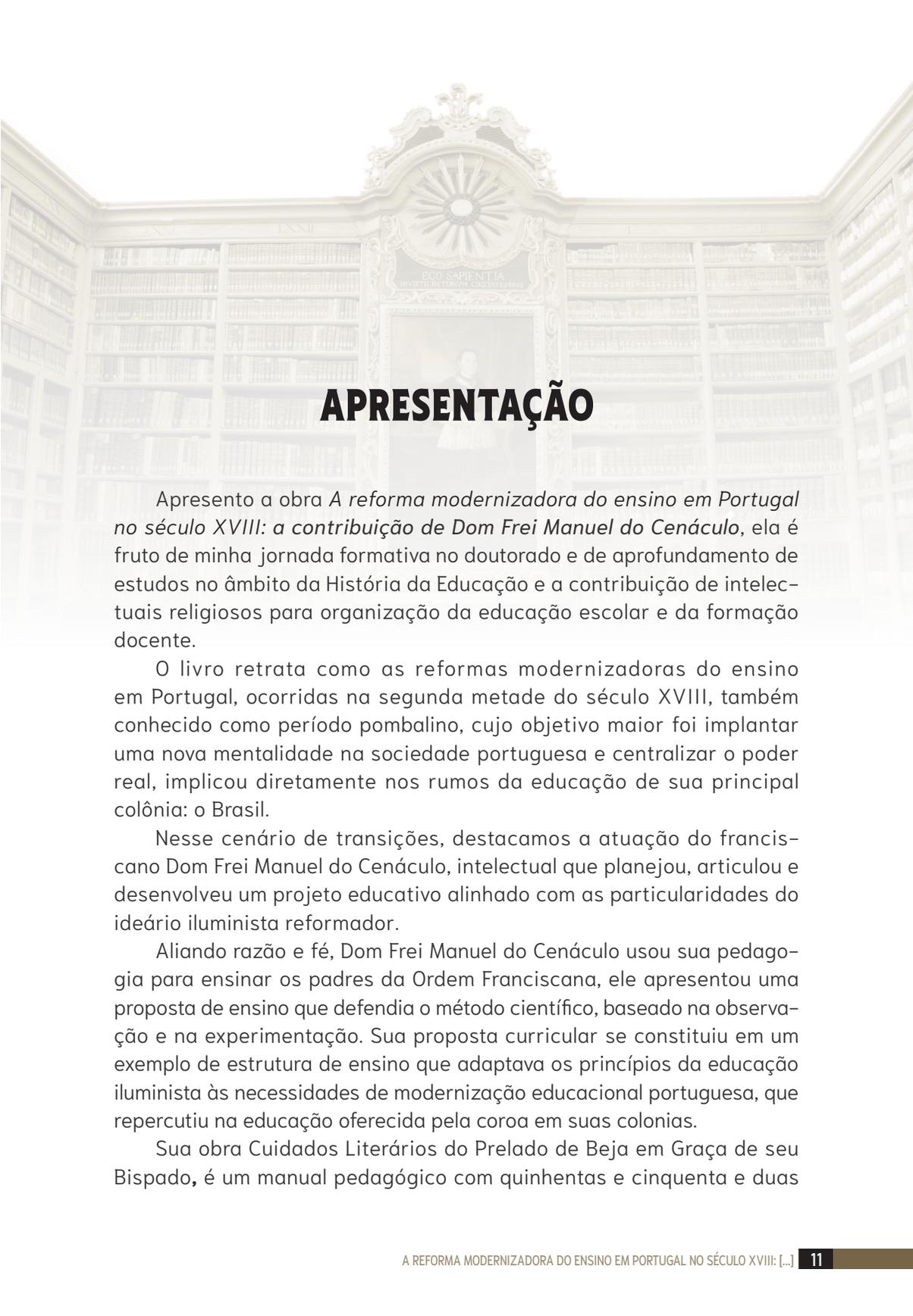
No contexto amplo das reformas pombalinas, Cássia Regina Dias Pereira, professora do colegiado do curso de pedagogia na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí, ocupa-se neste livro com “a reforma modernizadora do ensino em Portugal no século XVIII”, acentuando “a contribuição (pedagógica) de Dom Frei Manuel do Cenáculo” (1724–1814) – franciscano, intelectual erudito, alinhado às ideias do Esclarecimento católico e compartilhando com Luís Antônio Verney (1713–1792) as mesmas ideias sobre uma reforma profunda do sistema escolar em Portugal. No centro da pesquisa está a obra do Frei Manuel, intitulada “Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça de seu Bispado” (1791). A partir deste manual de instrução, dirigido aos professores, padres e outros intelectuais os quais atuavam como

interlocutores entre a ciência e a população, a autora apresenta os novos padrões didáticos e pedagógicos, defendidos pelo franciscano, que deveriam abrir o caminho para o tempo futuro ou, como Cássia Regina Dias Pereira escreve, “implantar uma nova mentalidade na sociedade portuguesa” (p. 3), habilitada para os novos desafios.

Esperamos que nosso período de transição também encontre as novas diretrizes modernizadoras que nos tornem aptos para as demandas de amanhã!

Prof. Dr. Peter Johann Mainka

Julius-Maximilians-Universität (JMU) Würzburg/Alemanha



APRESENTAÇÃO

Apresento a obra *A reforma modernizadora do ensino em Portugal no século XVIII: a contribuição de Dom Frei Manuel do Cenáculo*, ela é fruto de minha jornada formativa no doutorado e de aprofundamento de estudos no âmbito da História da Educação e a contribuição de intelectuais religiosos para organização da educação escolar e da formação docente.

O livro retrata como as reformas modernizadoras do ensino em Portugal, ocorridas na segunda metade do século XVIII, também conhecido como período pombalino, cujo objetivo maior foi implantar uma nova mentalidade na sociedade portuguesa e centralizar o poder real, implicou diretamente nos rumos da educação de sua principal colônia: o Brasil.

Nesse cenário de transições, destacamos a atuação do franciscano Dom Frei Manuel do Cenáculo, intelectual que planejou, articulou e desenvolveu um projeto educativo alinhado com as particularidades do ideário iluminista reformador.

Aliando razão e fé, Dom Frei Manuel do Cenáculo usou sua pedagogia para ensinar os padres da Ordem Franciscana, ele apresentou uma proposta de ensino que defendia o método científico, baseado na observação e na experimentação. Sua proposta curricular se constituiu em um exemplo de estrutura de ensino que adaptava os princípios da educação iluminista às necessidades de modernização educacional portuguesa, que repercutiu na educação oferecida pela coroa em suas colônias.

Sua obra *Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça de seu Bispado*, é um manual pedagógico com quinhentas e cinquenta e duas

páginas, no qual Dom Frei Manuel do Cenáculo recomenda os cuidados quanto à disciplina para o estudo, o como ensinar (o método), o que ensinar (seleção dos conteúdos), apontando para o movimento dialético da relação entre o ensino e a aprendizagem e procurando por meio de sua concepção de instrução reforçar a fé em Deus.

Como pedagogo, ele criticou o modelo de instrução e seu método, sendo que na sua concepção pedagógica de aprendizagem são considerados todos os aspectos pré-existentes que influenciam a maior ou menor desenvoltura acadêmica do aluno. Como organizador de escolas criou regulamentos e diretrizes que primaram pela uniformidade e continuidade dos níveis de estudo. A metodologia e a didática foram seus instrumentos de trabalho e centro de sua proposta de formação do professor.

Boa leitura!

PORTUGAL E O MOVIMENTO MODERNIZADOR DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XVIII

As mudanças educacionais que ocorreram em Portugal na segunda metade do século XVIII sob a influência do movimento iluminista que, em solo lusitano, assumiu uma configuração própria, na qual a perspectiva católica mostrou-se preponderante.

Nesse panorama se inseriu o projeto educativo empreendido por Dom Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas um dos representantes do modernismo português na segunda metade do século XVIII, e que em sua atuação pastoral e política promoveu a educação como meio essencial de intervenção para a reformada vida do homem em sociedade, alinhado com os princípios do iluminismo.

Cada época tem uma ideia matriz que também pode ser denominada motriz, pois ela produz a força necessária para mover as engrenagens e as expressões que se articulam para elaborar a perspectiva histórica de cada etapa do desenvolvimento social. O modo de percepção da realidade se integra na categoria da totalidade, da qual emerge a contradição.

As mudanças políticas, sociais, econômicas e educacionais ocorridas na Europa provocaram um movimento contraditório nas relações entre os defensores de um novo projeto de sociedade ancorada na razão e na ciência.

Em Portugal, na segunda metade do século XVIII, ocorreu com mais intensidade a disputa entre dois projetos de sociedade, um de herança jesuítica e de parte da aristocracia, que primava pela conservação dos privilégios da tradição. E o outro, posto em prática pelo secretário de

estado do reino de D. José I, Marquês de Pombal, visava a modernização da sociedade portuguesa.

Até aquele período a educação escolar portuguesa era gerenciada principalmente pelos jesuítas e representava um ideal religioso. No século XVIII, foi assumida aos poucos pelo Estado, que lhe conferiu novas feições de regulação teórica, metodológica e funcional com o objetivo de viabilizar um novo modelo produtivo baseado na técnica e na ciência. Em Portugal, após a expulsão dos jesuítas em 1759, o secretário de estado do reino de D. José I, criou uma direção geral dos estudos e abriu escolas primárias públicas, inserindo o reinoportuguês no caminho modernizador, de inspiração iluminista adotado pela maioria dos países europeus.¹

A característica peculiar da reforma modernizadora portuguesa centra-se no fato de que a religião permaneceu como auxiliar do processo de mudança, somente a ordem jesuíta foi excluída dele. Representantes de outras ordens presentes no reino foram chamadas para fazer parte do grupo que articulou, organizou e gerenciou a transição da sociedade lusitana para a iluminação da ciência e da razão.

A circulação e a divulgação das ideias modernizadoras, que propunham a mudança do modo de vida dos homens, foram feitas principalmente por meio de manuais, nos quais seus autores procuravam sistematizar o saber com rigor científico com a intenção de enriquecê-lo e fazê-lo progredir. Por toda a Europa circularam obras que defendiam a liberdade, a igualdade, e o uso da ciência e da razão como ferramentas essenciais para o progresso da sociedade.

Em Portugal, atendendo à peculiaridade da tradição católica do reino, o movimento reformador contou com a colaboração de pensadores católicos, que debatiam a educação inspirados pelas ideias iluministas. O Verdadeiro Método de Estudar (1746) de Luís António Verney, Cartas para a Educação da Mocidade (1760) de António Ribeiro Sanches, Testamento Político (1747) de Luís da Cunha, Plano de Estudos para Reforma da Ordem Franciscana (1769) de Dom Frei Manuel do Cenáculo, foram algumas das

1 Para o iluminista a educação é uma função social pelos seus fins, pelos seus métodos, pelos seus estabelecimentos [...]. Os homens da ilustração que se ocupavam de desenvolver o princípio da supremacia da função educativa propugnavam uma educação social para ser útil ao Estado e à sociedade, uma educação em comum – é raro que apareça mencionado o sistema precedente, da sociedade senhorial barroca, de utilizar o “aio” ou outra figura de mestre particular e, em consequência, uma educação de centros, em escolas, nos discutidos colégios, em seminários, etc. Contando com os caracteres e tendo em conta a aceção geral que recebe o princípio inspirador do despotismo ilustrado, essa educação assume uma condição homogênea, pelo menos em toda a extensão do Estado. Conferir em Maravall (1986, p. 125).

obras que subsidiaram as mudanças político pedagógicas principalmente do período pombalino.

Nesses manuais os autores abordavam principalmente a questão da instrução, sua organização, o método de ensino, a utilidade dos estudos, e a inclusão das matérias científicas nos currículos escolares. A obra *Cuidados Literários* (1791), escrita por Dom Frei Manuel do Cenáculo, é um exemplo de manual pedagógico que debateu a diversidade de temas que faziam parte do pensamento pedagógico da segunda metade do século XVIII. Esse manual evidencia como a educação foi um recurso importante naquele período histórico e tinha como um de seus objetivos viabilizar um novo projeto de sociedade, no qual a instrução escolar era uma ferramenta no processo de modernização social, para isso era necessário a reorganização dos programas escolares com base no bom método de ensino, no qual a leitura, a escrita, a história, a geografia, e a matemática, articuladas com a teologia encontravam sua substância na própria realidade racional.

Eis aqui as reflexões porque nos estudos é necessária uma desenganada vigilância para que tenham ordem e sigam bem encaminhados. [...] É necessário se buscar fundamentos e bases tais, que delas como de ponto central possa a mente humana resolver sem confusão objetos de variedade prodigiosa. Para afirmar esta ordem produziram os sábios sistemas diversos que facilmente podem ler-se nos bons livros. Enquanto merecimento das matérias desejamos que o espírito delas seja concebido em maneira que os professores formem sujeitos práticos e capazes de interessar-se com dignidade, pelo bem comum (Cenáculo, 1791, p. 548).

No século XVIII, a educação ocupou em primeiro plano a preocupação dos reis, pensadores e políticos. Nesse século denominado “Século das Luzes”, desenvolveu-se a educação pública estatal e iniciou-se a educação nacional (Luzuriaga, 1963).

As ideias pedagógicas do iluminismo projetavam fazer das artes, das ciências, da instrução e da cultura, um instrumento a serviço da felicidade e do progresso da sociedade. Seu pragmatismo idealista entrou em choque com o apego aos privilégios da tradição e do formalismo educacional, destituídos de objetivos práticos. Daí os debates sobre os métodos de ensino, os conteúdos escolares, a formação dos professores, os níveis escolares e a quem se destinava o ensino.

O século XVIII apresenta-se, aos olhos da história da educação, como um momento privilegiado para pensar a pedagogia. Se o movimento iluminista destaca-se pela proeminência que oferece ao primado da razão humana, é pelo signo da educação que se dará o engendramento dessa racionalidade matricial, diretora do otimismo expresso em um século que se pretendia veículo e condutor daquilo que se supunha ser a perfectibilidade do homem. Nessa nova distribuição dos lugares sociais, o desenvolvimento da ciência adquire nítida coloração política (Boto, 1996, p. 169).

Na segunda metade desse século ocorreu em toda a Europa uma efervescência pedagógica inspirada nas ideias divulgadas pelos filósofos franceses, entre eles, Diderot, na Enciclopédia (1750) e Rousseau, no Emílio (1763) e na *Nouvelle Héloïse* (1761). As ideias por eles defendidas agiram juntamente com as aspirações oriundas do progresso das ciências positivas e das ambições políticas dos novos Estados em expansão e das necessidades surgidas da evolução econômica (Hubert, 1967).

A laicização propunha emancipar a mentalidade da sociedade da divisão religiosa do mundo e da vida humana, ligando o homem à liberdade e ao progresso. A racionalização produziu uma revolução nos saberes, por meio do livre uso da razão. “O iluminismo caracterizou de modo orgânico e explícito um novo modelo de mentalidade com sua oposição à metafísica e seu vínculo com a ciência lógica e experimental” (Luzuriaga, 1963, p. 164).

Em Portugal a segunda metade do século XVIII destacou-se pela produção e circulação de ideias de cunho iluminista. No reino lusitano o movimento das luzes assumiu uma configuração própria, na qual a perspectiva católica mostrou-se predominante. Por razões ligadas à presença de uma tradição intelectual cristã e católica, adversa aos princípios do ateísmo e do materialismo que se vinham firmando tanto na Inglaterra como na França (Mattoso, 1998).

A inserção de Portugal no contexto moderno europeu do século XVIII foi marcada pela luta que se travou entre o “antigo” e o “novo” que, no reino lusitano, significou a tentativa de manter o poder de uma aristocracia centrada em seus privilégios resistindo ao movimento de fortalecimento das bases absolutistas.

No início os tempos modernos, Portugal encontrava-se na vanguarda das transformações. No século XVI este país constituía-se juntamente com a Espanha, na principal potência marítima do mundo ocidental. Em busca de riquezas,

os lusitanos haviam produzido a expansão marítima e contribuído decididamente para a gestação do comércio mundial. Refletindo esse vanguardismo, Lisboa transformou-se numa das capitais do mundo. Voltar a esse patamar sempre foi uma questão de honra para os portugueses. A antiga forma social resistiu à destruição e, neste embate, houve um equilíbrio de forças que deixa a impressão de que os portugueses não conseguiam imprimir uma direção à sua história, mas que também a antiga sociedade não conseguia estancar totalmente as transformações (Franco, 2006, p. 4).

Os descobridores portugueses envolvidos no movimento das navegações conheceram outra maneira de ver o mundo. O contato com outros povos, usos, costumes, língua e crenças fizeram nascer uma nova mentalidade baseada na indagação do real partindo da experiência. Diante de uma atitude investigativa e questionadora, Portugal assumiu, naquele momento histórico, a ponta do desenvolvimento do espírito moderno, do humanismo científico, da criação do senso crítico, da quebra do princípio de autoridade na ciência e na filosofia, até então aceito (Hespanha, 1998).

Os efeitos provocados pelo novo modo de ver o mundo acelerou o surgimento de várias inquietações há muito gestadas no íntimo dos homens no decorrer dos séculos XVI e XVII. E adentraram o século XVIII fomentando a luta entre o crer, o conhecer e o fazer.

Em Portugal o conflito entre a forma de pensar a relação entre o homem e a natureza, e a possibilidade de intervenção e modificação daquela por este, encontrou resistência na aristocracia, principalmente dos representantes da Igreja, que preservavam uma ideologia centrada nos princípios da ortodoxia católica. “[...] a defesa da ortodoxia era entendida como questão política. Ela representava a permanência, o poder político integrava-se nessa mesma permanência, ou seja, atemporal” (Castro, 2006, p. 361).

A complexidade dessa questão em Portugal na segunda metade do século XVIII ia além da defesa da salvação da alma, o discurso de apoio e de rejeição ao projeto de modernização configurava uma aliança entre os poderes temporal e espiritual na justificação do poder absoluto do rei como uma designação divina. No contexto desse debate emergiu e tomou corpo em Portugal um discurso e uma ação pontual sobre a necessidade de mudança na política e na produção de uma nova identidade lusitana, que visou superar a defasagem cultural e científica (Castro, 2006).

Isso não significa dizer que Portugal era um país totalmente alheio às transformações científicas e culturais da época. A mobilidade de pessoas

e a publicação de livros e periódicos favoreciam a circulação de ideias e de informações sobre os acontecimentos da Europa ocidental fomentando os debates nas rodas da elite.

Porém, a forma de interpretar e utilizar as informações recebidas deu a Portugal uma peculiaridade no entendimento do movimento reformador europeu. Existia dentro e fora de Portugal pessoas atentas e interessadas em promover o rompimento das cristalizadas barreiras impostas pela religião, pela dependência econômica e pela debilidade do sistema educativo.

A reação contrária ao estado de forças existente resultou da aglutinação de vários fatores que sofreram alterações em seu interior e que deram a base de sustentação necessária para a emergência do movimento centralizador e unificador ocorrido no reinado de D. José I (1750-1777) e de seu secretário de estado do reino Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal.

O movimento reformador partiu das ideias iluministas, visou a centralização do poder na figura do rei não admitindo a interferência de nenhuma outra instituição no comando político, econômico e educacional. Para referendar sua ação política modernizadora, apontou os jesuítas como culpados pela situação caótica em que o país se encontrava em relação aos demais países europeus.

Os jesuítas temidos por sua ascendência político-religiosa e pela sua capacidade de influir na opinião social tornara-se alvo preferencial do governo que fez deles a causa do mal que era no fundo estrutural [...] mas julgou-se mais fácil concentrá-lo propagandisticamente num só grupo muito poderoso para efeitos de mobilização e exorcização (Franco, 2006, p. 152-153).

Foram vários os entraves que se interpuseram entre a Companhia de Jesus e o projeto de mudanças reformadoras empreendidas pelo secretário de estado do reino. Destacamos as questões relativas ao comércio feito pelos jesuítas, diretamente afetado pela criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, causando a manifestação dos inacionos contra a política de Pombal. Também, por ocasião do terremoto de 1755, os jesuítas, sobretudo o padre Gabriel Malagrida (1689-1761), utilizaram a catástrofe para criticar as ações do governo. “Em 1756 foi lançado um panfleto intitulado A verdadeira causa do terremoto que arrasou Lisboa em 1 de novembro de 1755, texto que criticava as ações do Marquês de Pombal, cuja autoria foi atribuída ao Padre Malagrida” (Assunção, 2006, p. 334).

Além disso, as investigações sobre o atentado contra a vida de D. José I em setembro de 1758, apontaram o envolvimento de alguns jesuítas: “o famoso Padre Malagrida, e os padres João de Matos e João Alexandre” (Assunção, 2006, p. 334). O conjunto dos fatos resultou na publicação do Alvará Real de 1759, que determinava o afastamento e expulsão dos jesuítas de todas as suas atividades no reino e nas suas colônias.

Outro fator que contribuiu para a centralização e fortalecimento do poder real centrou-se na forma como o secretário de estado do reino administrou a condução das consequências do terremoto de 1755. No quinto ano do reinado de D. José I, Portugal foi assolado por um terremoto de grandes proporções que destruiu várias cidades, principalmente Lisboa. Os prejuízos materiais e o número de vítimas foram grandes, assim como a reação literária e política. “O grande terremoto no dia de Todos os Santos de 1755 reduziu a cinzas uma das cidades mais ricas e opulentas da época e provocou um extraordinário debate filosófico sobre o otimismo, Deus e fenômenos naturais” (Maxwell, 1997, p. 21).

O secretário de estado do reino recebeu do rei plenos poderes para gerenciar os trabalhos de recuperação dos estragos provocados pela catástrofe. Ele agiu de maneira prática e enérgica. Convocou uma equipe de engenheiros, militares e topógrafos que foram encarregados de fazer o levantamento dos prejuízos, tomarem medidas práticas para assegurar as operações sanitárias, de segurança, de planejar e executar a reconstrução de Lisboa e outras cidades atingidas pelo abalo como Porto e Vila Real de Santo António. “Foi o terremoto que deu a Pombal o impulso para o poder virtualmente absoluto que ele conservaria por mais de vinte e dois anos, até a morte do rei, em 1777” (Maxwell, 1997, p.24).

A reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755 deu novos ares ao projeto reformador, o sismo provocou um estado de comoção social propício à fixação da ideologia de transformação social, política, econômica, cultural, científica e educacional da nação portuguesa.

O poder constituído na figura do secretário de estado do reino de D. José I utilizou os recursos disponíveis no sentido de institucionalizar sua política regalista. Formou um grupo de apoiadores oriundos principalmente do clero esclarecido e contrário à filosofia de ação da Companhia de Jesus, ordem religiosa dominante na constituição do pensamento português.

Portugal participou do movimento reformador europeu com características e particularidades próprias, resultantes de sua formação social, política, econômica, educacional e religiosa.

A transição para as luzes em solo português disseminou seus matizes durante o governo de três monarcas. O movimento apresentou suas primeiras manifestações no reinado de D. João V (1689–1750, rei de 1706 a 1750), aflorou com mais veemência no governo de D. José I (1714–1777, que reinou entre 1750 a 1777) e continuou no reinado de D. Maria I (1734–1816, rainha de 1777 até 1792). Devido à sua doença mental, seu filho, o futuro D. João VI (1816–1826), assumiu a regência em 1792 (Sérgio, 1978, p. 103).

No reinado do D. João V, Portugal reafirmou a aliança política com a Inglaterra e assegurou as boas relações com Roma. O ouro descoberto no Brasil atingiu seu apogeu, porém, esse tesouro não significou tranquilidade financeira para a metrópole.

O governo do fervoroso rei católico enfrentou dificuldades econômicas devido às várias ingerências administrativas e aos exagerados gastos públicos. Boa parteda riqueza vinda da colônia foi gasta na construção de estabelecimentos eclesiásticos, em prodigalidades com o patriarcado e na construção do palácio-convento de Maфра (1717–1735). Paralelos a essas “extravagâncias”, outros empreendimentos foram feitos, como o Aqueduto das Águas Livres, e a distribuição de moedas de ouro aos pobres nas audiências públicas do rei (Falcon, 1993).

No âmbito cultural e pedagógico, o monarca se mostrou sensível às ideias do progresso científico ouvindo e acatando algumas sugestões dos diplomatas que trabalhavam nas cortes estrangeiras (Sérgio, 1978).

Dom João V, em seu reinado, implantou algumas ações de cunho ilustrado: fundou em 1719 a Academia Real de História, uma Biblioteca na Universidade de Coimbra, patrocinou peças literárias barrocas, concedeu uma escola aos oratorianos, para o ensino de humanidades, promoveu a reforma dos estudos médicos, e permitiu a circulação do jornal *Gazeta de Lisboa*. Em 1776, a obra *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís Antônio Verney movimentou as estruturas pedagógicas vigentes no reino. Nela o autor defendeu uma reforma na maneira de ensinar, no conteúdo e no método de ensino, baseado na ciência experimental. Teceu uma crítica direta ao ensino escolástico jesuítico que predominava nas universidades e demais escolas do reino e de suas colônias. O conteúdo dessa obra desencadeou o debate sobre os rumos do ensino em Portugal, que ultrapassou em muito o reinado de D. João V.

No século XVIII, acreditava-se que seria necessária uma nova ordem cultural, que reformasse a sociedade para a nova ordem econômica e política. Para tanto, seria necessária a elaboração de uma política educacional permeada por essa

nova perspectiva, que consistia na defesa de um ensino útil, em contraposição à formação humanista clássica ministrada, sobretudo, pelos jesuítas em seus colégios. Tratava-se de uma elaboração sistemática e intencional de reformas. Não significa que nos colégios dirigidos pelos padres jesuítas não houvesse abertura aos novos conhecimentos. A crítica de Verney aos estudos em Portugal era centralmente em relação ao método, mais que em relação aos conteúdos propriamente ditos [...] (Ruckstadter, 2012, p. 43-44).

As mudanças empreendidas pelo monarca deram nuances modernas ao reino em vida e nos últimos oito anos de seu governo, o rei com a saúde debilitada física e mentalmente não manteve a disposição reformadora iniciada e morreu em 1750.

D. José I, que reinou de 1750 até 1777, recebeu de seu antecessor um reino com dificuldades administrativas, econômicas, jurídicas e políticas. Na composição do quadro de auxiliares, ele buscou selecionar pessoas que pudessem colaborar na reestruturação do sistema administrativo e no fortalecimento do poder real. Entre essas pessoas figurava Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal, que se tornou secretário de estado do reino.

Sebastião José de Carvalho e Melo foi representante diplomático português na Áustria e na Inglaterra (1738-1749), período em que esteve em contato com modelos de organização imperial e técnicas mercantilistas inspirados nos ideais iluministas, condição que lhe permitiu aprender a avaliar Portugal em comparação com a Europa culta (Maxwell, 1997).

Ao assumir o trono, D. José I chamou-o para ser o ministro responsável pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, após seis meses no cargo foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios do Reino, cargo da mais alta relevância junto ao rei. Em 1750 assumiu o cargo de Secretário de Estado do Reino (Falcon, 1993). Ele era defensor do poder absoluto do rei e do Estado pelos ideais do progresso e da modernização, seu foco de atuação abrangeu a economia e a educação.

Durante o governo do Sebastião José de Carvalho e Melo instalou-se uma política reformadora, que firmou no ensino um dos seus principais pilares de transformação da mentalidade científica portuguesa na segunda metade do século XVIII. Nesse contexto emergiu a figura do franciscano Dom Frei Manuel do Cenáculo, um homem erudito, profundamente voltado à sua fé e disposto a pôr o conhecimento à disposição da construção do novo projeto de sociedade em Portugal. (Carvalho, 2001).

No plano das reformas pedagógicas vale lembrar os problemas que precisavam ser resolvidos: a necessidade de mão de obra qualificada para as profissões ligadas ao comércio e à administração, a adaptação da instrução às novas condições sociais e econômicas, dotar a aristocracia de preparo eficaz para a diplomacia e o oficialato, substituir o latim pela língua vernácula nas aulas e difundir a ciência experimental (Falcon, 1993).

A proposta educacional direcionada para atender às necessidades práticas do Estado substituiu ao grande número de escolas jesuíticas e fixou um novo método de ensino fundamentado na utilidade da escola. Com o objetivo de padronizar e selecionar o conteúdo dos estudos e garantir a divulgação de uma literatura adequada ao seu projeto de modernização da instrução pública, que era oposto ao projeto educacional jesuítico, Pombal criou a Real Mesa Censória (1768), a Imprensa Régia, deu início e concretizou a Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra.

Após o terremoto de 1755, o governo pombalino firmou sua política centralizadora e modernizadora, reconstruiu Lisboa, fixou medidas reformadoras especialmente no campo econômico e educacional, promovendo a adaptação de Portugal às transformações do novo modo de vida da segunda metade do século XVIII. Reformou o ensino elementar e superior, criou o ensino secundário, criou instituições de fiscalização e controle literário, reorganizou o exército. Combateu e eliminou o monopólio da Companhia de Jesus no controle do ensino, da religião e das questões econômicas (Franco, 2006).

A administração pombalina resultou da combinação particular de seus métodos no âmbito da economia, da codificação de leis, da imposição de deveres e encargos aos súditos. “Na verdade, sua ação é sua obra permanente, para melhor ou para pior, dependendo muito de quem se era” (Maxwell, 1997 p. 170).

A política econômica modernizadora de Pombal contava com fomento à industrialização, a substituição de importações e o estabelecimento das Companhias de Comércio Estatais. O estabelecimento das companhias de comércio monopolistas, que atuavam na metrópole e nas colônias, objetivava conceder privilégios especiais e proteção aos grandes comerciantes portugueses para que pudessem acumular capital e competir efetivamente com os ingleses.

À política econômica protecionista somou-se o tratamento rigoroso e punitivo que o Marquês impunha aos descontentes, independente do grupo social a que pertencessem. A execução dos membros da Família Távora, do

duque de Aveiro e de padres jesuítas acusados de participação no atentado contra o rei, julgados e condenados à morte, exemplifica sua política.

Os crimes pelos quais foram acusados foram definidos como de lesa-majestade, traição e rebelião contra o rei e o Estado. [...] Pombal usou a tentativa de assassinato de Dom José I como meio para esmagar tanto a oposição aristocrática como os jesuítas em Portugal. Também utilizou a ocasião para atingir os pequenos comerciantes que ele acusava de conspirar com os jesuítas contra os planos, abolindo suas associações e por conseguinte sua representação (Maxwell, 1997, p. 88; p. 92).

As ações governamentais de Sebastião José de Carvalho e Melo foram consolidadas e ampliadas na década de 1760. À reforma econômica foi somada a estruturação de um novo sistema de instrução pública para substituir o modelo jesuítico de ensino, para estatizar a educação, padronizar as matérias de ensino, formar indivíduos qualificados para atuar na nova estrutura administrativa e comercial do país e reformar os estatutos da Universidade de Coimbra. Seu esforço em criar uma geração de ilustrados pelos princípios da ciência e da razão, beneficiou a médio e longo prazo a modernização de Portugal.

Os homens que nasceram no consulado de Pombal e foram educados nas escolas por ele reformadas haviam de ser os constituintes de 1821, haviam de se bater contra o absolutismo miguelista e um seu neto, o Marechal Saldanha, imporia a proclamação da Carta, em 1826, comandaria no cerco do Porto, Almostrim, e seria em 1850 o chefe da regeneração (Santos, 1984, p. 16).

Com a morte de D. José I, o Marquês de Pombal foi deposto do cargo e junto com ele, a maior parte de seus colaboradores, entre eles o bispo de Beja Dom Frei Manuel do Cenáculo.

Não se pode atribuir exclusivamente a D. José I e a Pombal a introdução do iluminismo em território português, porém, é possível afirmar que naquele período histórico ocorreu uma ação mais incisiva, planejada, articulada e preponderante na implantação de uma nova face do absolutismo, que Falcon (1989), Fortes (1982), Rudé (1988) denominam Despotismo Esclarecido.

No cenário político do século XVIII a burguesia se firmou e se apropriou dos princípios organizacionais do comércio, da indústria e das operações financeiras.

Apesar das divergências internas, o grupo passou a divulgar as suas ideias pressionando a ordem vigente para inserir mudanças favoráveis à sua ascensão econômica, educacional, social e política. A burguesia se consolidou como detentoras forças materiais e produtivas suplantando definitivamente os resquícios feudais disseminando a nova ordem capitalista (Falcon, 1993).

A ascensão do elemento burguês ocorreu também pela via do estudo. A acumulação de bens e dinheiro possibilitou aos filhos dos mercadores estudarem nas universidades, instruírem-se, passando a pertencer também ao restrito grupo de letrados que prestavam serviço e auxiliavam a Coroa numa época de ampliação do poder absolutista. A burguesia promoveu um novo processo econômico, delineando uma nova concepção do mundo laica e racionalista. Dinamizou novas relações de poder com o Estado. Esse posicionamento se devia ao fato de que apesar de participar ativamente do desenvolvimento econômico do período, ela ainda não havia conquistado poder político e nem igualdade jurídica.

É justamente o Iluminismo que permite superar esse contraste. Ex: um cabeleireiro ser legislador. É ele que dá novo sentido à ideia de natureza humana, que combate contra a superstição, que abre o espírito à aceitação de uma sociedade na qual também os cabeleireiros assim, como todos os que trabalham e produzem possam ser livres e politicamente ativos (Venturi, 2003, p. 168).

Essas mudanças políticas, sociais e econômicas foram acompanhadas subsidiadas por mudanças na educação. Um novo currículo foi elaborado com vistas dar maior utilidade e praticidade ao ensino, o bom método para ensinar deveria partir do simples para o complexo e agilizar a formação do indivíduo para ser útil ao Estado.

Dom Frei Manuel do Cenáculo demonstrou, na elaboração do Plano de Estudos da Ordem, uma preocupação com a organização e o aproveitamento do tempo de estudos. Em sua obra pedagógica, e ações educativas das quais participou, encontramos o sentido da utilidade do ensino e da construção do processo de aprendizagem por meio da experiência, da observação e da ação. Esses procedimentos metodológicos deveriam se constituir em uma relação educacional sem punição e com diálogo, centrada na importância de uma sólida formação do professor e na responsabilidade deste no direcionamento dos estudos.

Na obra *Cuidados Literários* (1791) retomou a crítica ao método de ensino escolástico e apontou os cuidados necessários para empreender

nos estudos o uso de um método preciso, que permitisse ao aluno observar, experimentar e analisar os fatos que compõem a natureza. Ele apresentou as razões para a reforma dos princípios da educação escolástica, mas não se tratou de uma mudança completa, o que caracterizou o ecletismo do autor articulado com o caráter religioso do iluminismo português.

Uma característica peculiar do iluminismo português consistiu na sua dimensão religiosa, fato que o diferiu do iluminismo francês e do inglês. Em Portugal a tradição religiosa seguia “convivendo com a ideia de um Estado condutor dos assuntos temporais. A religião passa a ser um recurso auxiliar” (Boto, 2010, p. 282). Devido a essa convivência, não se consumou em solo lusitano a principal reforma do movimento iluminista, que era a separação total entre a Igreja e o Estado.

1.1 As mudanças na condução da instrução pública em Portugal no período pombalino

No início de seu governo Pombal dedicou atenção para os assuntos comerciais, para a reforma e a criação de organismos do Estado e à fundação de companhias comerciais para combater o livre comércio. Complementou seu plano reformador com medidas voltadas para as questões ligadas ao ensino (Falcon, 1993).

Naquele momento a intervenção direta e sistematizada nos meios produtivos foi o caminho escolhido pelo Marquês para sua sustentação política, pois era preciso estabelecer uma base de apoio para o projeto de transformação política, social e econômica que, no seu entendimento, iria tirar Portugal da dependência comercial e do atraso cultural que ele observou durante o período de diplomacia na Inglaterra e na Áustria.

Seu ideal era compartilhado com uma elite de intelectuais que morava fora de Portugal e que vivenciava as transformações culturais, políticas, econômicas e educacionais que afloravam na sociedade europeia do século XVIII, diretamente envolvidos pelo movimento iluminista. Esse distanciamento possibilitava aos intelectuais portugueses fazer uma análise da situação do reino sem se envolver diretamente com as forças internas do país.

Isso não significa dizer que eles desenvolveram uma visão da totalidade dos aspectos que envolviam a conformação social portuguesa naquele

momento histórico, “[...] pois a realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela [...]” (Konder, 1991, p.37). Mas eles puderam, numa ótica objetiva, analisar vários aspectos da sociedade portuguesa, questionando a conformação de Portugal em viver sob os dogmas da religião católica e sem deixar influenciar-se pelas comparações entre o reino e as demais regiões da Europa. Eles receberam dos representantes da aristocracia portuguesa a denominação de estrangeirados. Vale lembrar que essa denominação era atribuída também aos representantes da elite intelectual interna portuguesa, que compactuava com ideias modernizadoras divulgadas no seu meio cultural.

Ao interferir diretamente nos pilares da tradição e dos privilégios, restaurando o poder real e tirando da Igreja a prerrogativa política e econômica, Pombal desencadeou uma série de ações e reações entre os grupos detentores do poder hegemônico português da segunda metade do século XVIII. Não podemos afirmar que ele tivesse uma visão totalizadora da situação que se apresentou quanto à realização de seu projeto reformador, pois se observam atitudes contraditórias na condução de sua política. Mas é possível observar que percebeu e soube se aproveitar dos enfrentamentos existentes entre os grupos sociais representantes da ideologia vigente no Portugal setecentista (Falcon, 1993).

O Marquês com o objetivo de dar suporte técnico e científico às relações de comércio endereçadas ao resgate das atividades aos comerciantes locais, foram implantadas as Aulas de Comércio em 1759. Uma necessidade requerida pela classe mercantil e pela junta de comércio. Seu objetivo era oferecer práticas contabilistas e mercantis e ensino de caligrafia, demonstrando um caráter prático do ensino.

Com o intuito de estabelecer seu projeto de mudanças na mentalidade e no perfil administrativo de Portugal, Pombal voltou sua atenção para o grupo do qual ele se considerava integrante, o dos intelectuais lusitanos ligados ao núcleo político, eclesiástico, literário e comercial. No interior dessa elite, que atuava dentro e fora do país, o primeiro ministro selecionou colaboradores para assumir a direção das instituições criadas para administrar, fiscalizar e difundir as medidas reformadoras de seu projeto político, econômico e educacional.

Esse grupo era formado por intelectuais portugueses pertencentes à nobreza, ao clero, além de alguns ricos comerciantes, detentores de uma nova concepção de independência econômica e educativa. Eles defendiam a necessidade de mudanças em Portugal e ocupavam uma posição social que

“[...] lhes permite aberta e fundamentalmente criticar o poder e apresentar à opinião pública propostas alternativas” (Santos, 1984, p. 127).

O debate sobre a necessidade de reformas na economia e nos estudos teve suas raízes em período anterior ao governo pombalino. O discurso reformador dos intelectuais já era propagado desde os séculos XVI, XVII, e tomou corpo no século XVIII com um número representativo de formadores de opinião divulgando suas posições contrárias à manutenção da tradição, do conservadorismo e do obscurantismo das letras, atribuído em grande parte ao aspecto religioso dominante em Portugal. Entre eles podemos citar: D. Luís da Cunha (1695–1749), Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699–1782), Luís Antônio Verney (1713–1792), D. Francisco de Lemos (1735–1822), João Pereira Ramos (1722–1799), D. Frei Manuel do Cenáculo (1724–1814), entre outros.

Como divulgadores de uma nova maneira de pensar, era necessário para esse grupo, aproximar-se do poder, tentar em consonância com este, formalizar e instituir as mudanças defendidas. Esses intelectuais precisavam do poder para pôr em prática sua teoria, o poder precisava dos intelectuais para subsidiar sua prática. Esse era o sentido que aproximava essa elite esclarecida da política de Sebastião José de Carvalho e Melo (Santos, 1984).

Há que se destacar, também, outro aspecto: Pombal foi um reformador católico, e boa parte dos intelectuais que passaram a constituir sua base de apoio cultural e científica eram clérigos, com destaque para os oratorianos e franciscanos. A proximidade e o apoio clerical se constituíram em uma espécie de paradoxo, visto que, grande parte da luta do Marquês foi contra a intervenção da Igreja no poder temporal. No contexto da política pombalina, a cooperação entre a cruz e a coroa já não atendia à realidade de uma nova forma de governar (Maxwell, 1997).

O Estado absolutista precisava controlar a Igreja e, ao mesmo tempo, dependia de sua legitimação para a justificação das novas ideias. Ou seja, para a consolidação de sua nova proposta social era preciso existir uma relação de colaboração. Assim, se apresentou mais uma característica peculiar das reformas de Pombal. A luta para retirar o poder interventor da Igreja materializou-se na perseguição sistemática aos jesuítas.

Os intelectuais da época pombalina não contestaram o poder porque ele servia objetivamente os seus interesses e permitia-lhes travar uma certa luta contra o preconceito, a ignorância e a intolerância religiosa e os elevava a uma

categoria de apoiantes jurídicos do poder. Eles podiam ser a teoria da prática pombalina (Santos, 1984, p. 128).

A teia de conexões que constituía as relações comerciais e políticas portuguesas incluía a participação de uma instituição preponderante no contexto histórico lusitano, a Igreja, materializada na ação monopolizadora da Companhia de Jesus. Essa congregação religiosa católica fundada em 1534 por Inácio de Loyola (1491-1556) chegou a Portugal no reinado de D. João III (1502-1557), rei desde 1521 até 1557, e gradativamente se constituiu na maior, mais eficaz e poderosa instituição portuguesa.

Diante de uma atuação planejada, organizada, persistente e pontual, aliada ao caráter religioso católico romano português, os padres jesuítas alcançaram em Portugal e em suas colônias um papel preponderante junto ao poder real, conquistaram o apoio dos “grandes” da corte e dominaram as crenças, as opiniões, os medos e as escolhas do povo. Em suas escolas e universidades eram formadas as mentalidades mais cultas do reino português, pertencentes à nobreza e ao clero (que se confundia com a nobreza).

A Companhia de Jesus é a ordem da Igreja Católica mais conhecida pelo seu investimento na formação intelectual longa e exigente e na sua promoção de investimento em várias áreas do conhecimento. À luz de um ideário pedagógico e científico marcado pela modernidade renascentista do humanismo do século XVI, colocado ao serviço de um ideal mais alto de evangelização universal, especialmente de povos mais resistentes à aceitação da mensagem cristã, a Ordem de Santo Inácio formou e integrou nas suas fileiras homens de grande craveira intelectual. No trabalho de pesquisa e divulgação científica ganharam grande visibilidade no seu tempo e garantiram reconhecimento notável na memória histórica por mérito de sua obra realizada e das redes de interesse criadas que possibilitaram a sua fama na posteridade (Leitão; Franco, 2012, p. 9).

Confessores, mentores espirituais, preceptores, teólogos, párocos, professores, proprietários de terras no reino e nas colônias, os jesuítas tinham imunidade à jurisdição civil e eram, principalmente, os gestores do currículo e do método de ensino em Portugal desde 1552. Os jesuítas dominavam o ensino no reino e nas suas colônias, formavam e catequizavam com método próprio, o escolástico, e com um plano de estudos organizado pela *Ratio Studiorum*.

O documento é um conjunto de regras destinadas à organização da vida de estudos, relacionadas à espiritualidade, evidentemente, nos colégios da Ordem. É destinada, também, a dar parâmetros para a educação, a avaliar as responsabilidades e atribuições e, ainda, a reger as formas de avaliação e promoção nas escolas estabelecendometas, objetivos e procedimentos universais. [...] O ministério educacional é afirmado com insistência e numa sólida hierarquia, base de todo o fazer pedagógico. Essa afirmação não é apenas apego conservador à tradição. É também, uma consciência de que estavam sendo constituídas as bases para a construção de novas relações políticas (Arnaut de Toledo, 2000, p. 183).

Encontramos disseminado na historiografia do século XVIII, principalmente aquela que discorre sobre o período pombalino, o discurso antijesuítico, atribuindo unicamente aos inicianos a decadência intelectual ocorrida em Portugal (Leitão; Franco, 2012). Porém, o que se chamou de retrocesso e decadência do reino português foi o resultado da soma de um conjunto de fatores político e econômico, nos quais a companhia também exercia influência.

Em 1759, Pombal, servindo-se de estratégias políticas, expulsou os jesuítas do reino e de suas colônias, mandou fechar todas as suas escolas e os proibiu de ministrar aulas em qualquer nível de ensino.

Na visão dos ilustrados portugueses da segunda metade do século XVIII era necessário, naquele momento, produzir uma nova concepção de sociedade e de homem, adequado, “reformado”, de acordo com os princípios do liberalismo, da razão e da ciência, quebrando os pilares da tradição, da superstição e da ignorância presentes no universo social e cultural português (Santos, 1984).

O pensamento pedagógico de Dom Frei Manuel do Cenáculo foi um modelo programático e metodológico que se articulou com a nova base da instrução que passou a ser oferecida pelas escolas reformadas no reino de Portugal.

No mesmo ano de 1759, D. José I, em sintonia com as diretrizes políticas de seu secretário de estado do reino, ordenou o fechamento da Universidade de Évora. Fez publicar em 28 de junho um alvará determinando uma “Reforma Geral dos Estudos” destinada a ser aplicada “no ensino das classes de latim e das Humanidades e nos estudos das Letras Humanas”, as chamadas aulas régias gratuitas das disciplinas de latim, retórica, grego e hebraico, aboliram a escola dos jesuítas, impedindo qualquer função educativa deles no país (Carvalho, 2001).

Essa reforma não demonstrou uma vertente iluminista no que concerne ao método de ensino e dos conteúdos escolares. “Embora o próprio termo reforma seja empregado no Alvará, efetuou-se uma substituição de um método, mas não por um método novo, mas pelo método já usado e com atualizações consideradas necessárias” (Carvalho, 2001, p. 430). Ao ocupante do cargo de Diretor Geral dos Estudos, ligado diretamente ao rei, foi atribuída a tarefa de selecionar e contratar professores, acompanhar o desempenho e aproveitamento das aulas, resolver contendas, e apresentar relatório dos resultados ao rei. Porém, apesar da grande responsabilidade atribuída, o diretor não gozava de autonomia executiva e financeira.

A reforma propriamente dita da instrução pública, dos estudos e das escolas, passou a ter lugar de destaque na administração de Pombal, integrada ao processo de “desjesuitização” e legitimação da política reformadora, justificando a necessidade da intervenção do Estado no sentido de “salvar” o país do “estrigo” pedagógico feito pelos jesuítas. A reforma iniciada em 1759 centralizou a atividade educativa e a subordinou ao poder régio (Franco, 2006).

Pombal retirou a escola das mãos dos jesuítas, mas a Igreja continuou a dominar o ensino. Representantes de várias ordens religiosas como oratorianos e franciscanos colaboraram na elaboração do novo sistema educativo. As autoridades pedagógicas eram em grande parte eclesiásticas, por exemplo: o Diretor Geral dos Estudos D. Tomás de Almeida (1670-1754), o presidente da Real Mesa Censória D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), o diretor da Universidade de Coimbra, D. Francisco de Lemos (1735-1822), e membros da Junta da Providência Literária.

A manutenção do envolvimento entre o Estado e a Igreja dentro do movimento reformador português é explicado por Boto (2010) pela existência do Padroado Régio, que tornava o rei patrono da Igreja e, conseqüentemente, havia produzido em Portugal uma simbiose entre Estado e Igreja, sobretudo na educação.

É sob o signo da reforma intelectual e moral da sociedade, eixo de bem-estar, progresso e felicidade, que o Marquês de Pombal, à semelhança de outros déspotas esclarecidos europeus, intenta secularizar as instituições de ensino, submetendo-as à tutela do Estado. A “necessidade pública” e a prática das “nações civilizadas”, expressões constantes dos diplomas régios, reforçavam a ideia de que o Estado podia objetivamente se beneficiar do influxo racional e crítico das ciências e das artes, colocando-as ao serviço da sociedade (Araújo, 2000, p. 32).

Da política reformadora pombalina emergiu uma dimensão pedagógica. A educação configurava o pilar essencial da transformação social, e sua organização pretendia convencer a todos de que se estava construindo um novo projeto social fundamentado nas luzes harmonizadoras da razão.

Porém, apenas essa afirmação positiva não era suficiente para consolidar os princípios ideológicos da política reformadora, era preciso eleger um inimigo comum, sobre o qual recaíram todas as mazelas sofridas e identificadas no país, fornecendo ao povo os elementos comparativos necessários para que pudessem ser exaltados os valores, a grandeza e a utilidade dos ideais dos reformadores.

Com o intuito de substituir a ideologia existente, a propaganda contra os jesuítas, adversários selecionados para simbolizar a necessidade de mudanças, foi explorada intensa e generalizadamente para potencializar a eficácia política das reformas e ampliar as suas virtualidades pedagógicas.

Estes religiosos tinham apostado na educação como instrumento de reforma da Igreja, de requalificação católica da sociedade e da vida cristã, sendo entendido com um meio poderoso de evangelização e de conversão. O governo pombalino apostou no valor instrumental da educação, mas redireciona-a no sentido de esta funcionar como mais um instrumento importante de reforma geral do Estado à luz da ideologia política do despotismo iluminado (Vaz, 1997, p. 375).

A reforma pedagógico-educativa operada no governo pombalino assumiu um perfil político-ideológico. Ela resultou da conciliação política entre o poder real e a burguesia emergente, na sua instrumentalização foram dinamizados os ideais educacionais burgueses com a intenção fundamental de consolidar o poder absoluto do Estado. É possível considerar que o perfil da reforma teve um caráter eclético, demonstrado também na constituição do ideário filosófico das reformas pombalinas.

Por meio da reforma dos estudos foram superados o *trivium* e o *quadrivium* medievais, que formavam o currículo da educação liberal. Era composto de um conjunto de disciplinas cujo método de trabalho resultava na formação de habilidades intelectuais nos estudantes. Com a mudança na maneira de agir sobre a natureza divulgada pelo movimento iluminista, a ciência e a técnica foram adicionadas aos conteúdos escolares no sentido de tornar o ensino útil para o fortalecimento do Estado (Mongelli, 1999).

A padronização dos conteúdos e a bibliografia para a fundamentação das aulas permitiu uma rígida fiscalização do trabalho dos professores.

A substituição do latim pela língua portuguesa nas aulas foi uma medida adotada para facilitar os estudos. Em substituição às aulas de filosofia ministradas pelos jesuítas, obrigatórias para o acesso à universidade, foram instituídas as aulas régias de retórica, do curso retirou-se a filosofia aristotélico-escolástica, adotou-se manuais de cunho iluminista de filiação lockiana (Fernandes, 1978).

Paradoxalmente ao espírito iluminista, fundamentado na defesa da liberdade como direito de todos os indivíduos e na proposta de ser vivida sem qualquer forma de constrangimento nas relações sociais, Pombal estabeleceu durante seu governo uma censura de modelo inquisitorial sobre Portugal e suas colônias. “É nesse ambiente de repressão brutal que o Marquês de Pombal procede a uma reforma do ensino que pretende preparar homens esclarecidos, capazes de construir um Portugal novo” (Carvalho, 2001, p. 469).

No período entre 1760 e 1769, a reforma foi realizada com dificuldades nas principais cidades do reino e de forma mais lenta e quase inexistente nas colônias. O Diretor Geral dos Estudos, D. Tomás de Almeida enfrentava uma diversidade de situações, às quais não tinha como administrar com eficácia devido à centralização das decisões na figura do rei e a pouca autonomia de ação que lhe havia sido outorgada.

Outro fator que dificultava a implantação da reforma era a falta generalizada de professores em todas as matérias de ensino. A baixa remuneração oferecida não atraía profissionais bem formados, assim como a concessão do privilégio de nobreza, oferecido àqueles que se tornassem professores, não surtiu o efeito esperado.

A reforma pombalina da instrução pública tinha a finalidade de formar um indivíduo capaz de trabalhar para o desenvolvimento do Estado. Isso demonstra o caráter utilitário que a educação assumiu como instrumento de manutenção da hegemonia, mas também evidencia a consciência do papel socializador da educação justificando a centralização da questão educacional nas mãos do Estado.

O Colégio dos Nobres fundado em março de 1761, foi um exemplo concreto do exposto acima. “Pombal e seus ideólogos projetaram qualificar as elites dirigentes para que pudessem dar resposta aos desafios da modernização e centralização do estado e das instituições do reino” (Macedo, 1982, p. 31).

Ao proporcionar um ensino e uma escola especialmente dedicada aos meninos nobres, o governo pombalino demonstrou sintonia com o debate pedagógico dos governantes absolutistas europeus do século XVIII. Era

preciso que os egressos da nobreza fossem educados para exercer uma profissão, porém nada parecido com o labor mecânico, mas uma atuação digna de honra e patriotismo.

Ratificando o poder concreto e simbólico da educação, o reinado de D. José I e o governo de seu primeiro ministro, ao centralizar a questão do ensino sob sua tutela, usou novamente a escola para impedir a manutenção do tradicionalismo nobiliárquico, prevenir resistências e oposições ao seu poder. As reformas refletiram as preocupações em reajustar a escola às novas condições da vida política e social.

A reforma pombalina dos estudos menores foi, sem dúvida, um esforço no sentido de secularização das instituições educacionais. [...] Seu objetivo superior foi criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal, organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da coroa (Carvalho, 1978, p. 139).

Tendo em vista o fortalecimento do poder real e a organização da gestão do Estado, foram articulados mecanismos e instituições especializadas, à frente das quais estavam pessoas de confiança de Pombal e que comungavam dos mesmos ideais de reforma e modernização da nação. A prática ilustrada, no que se refere ao terreno educacional esteve constantemente articulada ao controle e a supervisão das diversas formas de produção intelectual e de expressão artística e literária (Carvalho, 1978).

Para garantir o controle das manifestações ideológicas e impedir a divulgação de ideias contrárias à sua política centralizadora, Pombal instituiu e manteve sob o domínio do Estado um mecanismo de fiscalização, ideológico, intelectual e, conseqüentemente, educacional.

No sentido de implantar a nova ideologia, em 5 de abril de 1768, instituiu-se a Real Mesa Censória. Esta tinha a incumbência de fazer o controle da circulação de livros em Portugal. Todo material literário que chegava ao porto era inspecionado e analisado pelos seus membros e, de acordo com o parecer emitido, eram liberados ou não. Também os livros das bibliotecas particulares passavam por essa verificação, a intenção era garantir que as ideias contrárias ao projeto modernizador não suscitassem questionamentos ao projeto pombalino (Falcon, 1993).

Esse órgão governamental composto por intelectuais oriundos de ordens religiosas discordavam dos fundamentos epistemológicos dos

jesuítas. Entre os membros destacava-se a presença de Dom Frei Manuel do Cenáculo, nomeado deputado da mesa em 1768 e depois presidente em 1770, cargo que ocupou até 1777.

Pertencente à Ordem Terceira de São Francisco, Dom Frei Manuel do Cenáculo era detentor de grande prestígio junto ao rei e ao primeiro ministro. Intelectual dotado de profundo conhecimento literário e filosófico, de inclinação iluminista, tinha experiência em administração como Superior Provincial da Ordem Terceira Regular de São Francisco. Nessa função promoveu uma total reforma dos estudos para a formação dos padres da congregação. Hábil articulador e negociador, conquistou a confiança do governo reformador, durante o qual demonstrou flexibilidade política, dinamismo, interesse pelos rumos da educação, e patriotismo.

Sob seu comando, a Real Mesa Censória teve uma ampla atuação no âmbito intelectual:

[...] diversificou-se em direções como: a instrução pública, a condenação do sigilismo, a fiscalização sobre o Colégio dos Nobres, o exame de Breves e Bulas apostólicas e, obviamente o exame dos livros nacionais e estrangeiros que se pretendesse fazer publicar ou simplesmente circular no país, fiscalização dos livreiros (Falcon, 1993, p. 443).

A Real Mesa Censória assumiu o papel de órgão fiscalizador e repressor. Seguindo a orientação eclética da política pombalina, suas determinações e pareceres foram permeados por vários fatores e mediações que demonstravam a busca pela conciliação entre o “moderno” e o “antigo”, de acordo com os interesses e necessidades do poder real.

A adaptação de cada situação conforme a necessidade manifestava o movimento de permanência e mudança que alimentou o projeto pombalino. A proposta de mudança possibilitou a restauração do poder real, ativou o setor econômico e deu um sentido útil para a educação em relação às necessidades do estado, para isso se valeu da querela entre a tradição e o moderno. “A posição do tradicional e do moderno, naquele período, sugere atitudes distintas com relação à mudança. Um resistia e o outro aceitava. Porém, no âmbito da tradição também existia um movimento de mudança” (Conceição, 2009, p. 72).

No conjunto de circunstâncias que acompanharam a fixação do projeto pombalino de reforma política, social, econômica e educativa, encontramos os traços da contradição no próprio modelo de estatização da educação. A Reforma dos Estudos Menores de 1760 centralizou o ensino mas não

empreendeu uma dinâmica organizacional que permitisse a execução com agilidade das propostas de elaborar um ensino público voltado para ser útil ao Estado.

Apesar das dificuldades apresentadas na reforma dos Estudos Menores, a etapa seguinte do plano de reforma alcançou o ensino superior, seus princípios básicos foram cuidadosamente analisados e arquitetados pelo próprio Pombal e por um grupo por ele escolhido. O trabalho a ser realizado e sua implantação na Universidade de Coimbra certamente iria causar divergências com os interesses tradicionalmente estabelecidos, por isso a necessidade de sigilo com relação ao seu planejamento e do preparo para que fosse executada com firmeza (Falcon, 1993).

Em 1770, foi criada a Junta da Providência Literária, destinada a examinar “as causas da decadência” da Universidade de Coimbra e apontar as possíveis e necessárias reformas para estabelecer uma nova organização dos cursos científicos, dos métodos, dos currículos e dos meios didáticos a serem utilizados nos cursos oferecidos pela universidade. Do trabalho da Junta resultaram dois amplos textos, o primeiro Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra (1771) no qual foram retratados os “estragos provocados” pelo método escolástico jesuítico e o segundo, os Estatutos da Universidade (1772) com os ditames modernizadores da instituição (Carvalho, 2001).

A Junta da Providência Literária era composta por representantes do mais alto escalão intelectual português. O pré-requisito para a escolha era ter alinhamento com a política de D. José I e do primeiro ministro. Entre os sete componentes da Junta, estava Dom Frei Manuel do Cenáculo. Sua atuação configurou na aproximação da Junta com a Real Mesa Censória, fato que de acordo com Carvalho (1978), deu suporte imprescindível ao trabalho da Junta, visto que as obras com as novas diretrizes do pensamento filosófico, jurídico e teológico passavam pela sua verificação.

Em 4 de junho de 1771, D. José I entregou à Real Mesa Censória a direção da instrução pública, a direção das Escolas Menores do reino e de suas colônias. Áurea Adão, ao analisar os textos sobre a reforma geral do ensino elementar destaca que o uso da terminologia Estudos Menores nesse documento engloba dois níveis de estudos: as escolas de ler escrever e contar e o ensino preparatório para os estudos universitários. A administração estatal incluía o Colégio dos Nobres, todos e quaisquer outros colégios para estudos das primeiras letras (Adão, 1997).

Com essa determinação a administração dos estudos passou da responsabilidade única do Diretor Geral de Estudos para ser organizada e dinamizada

por um grupo de pessoas habilitadas, no entendimento do Marquês, para avaliar e traçar diretrizes para reabilitar a educação em Portugal. Os deputados, após fazerem o levantamento da situação, novamente atribuíram o caos instalado aos efeitos prejudiciais da ação educativa dos jesuítas “[...] sendo fatal o estrago causado nas escolas Menores deste Reino pela negligência e educação positivamente má dos jesuítas a que elas foram confiadas, e não se havendo reparo até o presente [...]” (Carvalho, 2001, p. 453). Após a avaliação e a publicação do relatório da Real Mesa Censória, em 1772 elaborou-se um plano de criação de uma rede de escolas na metrópole e nas colônias, dispondo sobre o número de professores e os lugares de funcionamento. A principal providência tomada pela Mesa Censória definiu uma sistematização da rede de ensino necessária para o funcionamento de um órgão estatal como a escola, transformada pela reforma.

O plano previa também a instituição de um imposto para dar suporte financeiro ao sistema de ensino. Esse novo imposto chamado Subsídio Literário incidiu sobre produtos de exportação, como vinho e aguardente. A arrecadação desse fundo pecuniário deveria, de acordo com a Mesa Censória, prover ordenados aos mestres e professores “sua suficiência sendo proporcionada pelo Estado, [...] conferia aos professores a decente honestidade de habitação e de independência” (Carvalho, 1978, p. 128).

A Real Mesa Censória planejou também outras aplicações para o dinheiro arrecado com o Subsídio Literário. Nas demais aplicações previstas evidenciava uma proposta pedagógica modernizadora, de caráter prático e científico dos responsáveis pela nova administração do ensino, conforme listado a seguir:

1. compra de livros para constituição de uma biblioteca pública, subordinada à Real Mesa Censória;
2. organização de um museu de variedades;
3. construção de um gabinete de física experimental;
4. amparo a professoras de ler e escrever para meninas órfãs e pobres;
5. criação de um jardim botânico;
6. criação de uma cadeira para leitura de “caracteres antigos”;
7. auxílio para a publicação de obras compostas pelos membros da Real Mesa censória e pelos professores a ela subordinados;
8. criação do curso de matemática em Lisboa, com os professores necessários;
9. a instituição de duas academias, uma para as ciências físicas e outra para as belas letras (Carvalho, 1978).

Tais providências eram alinhadas a aspectos da pedagogia de Dom Frei Manuel do Cenáculo, presidente da Real Mesa Censória, na elaboração das diretrizes organizacionais dos estudos naquele momento. Na vasta obra de Dom Frei Manuel do Cenáculo, encontramos descrita sua ação na compra de livros, na construção e abertura de bibliotecas ao público, o cuidado em dotar as bibliotecas e locais de estudo de laboratórios experimentais, sala de mapas e outros equipamentos necessários para uma boa aprendizagem.

Além do cuidado com a organização do espaço físico das escolas, Vaz (2009) classifica o frei franciscano como incentivador dos trabalhos arqueológicos em Portugal, colecionador de peças de arte e de museologia, pioneiro no intercâmbio literário, historiador, pedagogo, geógrafo, numismólogo.

Na data de 28 de agosto de 1772, implantou-se a reforma da Universidade de Coimbra, os princípios reformadores direcionaram o ensino para “ter condições de responder às solicitações de uma nova época, em que a investigação científica conhecia grandes avanços e surgiam técnicas novas com repercussão no contexto social” (Adão, 1997, p. 48).

Os Estatutos traduziram o esforço intelectual dos seus idealizadores em se afastar dos esquemas programáticos e metodológicos tradicionais para integrar a ideologia iluminista na formação intelectual portuguesa.

A obra realizada pelo secretário de estado do reino, defensor da centralização do poder na figura do rei pôs em confronto duas realidades: a reforma dos estatutos da universidade, que pretendia provocar uma reforma de mentalidade nacional, e, ao mesmo tempo, obstruir tudo que pudesse representar perigo para concretizar esses objetivos.

O Marquês de Pombal utilizou a reforma do ensino em todos os níveis, para estabelecer uma transformação social com base em uma nova organização escolar e com o aumento do número de escolas de ofício. Na sua ótica, essa era uma atitude moderna e a única possível de elevar Portugal novamente à glória vivida no passado.

A política pombalina originou uma modernização conservadora que não visava revolucionar a organização dos grupos sociais. Objetivou centralizar o comando político e econômico com vistas a fortalecer o comércio português e tirar o país da tutela estrangeira.

DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINAR E O APRENDER MODERNO

A presença da Ordem Franciscana em Portugal data de meados do século XIII, os vários ramos da ordem se expandiram por todo o reino e conquistaram com sua austeridade e singeleza, a confiança do povo e o apoio do poder real. Sua atuação no atendimento espiritual da população da cidade gradativamente assumiu o caráter de instrução escolar e a dedicação aos estudos passou a fazer parte do cotidiano dos frades (Rema, 2005).

No embate ocorrido no interior das ordens religiosas em Portugal, destaca-se na Ordem Franciscana a necessidade de investir na formação dos padres para melhorar a qualidade do seu discurso, ou, sermão, junto à população, pois no espaço territorial lusitano a cultura era predominante oral e o sermão assumia um papel de relevo na difusão das ideias.

[...] em parte pela revolução intelectual provocada pelo iluminismo, em parte pelas imposições dos poderes civis e finalmente pela própria exigência interna da Ordem e as orientações da Santa Sé, houve sérios esforços por uma ampla reorganização dos estudos e por uma canalização mais positiva dos mesmos (Iriarte, 1985, p. 409).

Durante seus estudos Frei Manuel do Cenáculo conviveu com mestres renomados como Frei Joaquim de São José (1707-1755), provincial da Ordem Franciscana, de quem ele foi secretário durante sua viagem a Roma em 1750 para assistir ao Capítulo Geral da Ordem Franciscana.

A viagem a Roma em ano de cinquenta, em que acompanhei o sábio mestre Fr. Joaquim, me fará sempre apregoar em quaisquer ramos de literatura, que foi uma disposição efficacíssima para o bem das letras na Província. As famosas bibliotecas, que se presentearam à nossa curiosidade, nas Cidades eruditas da nossa passagem, levantaram milhares de ideias, que se começaram a produzir [...] (Cenáculo, 1794, p. 200).

Essa viagem propiciou ao jovem Frei Manuel do Cenáculo o contato com os gostos literários da Europa, detalhe que parece ter acentuado sua orientação iluminista, de aspecto marcadamente católico.

Apenas uma análise atenta do desenrolar de sua obra, a posição mental implícita numa ou noutra noção que desenvolveu as diretrizes dominantes do seu pensamento filosófico, o significado profundo das suas iniciativas culturais, nos permitirão conhecer, verdadeiramente, o seu iluminismo, de feição especial: a do tipo católico italiana, dos meados do século XVIII, revelado, sobretudo após esta viagem a Roma em 1750 (Caeiro, 1959, p. 38).

No regresso retomou sua atividade docente. Em 1751 elaborou a obra *Coclusiones de lógica* na qual se encontram as novas diretrizes de seu pensamento, a tendência crítica de reação à filosofia e a teologia escolástica. Nela atribuiu o valor introdutório do estudo da História da Filosofia para a compreensão das demais disciplinas. A partir daquele momento suas aulas sofreram uma mudança expressiva, pois o professor mudou sua prática investindo no método de investigação e exposição. Tornou-se um afeiçoado das novas correntes filosóficas e científicas, de filiação cartesiana e newtoniana (Calafate, 2001).

Frei Manuel do Cenáculo soube observar e entender as mudanças de seu tempo. Aproveitou as oportunidades que se apresentaram, e buscou meios de pôr em ação os conhecimentos obtidos. Sua dedicação aos estudos, aliada ao contato com mestres de pensamento pedagógico abertos às possibilidades de mudança no método de ensino e na organização dos conteúdos, oportunizou a ele assumir um perfil iluminista, no pensamento e na ação. Em conformidade com esse espírito reformador, ele colaborou para a mudança dos rumos do ensino em Portugal.

A formação é, com efeito, iluminista e após, o contato que em Roma teve com o iluminismo, envereda decididamente pela via da rejeição da Escolástica e do aristotelismo da época, estando

aberto, no campo científico, à experiência, sobretudo à ciência da física, sendo Newton o seu mentor científico. Esta abertura e este acreditar no valor da ciência experimental estão intimamente ligados à sua educação muito determinada pelo ensino dos Oratorianos e à influência que sobre ele exerceram os Terciários (Ganho, 1984, p. 419).

O erudito franciscano foi um homem de mentalidade aberta às transformações de sua época. Disposto a difundir os estudos científicos em Portugal, ele delineou projetos que demonstravam sua consonância com as ideias ilustradas, que visavam multiplicar os meios de informação e a aquisição do conhecimento, para disponibilizá-los ao público. Ele era um intelectual ativo, preocupado com os problemas existentes no seu país, por meio de sua ação educativa, buscou oferecer possíveis caminhos para qualificar a situação de atraso científico e cultural vivida em seu país.

No discurso e na ação de Dom Frei Manuel do Cenáculo se destacam os elementos que o identificam como um agente que buscou, por meio de uma ação prática junto ao poder político, meios para viabilizar mudanças que combatessem as especulações desordenadas, mas, que se pautassem pela utilidade e praticidade.

Outra característica que se destaca no pensamento de Cenáculo é o ecletismo como uma posição filosófica, resultado de uma atitude crítica, que procurava em todas as correntes e filosofias a verdade. “Essa atitude eclética é o sinal de um interesse pelos problemas práticos, que exigem um acordo entre os homens, apontando assim para um espírito de tolerância e de abertura, de reconhecimento da diferença” (Ganho, 1984, p. 434).

Dom Frei Manuel do Cenáculo era solidário com o poder real, apoiou a tendência centralizadora do governo pombalino, que visava o afastamento da Igreja do poder do Estado, ou seja, era defensor da definição das esferas de poder: “Dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Hespanha, 1998). Adversário dos setores retrógrados e dos intelectuais tradicionais, dotado de profundo conhecimento teórico desempenhou sua prática na perspectiva franciscana de estabelecer um bom relacionamento com a coroa, buscar o equilíbrio nas questões religiosas e políticas, primar pela boa formação e valorizar as virtudes, modernizar a Igreja e levar instrução aos pobres por meio da boa pregação (Cabral, 2010).

Permaneceu em Coimbra até 1755, ano em que um terremoto de grandes proporções arrasou Lisboa. Além de cuidar de sua formação religiosa e doutrinária, Dom Frei Manuel do Cenáculo acumulou leituras,

conhecimentos e encontrou novos argumentos para questionar os critérios pedagógicos estabelecidos pela escolástica, que em Portugal era representada pelo ensino jesuítico. Dedicou-se ao estudo das línguas antigas latim e grego e também as orientais: hebraico, siríaco, “Desperta seu interesse pelas línguas orientais o contato com alguns religiosos Eremitas de San Agustín do Colégio da Graça” (Perez, 1985, p. 20).

O estilo de pensamento do jovem professor franciscano o sintonizava com as novas perspectivas filosóficas em alta naquele momento na Europa, o movimento das Luzes. Sua conduta dinâmica na busca pelo conhecimento, o interesse em trocar informações e o empenho na leitura proporcionaram ao frei franciscano as condições necessárias para analisar com liberdade e autonomia os rumos políticos, sociais, econômicos educacionais de Portugal na segunda metade do século XVIII.

Ele se aproximou do campo político da corte e ocupou vários cargos na Ordem e junto ao poder real: Cronista da Província; Examinador da Igreja e Benefícios das Ordens Militares; Ministro Consultor da Santa Cruzada; Qualificador do Santo Ofício; Capelão-Mor das Armas Reais. Caeiro (1959) destaca que nesse período ocorreu a aproximação de Dom Frei Manuel do Cenáculo com o Marquês de Pombal, o biógrafo explica que a afirmação é amparada nos dados encontrados no diário de Cenáculo.

O erudito franciscano desenvolveu a habilidade de tornar útil o conhecimento adquirido. Em um período que pouca atenção era dada aos estudos de história, ele se preparou para uma possível projeção futura, investiu no aprofundamento do estudo da história literária, também chamada história da cultura. Procurou entender como outros países promoveram reformas de ensino, selecionaram métodos de estudo e organizaram instituições. Portugal não possuía uma história literária elaborada, e Cenáculo se pôs à disposição da coroa para elaborar tal sistematização.

No mesmo dia (7 de fevereiro de 1766) levei ao Conde de presente o 2º tomo da História Literária de Espanha dos nossos terceiros; e lhe resignei a proposição, de que este exemplo era hum estímulo para que os Terceiros de Portugal fizessem a História Literária portuguesa: e que assim eu queria trabalhar (Cenáculo, cod.CXXIX1-17, fl.5).

Uma característica do pensamento ilustrado era a praticidade das ações. Marca da personalidade de Dom Frei Manuel do Cenáculo identificada na sua formação e como indica a citação acima, aflorou na atuação política.

[...] cômico do alto fim a que se propunha, mostra-se prudentíssimo na escolha dos meios políticos e diplomáticos de que espera obter a sua realização [...] daí a aproximação da Corte, a proeminência política que lhe torna possível executar a missão de iluminador (Caeiro, 1959, p. 59).

Dom Frei Manuel do Cenáculo era um intelectual ativo, do tipo urbano. Urbana também foi sua Ordem religiosa, que se pôs, desde sua chegada em solo português ao lado do poder real, trabalhava junto ao povo em atitude sempre conciliatória.

Cenáculo elegeu a pedagogia e a atividade política como formas de intervenção reformadora. Como erudito de seu tempo exerceu variadas atividades “[...] como historiador, político, eclesiástico, reformador, pedagogo e filósofo, distinguindo-se como humanista arqueólogo e bibliófilo, cultivando a numismática, a exegese, a hermenêutica e a liturgia” (Caeiro, 1959, p. 11).

O frei franciscano desenvolveu um trabalho voltado para as questões sociais e culturais da sua época, o aprofundamento teórico que ele buscou nos estudos integrou sua prática, o que significou uma mediação entre ele e o seu momento histórico (Gadotti, 2012).

Em março de 1768, aos 44 anos, nomeado Provincial da Ordem Terceira de Portugal (1768-1777), cargo que lhe possibilitou maior acesso ao meio político. Sobre a importância desse cargo é válido observar o contexto político e as relações entre a corte e a Ordem Franciscana. Pombal já havia expulsado os jesuítas e era pública sua simpatia pelos franciscanos, expressa na forma de benesses reais como a doação aos franciscanos do Colégio do Espírito Santo de Évora e de várias bibliotecas jesuítas.

Atravessava-se um período de tendências regalistas, em que o Soberano influía mais ou menos diretamente, na nomeação dos altos cargos das dignidades eclesiásticas, seculares ou religiosas. Por outro lado o convento franciscano de Nossa Senhora de Jesus ligava-se, por íntimas relações, com a Corte de Lisboa (Caeiro, 1959, p. 55).

O elevado ideal monástico de Cenáculo traduziu-se na política administrativa que adotou com relação à sua Congregação, demonstrando uma perspectiva pedagógica de ação que investiu na formação dos futuros padres que iriam atuar por toda a Província. Era preciso preparar os religiosos para uma vida dura e austera, evitar que após a pronúncia dos votos, descuidassem de suas obrigações clericais e da responsabilidade de atender os fiéis de sua localidade.

Iniciou seu projeto de reforma dando prioridade aos estudos de formação cujos objetivos a alcançar e as diretrizes para consegui-los foram tomando corpo em sucessivos Planos de Estudos, nos quais constam as disciplinas que deveriam compor o curso de formação: Retórica, Grego, Hebraico, Filosofia, Moral, Cânones, História Eclesiástica, Teologia Moral, Teologia, Religião Revelada, Escritura Sagrada (Cenáculo, 1769).

O projeto previa detalhadamente a organização e o emprego do tempo de escolaridade, pressupõe uma organização do trabalho pedagógico que tinha como princípio o acompanhamento das atividades dos alunos com vistas a garantir uma unidade no processo formativo dos noviços, para isso instituiu um conselho formado por ele e mais três padres selecionados entre os mais doutos para fazer a supervisão do trabalho dos estudantes verificando também de forma indireta a dinâmica dos professores (Marcadé, 1978).

A proposta pedagógica de Cenáculo era baseada em uma gestão colegiada do processo, na necessidade de organizar o ensino de maneira sistematizada e na composição de um currículo didaticamente estruturado.

Envolvendo os exercícios literários, muitas dependências, e costumando afrouxar-se neles, faltando quem os vivifique, e lhes dê o tom de consistência, e de melhoramento; faz-se indispensável instituir um Conselho de Religiosos proporcionados àqueles fins [...] A este Conselho pertence regular, consultar e promover quanto respeite o Estado Literário da Província [...] (Cenáculo, 1769, p. 19).

O emprego do tempo de duração dos estudos estritamente regulamentado garantia que os objetivos do ensino fossem alcançados, o programa fixava a repartição das cátedras. A formação inicial e a formação moral eram confiadas a mestres e religiosos qualificados.

A prática pedagógica do professor era um ponto de relevância na concretização dos objetivos da Reforma de 1769. Essa prerrogativa justificava o cuidado na seleção e no acompanhamento do resultado obtido pelos alunos. Cenáculo atribuía ao professor um papel preponderante na formação intelectual e social dos alunos, sobre isso afirmava:

Um dos princípios da ruína dos homens, ou da perfeição, de que eles são capazes, consiste no magistério, a que se confia a educação da mocidade. Por esses motivos haverá especial cuidado em promover para professores os religiosos de probidade decidida, de sã doutrina, segura e constante: serão sujeitos de reputação nos costumes, cuja ciência seja

acompanhada de prudência sem orgulho, nem obstinação, [...] que seja notório seu amor aos livros, e o caráter que lhe deve resultar das aplicações. [...] deve gozar da reputação de homem iluminado, sábio, prudente, de zelo constante e se interessa cordialmente no progresso do discípulo sem predileção de pessoas (Cenáculo, 1769, p. 41-42).

O plano previa também que no mesmo seminário em que eram dadas as aulas, deveriam ser prestados os exames finais, todo esse processo era acompanhado de perto pelo conselho dirigido pelo Provincial. “[...] é isso que determina a orientação para os ciclos de estudos seguintes: os mais dotados são inscritos em cursos de filosofia, alguns de moral e a maior parte fazem um ou dois anos de retórica” (Marcadé, 1978, p. 39).

O senso organizacional e disciplinar que faziam parte da reforma dos estudos da Ordem aproximavam o Provincial do contexto modernizador ao determinar um programa único de ensino para todos os seminários e uma norma de acompanhamento. Entendia que não importava a localização da escola. Era preciso que fosse respeitado o programa de ensino e que fossem ensinadas as mesmas disciplinas com graduais e progressivos níveis de aprofundamento e de reelaboração.

A visão de formação que Dom Frei Manuel do Cenáculo imprimiu ao plano de estudos da Ordem, demonstrou que além da perspectiva de gestão, ele, como um estudioso da educação, aliava ao seu conhecimento teórico sobre os métodos de ensino, a sua experiência prática como professor. A forma como sistematizou o plano de reforma evidenciava sua qualidade de pedagogo (Ganho, 1984).

O plano das atividades de estudo elaborado pelo frei dava ao curso uma dinâmica de exercícios teóricos e práticos, os quais direcionavam para aprofundamento intelectual dos alunos e dos professores. A proximidade do professor no acompanhamento individual e coletivo era um requisito básico da metodologia de formação.

Diariamente os professores de moral faziam um debate sobre um caso de consciência na presença dos estudantes [...] os pregadores de consciência eram altamente qualificados, Cenáculo se mostrava extremamente severo com o recrutamento dos pregadores da ordem [...] no domingo o sermão tratava sobre um ponto de catecismo, a cada quinze dias, os estudantes participavam das Conferências Eclesiásticas, nelas um dos assistentes expunha o tema, um outro fazia a contradição, e toda a assistência participava da discussão [...]

Cenáculo focalizava dois objetivos: formar clérigos com sólida base intelectual e bons religiosos (Marcadé, 1978, p. 41-44).

A metodologia de ensino das diversas áreas do conhecimento que compunham o currículo do curso foi também alvo de atenção da proposta pedagógica do prelado. No planejamento das aulas o professor deveria levar em conta o nível dos seus alunos e lembrar que eram jovens e inexperientes e por isso a abordagem dos conteúdos deveria ser feita com a adoção de uma didática simples e clara, sem a obrigação da cópia e com uso de textos elaborados pelo professor, a participação ativa dos alunos deveria ser estimulada no diálogo com o professor. A aula deveria ser um momento de interação entre o professor, o conteúdo e o aluno de forma contextualizada sem a imposição de verdades, mas sim na demonstração delas. “Havendo método, e ordem nos estudos, não há projeto, que seja impraticável” (Cenáculo, 1769, p. 79).

O provincial explicou e justificou o sistema avaliativo do curso de formação. Orientou os professores sobre a elaboração dos instrumentos avaliativos, adequados ao nível de aprendizagem de seus alunos, assim como a valorização do esforço destes durante as aulas e na realização dos exames. Note-se que apesar da rigidez no cumprimento das atividades atribuídas a cada disciplina, existe o entendimento sobre a individualidade da aprendizagem. “É, porém digno de recomendar-se aos examinadores que tenham presente a proporção dos talentos, para não pretenderem desempenho maior do que as capacidades” (Cenáculo, 1769, p. 23).

Foram dadas as orientações para o desenvolvimento das aulas de cada disciplina, a duração e a distribuição das mesmas no horário diário e semanal, com destaque para a obrigatoriedade do professor em viabilizar a frequência do aluno na biblioteca, o cuidado em garantir que os livros a serem lidos e utilizados pelos alunos e professores eram aqueles aprovados pelo Conselho. Durante as aulas deveria ser reservado espaço para que o aluno pudesse ler em voz alta, argumentar sobre o assunto em debate para que o professor pudesse verificar sua oralidade e a entonação para falar em público.

A formação intelectual do professor tinha grande importância, o plano previa a ampliação dos estudos depois do padre ser ordenado e assumir uma paróquia, incentivo ao aprofundamento teórico e a produção acadêmica, licenças para estudos e aposentadoria, no plano de Jubilações.

[...] dois fins deve ter o grau de jubilação: um deles é o prêmio, que se confere aos professores pelo trabalho de ensinar, e ilustrar a Ordem com suas aplicações; outro consiste em feriados do laboroso exercício das aulas para se empregarem em escrever, e outros desempenhos dignos do homem religioso e de letras [...] devem jubilar em tempo hábil para poderem continuar outros estudos [...] cada lente para jubilar deverá ler pelo espaço de nove anos, compor duas dissertações e fazer a defesa pública (Cenáculo, 1769 p. 46).

Ao se referir aos livros a serem utilizados e lidos no curso de formação, Cenáculo evidenciou seu ecletismo e o sentido de utilidade do conhecimento adquirido nas leituras. Recomendou que nem tudo deve ser lido, pois o acúmulo de informações não colabora para o domínio profundo das várias áreas do conhecimento, mas que seja desenvolvida a habilidade de se “extrair deles o que for útil” (Cenáculo, 1769, p. 49).

Uma característica do projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo, era o senso organizacional, a sistematização e articulação das matérias a serem estudadas, sempre partindo do mais simples para o mais complexo, em que a relação do professor com o aluno deveria ser muito próxima para que ele acompanhasse sua evolução e fizesse a adequação necessária ao prosseguimento dos estudos.

[...] a importância desse objeto, sendo bem considerada, não tanto arrancará as almas do ócio, como lhes dará movimento ajustado a seus desígnios [...] Neste preparo consiste o uso das aulas, nelas se há de promover o bom estudo para desempenharem virtuosamente os seus grandes ofícios [...] e vigorar no cumprimento das obrigações. Das aulas hão de sair cheios de antídotos para os envenenados encontros de toda a vida. Pelas acertadas lições hão de sair instruídos a salvar-se das tempestades das paixões [...] daquela fonte hão de levar água saudável, que banhado gente manchada com desagradáveis nódoas, possa tornar-se mais clara que a neve [...] (Cenáculo, 1791, p. 2-3).

1.1 A Reforma Geral dos Estudos Menores e a Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra

Nomeado para o cargo de presidente da Real Mesa Censória no mês de março de 1770, atuou até 1777. A Real Mesa Censória era uma das instituições estatais criadas para dar suporte às mudanças culturais e

educacionais necessárias para a consolidação do ideário reformador do reinado de D. José I e do governo de seu secretário de estado do reino, Sebastião José de Carvalho e Melo.

No contexto da reforma administrativa empreendida no reinado de D. José I que Dom Frei Manuel do Cenáculo integrou a Junta de Providência Literária (1772), participando da reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra; atuou como presidente da Junta do Subsídio Literário (1771), comissão criada para fazer a gestão dos fundos arrecadados com esse imposto exclusivo para subsidiar a reforma dos estudos em Portugal e nas suas colônias.

As disputas ideológicas entre os grupos dominantes permearam a religiosidade católica portuguesa no século XVIII, seus efeitos foram sentidos nos rumos políticos da sociedade, na cultura e na educação. Nesse campo o embate entre os defensores da escolástica aristotélica na formação do homem em conformação com a natureza, entrou em conflito com difusão das novas perspectivas de formação humana de base empirista e utilitarista, defendidas pelo movimento iluminista. O embate entre dois projetos de sociedade em solo lusitano, um que tentava preservar os privilégios da tradição e o outro que visava modernizar as relações sociais com base na razão e na ciência, foi travado especialmente no campo da educação “que precisava ser libertada do monopólio jesuítico, cujo ensino se mantinha, conforme entendiam presos a Aristóteles e avesso aos métodos modernos de fazer ciência” (Saviani, 2007, p. 80). A pedagogia moderna atribuiu à escola um papel primordial na construção de uma nova maneira de pensar o mundo, uma escola para instruir e que formasse para uma intervenção racional nos meios produtivos, que se articula em torno da didática, da racionalização da aprendizagem dos diversos saberes e em torno da disciplina (Monroe, 1985).

A educação se tornou uma política estatal, foram mudados os objetivos formativos, além de formar o bom cristão, era necessário também instruir o indivíduo para ser útil ao Estado. Para constituir o novo homem, a escola passou a ser uma instituição central na sociedade e sobre os meios e os fins educativos foram tecidos amplos debates entre os intelectuais que se dividiam entre os que defendiam uma escola para todos e aqueles que alertavam para o “perigo” dessa prerrogativa, porém todos concordavam que o Estado deveria fazer a gestão do processo educativo em todos os seus aspectos quantitativo e qualitativo (Monroe, 1985).

Nesse clima de contrastes entre permanências e mudanças, evidenciamos a atuação política e pedagógica de Dom Frei Manuel do Cenáculo

para além da reforma dos estudos de sua Ordem. Como membro do grupo gestor da reforma modernizadora, ele participou do processo de centralização política na figura do rei, assim como lançou mão das prerrogativas administrativas dos cargos que ocupou para pôr em prática e de maneira ampla seu modo de pensar a formação educacional. Sua atividade na Reforma dos Estudos Menores e na Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra trouxe à tona os aspectos de sua formação iluminista e do ecletismo filosófico característico do movimento reformador português (Caeiro, 1959).

Trabalhando com as questões culturais e formativas, a Mesa Censória recebeu também a tarefa de organizar e dirigir os Estudos das Escolas Menores do reino e de seus domínios. Em 1771 a Mesa Censória deixou de ser somente um órgão de censura e passou a representar o que hoje poderíamos denominar de um ministério, ou, ao menos, “uma comissão da educação nacional” (Marcadé, 1978, p. 67).

Decreto Real de 2 de junho de 1771 pôs sob a responsabilidade dos membros da Mesa o Colégio dos Nobres, e na sequência, as Escolas Menores (ler, escrever e contar). Dom Frei Manuel do Cenáculo ocupava o cargo de presidente da mesa, com a atribuição feita pelo decreto, é possível dizer que o cargo por ele ocupado adquiriu a nuance de um diretor de ensino ou ainda, de ministro da educação (Marcadé, 1978).

Para cumprir a tarefa de reestruturar os estudos em Portugal, Cenáculo lançou mão da experiência pedagógica e organizacional obtida com a reforma feita nos estudos da Ordem Terceira. Sua intenção era fazer do ensino um verdadeiro instrumento para vencer a ignorância, voltado para o progresso, para a sua utilidade social e nacional, que só seria alcançado com a formação e o ensinamento de bons professores.

Tentou-se um outro meio de examinar o homem, de o instruir, de o corrigir. Animados alguns sábios do espírito filosófico, desentranharam da profundidade da razão humana as lições, que ela é capaz de subministrar, para que o homem conferido com o homem, aborreça o vício e exercite a virtude (Cenáculo, 1769, p. 25).

O método de ensino centrado no diálogo: expor, ouvir e depois discutir com a demonstração prática do conteúdo, que ele havia proposto para a formação dos noviços de sua ordem, permitia educar segundo os princípios metodologicamente explicitados e fundamentados na razão, refutando o método escolástico. “Deve praticar-se o seguinte método: preferir a maior

aplicação às questões principais, explicar o sentido, o tempo, a ocasião e a consistência” (Cenáculo, 1769, p. 9). Dessa forma estava adequado ao requisito básico do processo modernizador pombalino, um método de ensino com bases científicas para combater o método da repetição dos jesuítas que era uma regra determinada pelo *Ratio Studiorum*.

[...] depois de haver contemplado o texto o aluno esforça-se para assimilá-lo e reproduzi-lo. No silêncio de sua bancada de estudos repetirá depois os processos vitais percorridos pelo autor e analisados na preleção [...] O Ratio preconiza o exercício cotidiano da memória [...] Os educadores do Ratio miravam ainda o enriquecimento do vocabulário e a formação estética do ouvido literário, que assim se habituava à harmonia dos períodos bem torneados. A recitação de cor dos grandes clássicos servia admiravelmente a este duplo objetivo. [...] todos os dias, exceto sábado e dias festivos, designe uma hora de repetição aos nossos escolásticos, para que assim exercitem a inteligência e esclareçam as dificuldades ocorrentes. [...] no final do ano deverá organizar-se a repetição de todas as lições passadas [...] (Franca, 1952, p. 58-59).

Sobre o método escolástico preconizado pelo *Ratio* e utilizado pelos jesuítas Dom Frei Manuel do Cenáculo expressou sua opinião:

Eu devo explicar o sentido em que falo dos escolásticos, porque não pareça confundir o útil, e o vício. A escolástica reprovável é aquela, a que muitos chamaram Aristotelomania: não por haver sido invertida a paixão dos escolásticos nos bons escritos deste filósofo, mas sim no exame do que ele deixou perpetuamente enigmático, e que, os árabes mais confundiram nas versões e comentários. Aristotelomania também se pode entender dos que trataram com um impertinente apuramento de expressões silogísticas, as matérias a que aplicavam, pronunciadas aridamente sem ornamento, pretendendo fazer-lhes original o método de Aristóteles. Mas este filósofo, emulo da glória de Isocrates, ainda que algumas vezes fosse escuro; outras vezes prolixo; outras malicioso, e ímpio; com tudo em diversas obras ostentou a sua agudeza eloquente; e ensinou coisas úteis (Cenáculo, 1769, p. 6-7).

A visão de que o processo educativo precisava reagir ao dogmatismo do ensino escolástico, fechado em si e ministrado pelos jesuítas sem abandonar os princípios úteis encontrados nos estudos de seu autor original, Aristóteles, convergia para que os pontos de vista de Dom Frei Manuel do

Cenáculo e do Marquês se complementassem porque ambos partiam do pressuposto de que a tomada de consciência exigia método, disciplina e acompanhamento sistematizado de todas as ações.

Dom Frei Manuel do Cenáculo, à frente da Real Mesa Censória tomou para si a missão de orquestrar pessoalmente o trabalho de organizar e sistematizar os Estudos Menores em Portugal, para isso providenciou que fosse feito um levantamento das reais condições desse nível de ensino. Sua atitude nos permite observar que ele entendia o ensino como um processo integrado à evolução social, “A educação é um processo contraditório de elementos subjetivos e objetivos, de forças internas e externas” (Gadotti, 2012, p. 72).

Sua atitude, em fazer uma análise com base em dados concretos da realidade, demonstrou seu posicionamento científico, ou seja, sua prática estava vinculada à teoria que fundamentava seu discurso. Esse modo de proceder deu consistência ao seu projeto educativo. Além disso, ele participava da esfera do poder e tinha também a missão de garantir o consentimento, a adesão e o apoio da população ao projeto de Pombal.

A classe dominante deve convencer o conjunto da sociedade de que ela é mais apta, a mais preparada para exercer o poder, que ela representa os interesses de toda a sociedade. Essa hegemonia será exercida pela cultura e pela ideologia. Para se manter no poder não poderá recorrer apenas à força, mas à moral (Gadotti, 2012, p. 78).

Foram agregados aos fatos levantados pela pesquisa encomendada pela Real Mesa Censória, a útil justificativa já instituída pela propaganda pombalina, de que o “caos encontrado nos Estudos Menores” também era culpa do grupo selecionado politicamente para justificar as mazelas organizacionais portuguesas, os jesuítas (Carvalho, 2001).

Reservadas as questões político ideológicas, a Real Mesa Censória fez um Plano de Organização para as Escolas Menores que deveria ser dinamizado no reino e estendido para suas colônias. O Plano indicou detalhadamente a instalação e os procedimentos para o funcionamento das escolas de ler e escrever e de retórica e filosofia, e quem seriam os alunos de cada um dos níveis oferecidos.

A diretriz educativa da política pombalina era atender os anseios da burguesia emergente visando oferecer uma formação que permitisse sua integração ao novo tipo de sociedade, de base econômica mercantil, para isso criou as Aulas de Comércio.

De forma alguma, Pombal pretendia “levar o saber até às grandes massas, ao povo”, porque sua situação “quer material, que intelectual, nunca entrou nas preocupações do grande estadista”. O povo era “uma massa inerte, sem vontade, a quem só cumpria obedecer a quem não se concedia uma única regalia”. Com a criação das escolas régias de ler, escrever e contar, o Marquês de Pombal não tinha em vista alfabetizar as classes populares mas tão-só beneficiar a nobreza de toga, os proprietários fundiários e a burguesia em geral (Adão, 1997, p. 60).

A política modernizadora tinha como meta prática transformar os membros da nobreza em funcionários públicos de alto escalão. Sua instrução deveria contribuir para a formação do indivíduo culto e útil para o Estado, alinhado com os fundamentos teóricos e práticos da ciência e das novas condições sociais, políticas e econômicas do país.

O objetivo principal da reforma pombalina da instrução pública se deu pelo fato do Estado se pôr no lugar da Igreja, e principalmente dos jesuítas. Seus colégios e seu método de ensino foram substituídos pelas Aulas de Comércio e pelo Colégio dos Nobres, que passaram a formar respectivamente técnicos para o trabalho contábil nas Companhias de Comércio e altos funcionários para o Estado.

A sinergia entre os ideais pedagógicos de Cenáculo com os ideais formativos do Marquês não significou a constituição de um bloco único do pensamento e da ação de cada um deles com relação à reforma dos Estudos. Primeiro porque Pombal era o estadista, que estava à frente de um projeto político e econômico de um país em crise, endividado, subordinado à exploração de seus credores e dominado por uma mentalidade tradicionalista. O processo de fixação de sua política passava pelo controle do ensino com vistas à formação de um novo ideário coletivo para dar sustentação aos interesses da coroa.

Segundo, porque Cenáculo era intelectual, sua preocupação filosófica e pedagógica estava voltada para melhoria das condições de vida da população portuguesa, para o bem comum. Apesar de se alinhar com a política reformadora, ele queria contribuir para a mudança de mentalidade e das instituições. Diante do poder de intervenção direta que os cargos políticos lhe proporcionaram, ele utilizou a infraestrutura administrativa para organizar e articular um sistema de ensino que pudesse atender ao maior número possível de pessoas e para que os resultados dos estudos fossem efetivamente úteis à vida e que a população ascenderia, pela razão, ao patamar moderno.

Pregar: exortar: ensinar por todos os meios, e caminhos: dar esmolas, e empregar na minha Esposa quanto for meu de espírito, diligência, e possibilidade material e espiritual: educar a mocidade: dar bom exemplo, e propor-me aos Bispos que devo ter diante dos olhos: buscar pela humildade; e humilhações a minha expiação, que não falta do quê: estabelecer sãs doutrinas; e fazer o Clero aceitável, digno das necessidades dos povos (Cenáculo, cod. CXXIX 1-17, fl.131).

Encontramos no seu discurso e na sua prática, a luta constante pelo acesso ao conhecimento. Ele não poupou esforços para disponibilizar material de estudo, compra e doação de livros, viabilizou a criação de bibliotecas públicas dotadas de laboratórios, salas de mapas, museus, organizou seu funcionamento para que todos aqueles que tivessem interesse pudessem utilizar de suas dependências.

Cenáculo foi de fato um mecenas, protetor dos artistas e escritores, mas foi também um bispo e um estadista empenhado e vivendo a pastoral com intensidade, atento a “as necessidades dos povos” e procurando soluções para elas. [...] sua obra parece apontar para os caminhos da Fé e da Ciência que entende não serem antagônicos, antes se complementam. Por isso sua estratégia principal baseia-se na instrução: instruir os padres de modo a construir uma elite culta e interventiva, porque os povos precisam de bons pastores, conhecedores da religião e da teologia, mas também instruídos na física, na medicina, e agricultura [...] Para o povo a instrução foi para ele sinônimo de catecismo, o melhor antídoto contra os vícios e contra a superstição e meio para obter a aplicação no trabalho, não esperando soluções milagrosas, mas levando o homem a compenetrar-se de que deve tornar a natureza propícia (Vaz, 2009, p. 14).

A análise da atuação política de Pombal e Cenáculo evidenciou o fato de que eram dois representantes do poder instituído, que discursavam do mesmo lugar em uma aparente sintonia. Na parceria política e pedagógica entre Cenáculo e o Marquês, existiu um movimento de forças contraditórias, que se alinhavam na construção de uma nova estrutura social.

A retirada da instrução do domínio quase exclusivo dos jesuítas consistiu na sua substituição por autoridades eclesiásticas e pedagógicas de outras ordens religiosas que melhor se alinhavam com o modelo de afirmação absolutista de cariz católico português.

O regalismo seguido por D. José e o Marques de Pombal apresentava o poder temporal como autônomo e independente do poder espiritual, emanado diretamente de DEUS para o rei. No entanto, nunca existiu emancipação do Estado relativamente à religião e o culto católico nunca foi suprimido (Adão, 1997, p. 67).

As características básicas do processo de transformação da sociedade portuguesa por meio da educação gerenciada pelo Estado foram:

- estatização da administração do ensino concentrando sua gerência primeiro na figura do Diretor Geral dos Estudos e depois no órgão colegiado estatal a Real Mesa Censória;
- estatização do magistério;
- estatização e secularização do conteúdo de ensino;
- estatização da estrutura organizacional dos estudos mediante a criação das aulas régias de primeiras letras e de humanidade mantidas pelo Estado com recursos provenientes do subsídio literário, criado especificamente para esse fim (Saviani, 2007).

Naquele momento histórico, o útil e o prático em matéria de instrução para a nobreza e a burguesia emergente constituíram o foco de atenção da monarquia absolutista pombalina. A retomada do caminho para o crescimento econômico e cultural exigia maior agilidade na formação escolar, melhor aproveitamento do tempo dedicado aos estudos e era preciso ensinar rapidamente e solidamente.

Nesse sentido a sistematização do ensino por meio de um órgão estatal de controle, a instituição de um meio de financiamento e a utilização de método de ensino adequado, foram as ferramentas utilizadas para construir a reforma modernizadora da sociedade portuguesa. “As reformas educativas realizadas pelo Marquês de Pombal foram determinadas pela conjuntura política, econômica e social” (Adão, 1997, p. 5).

O plano político e pedagógico da reforma da instrução pública envolveu o ensino superior, pois além de cuidar da formação para as atividades técnicas ligadas ao comércio e às finanças, era necessário formar outro grupo importante para manter o equilíbrio de forças dentro da sociedade portuguesa iluminada, o grupo dos profissionais liberais, os médicos, os advogados, os teólogos e os engenheiros.

Dom Frei Manuel do Cenáculo participou ativamente do processo de reforma da instrução pública pombalina em todos os níveis, emitiu seu

parecer sobre a situação encontrada e dinamizou, na medida do possível, maneiras de adequar o ensino ao movimento da ciência moderna juntando a ela uma vivência religiosa. “Não ponhamos longe de nós as maravilhas de Deus para nelas mais o reconhecermos e adorarmos” (Cenáculo, 1791, p. 7).

A operação das forças políticas para contemplar toda a formação escolar do homem racional e iluminado pela razão e pela ciência, em solo lusitano resultou no trabalho apresentado pela Junta da Providência Literária, criada em dezembro de 1770, que redigiu os novos Estatutos da Universidade de Coimbra. A nova proposta de formação superior valorizou o método experimental, o método matemático, a ênfase no estudo da história, o apego à crítica e à hermenêutica no tratamento das questões teológico-jurídicas.

A reforma visava manter, mas também atualizar as faculdades de teologia e de lei canônica, incorporar o estudo de fontes portuguesas no currículo da faculdade de direito, atualizar totalmente a faculdade de medicina, fazendo voltar o estudo de anatomia, o estudo de higiene [...] criaram-se novas faculdades de matemática e filosofia. Esta deveria incorporar a metafísica, lógica, ética e as ciências naturais, que utilizavam a observação e a experimentação (Maxwell, 1997, p. 110).

Sua participação na elaboração dos Estatutos, conforme destacou Marcadé (1978), se deu em um sentido amplo de acompanhamento, aconselhamento e na autorização da impressão dos documentos elaborados. O autor ressalta que a conduta adotada por Cenáculo teve origem pela divergência entre ele e Pombal sobre alguns assuntos, fato que teria causado certo constrangimento a Cenáculo, porque na sua visão de reforma de estudos era necessário primar pela afirmação dos critérios científicos, porém para Pombal a reforma dos Estatutos era uma questão política, sua opinião prevalecia sobre a dos demais membros da Junta,

[...] na escolha para adotar o manual para as aulas de teologia, Cenáculo, mais conhecedor das ideias e com mais conhecimentos dos autores – em várias passagens do Diário anota a ignorância dos outros membros da junta, quer no espírito quer na letra dos textos – se tenha oposto com veemência à adoção do ultramontano, o “beneditino Gerbert”, Cenáculo preferia que se adotasse Justino Febronio, um autor mais próximo das tendências jansenistas. Mas Pombal, optou por Gerbert. A decisão da junta acabaria mesmo por ser favorável à adoção do manual da preferência de Pombal (Vaz, 2009, p. 14).

Apesar das controvérsias com Pombal, as quais passaram pela possibilidade de retirar da Mesa Censória a inspeção dos manuais selecionados para serem usados na Universidade, Cenáculo prestou sua colaboração mais efetiva na elaboração dos Estatutos da Faculdade de Teologia. “Nesta abordagem ele já tinha experiência como aluno da referida faculdade e já havia remodelado o conteúdo desta cátedra na reforma dos estudos da Província de sua Ordem” (Marcadé, 1978, p. 81).

O curso de teologia recebeu uma atenção especial na reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, devido à importância política de manter a uniformidade religiosa e moral, lembrando que a política absolutista do primeiro ministro centrou suas forças na eliminação da formação oferecida pelos jesuítas, estes tinham na formação teológica um dos pilares mantenedores de sua hegemonia.

Na análise que Cenáculo fez dos estudos de teologia, evidenciou que faltavam as bases patrísticas e o estudo das línguas orientais, que possibilitariam a leitura dos textos sagrados no original. Defendeu esta ideia com afincamento: sem os textos originais não há estudos válidos, e nenhuma tradução teria igual valor ao original. “A Sagrada escritura aberta a toda hora por interpretações diligentes, e castiças, sendo bem observadas, e vistas desde as raízes as línguas que possuímos, era doce fruto de ensino apurado” (Cenáculo, 1794, p. 97).

Dom Frei Manuel do Cenáculo rejeitava a teologia especulativa desenvolvida desde o século XIII.

Mas como antigamente nas Universidades havia o lume da razão menos vivo em umas faculdades que em outras, não eram iguais os progressos. Cultivava-se pois a filosofia muito abstrata; mas dela costumavam separar-se todos os que estudavam a natureza, e não desconheciam os argumentos matemáticos (Cenáculo, 1794, p. 22).

O pensamento pedagógico, que completava a posição filosófica de Cenáculo a respeito dos estudos a serem desenvolvidos na faculdade de teologia da Universidade de Coimbra reformada, considerava que o estudo da teologia deveria ser fundamentado na escritura, na tradição e na patrística. Obedeceria à constante preocupação de que se busque o sólido em seus estudos. Preveniria a temeridade de as comentarem os Homens sem vocação nem suficiência.

O meio de se evitarem estas desordens escolásticas, é trabalharem os professores por se enriquecerem de doutrina sólida, vasta e varia, bebida em boas fontes. [...] É a Sagrada

Escritura e a tradição, a fonte, onde se há de beber a doutrina pura. [...] Nos Santos Padres achamos a sincera interpretação das escrituras (Cenáculo, 1769- 1770, p. 5; p. 31).

Em contraposição à escolástica adotou-se uma nova posição metodológica. Reprovado o método silogístico e proibidas as questões abstratas. Essas questões funcionavam como preceptivas e limitadoras de abusos.

Proíbem-se todas as questões do possível, porem atendendo a que alguns conduzem para o conhecimento essencial dos objetos, declara-se que só poderão ser tratadas aquela, ou aquelas poucas questões, que parecer ao conselho. Como tem chegado a grande excesso a acrimonia de tratar certas dificuldades, para cuja ilustração tem mostrado a experiência não ter conduzido muito a proposição escolástica, proíbe-se argumentar em nossas aulas sobre as questões especulativas, do ser, ou do ser licito seguir a opinião provável confrontada com a mais provável, as mais questões pertencentes à graça, auxílios, predestinação, e renovação, como tem determinado os Sumos Pontífices (Cenáculo, 1769, p. 32).

O estudo teológico compunha-se das seguintes cadeiras: história eclesiástica; religião revelada, teologia dogmática e escritura. Foi considerada a necessidade do estudo das fontes subsidiárias da teologia – a história – sobretudo a história eclesiástica, a exegese, a hermenêutica, a crítica, os estudos das línguas, particularmente das orientais, a eloquência e a lógica. “Esta distribuição compreende as matérias, que os estatutos da Universidade mandam aprender, e quando de cada uma delas se tratar, será desempenhada esta obrigação com as erudições, que os referidos estatutos determinam” (Cenáculo, 1769, p. 10).

O ensino filosófico modernizado incluiu em suas matérias a história e a lógica, os princípios de geometria e física e algumas lições de pneumatologia e elementos de metafísica. E ainda a ética e o direito natural “O professor de filosofia ensinará história e lógica por Verney” (Cenáculo, 1769, p. 28). Ele defendia a variedade de possibilidades na aquisição do conhecimento, pelo estudo, pela experiência, pelo raciocínio e pela observação (Marcadé, 1978).

A atuação político pedagógica de Dom Frei Manuel do Cenáculo no contexto da reforma dos Estudos Menores e na Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, demonstra sua pedagogia eclética, fundamentada no novo modo de ver o mundo e a realidade, encarando a investigação científica como meio para alcançar a utilidade do gênero humano.

O critério do útil era uma característica básica da pedagogia de Cenáculo. Para ele, a utilidade deveria orientar os estudos e as ciências. E ela levaria a reconhecer a aliança entre a ciência e a técnica, no campo da invenção de instrumentos que emendariam os erros humanos e aperfeiçoariam as artes (Vaz, 2009).

No entendimento de Cenáculo, somente por meio do estudo dos fenômenos naturais em busca de sua explicação real seria possível revolver os problemas humanos. Ao utilizar a razão para explicar os fenômenos naturais o indivíduo poderia também compreender e admirar a obra de Deus. Decorreu desse entendimento a defesa que ele fez do método científico, baseado na observação e na experimentação.

Um sujeito bem instruído e que adianta seu progresso é necessário que tenha a escolha das matérias que prefira as que são úteis e práticas, a questões não só curiosas mas ainda das que são transcendentas, e aquelas que não são a base de relações particulares graves e importantes; que não desperdice o tempo em coisas ociosas; antes o empregue no melhoramento dos homens. Com este leite queremos que os professores nutram seus discípulos (Cenáculo, 1791, p. 517-518).

Para que o sujeito pudesse elevar sua instrução e adquirir o conhecimento útil, Cenáculo defendeu a disponibilização de recursos de estudos para que o aluno buscasse a ampliação do conteúdo da aula e ativasse sua curiosidade em aprender mais e descobrir o mundo. Nesse sentido, ele atribuiu à biblioteca pública um papel fulcral para que se alcançasse a utilidade pública da instrução e do conhecimento verdadeiro.

As bibliotecas fundadas por Cenáculo constituem-se como uma espécie de hiato, de transição para uma biblioteca da modernidade. Percebe-se que os livros são valorizados, não apenas pelo valor enquanto objeto, mas, sobretudo pelo seu valor enquanto objetopedagógico e por essa via de agente de transformação social, ainda que a plenitude das reformas que ele pretendia alcançar não implicasse a alteração do poder absoluto então vigente (Oliveira, 2012, p. 161).

Aos olhos de Cenáculo uma biblioteca não era apenas um local para reunir livros, deveria ser um local em que, além da maior quantidade e qualidade de livros, o leitor pudesse usufruir de laboratórios, museu, sala de mapas e globos, exposição de pinturas, tudo devidamente ordenado em um ambiente limpo, iluminado e arejado. Para ele os livros guardam

preciosidades que devem ser estudadas, analisadas e interpretadas à luz da razão e da ciência.

Nesse sentido a biblioteca era a casa do conhecimento onde os estudiosos poderiam encontrar instrumentos para combater a ignorância, para cultivar o saber de forma a eliminar a defasagem cultural que homens como Cenáculo e outros eruditos ibéricos achavam existir em Portugal face ao resto da Europa. A biblioteca surgia como local onde a erudição proporcionada pelos livros e outros objetos museológicos encontrava sua concretização, um meio pelo qual os homens poderiam encontrar a felicidade de “conhecer bem e ser virtuosos”, na linha dos ideais iluministas da época.

Oferecer um espaço com livre acesso para aqueles que se interessavam em conhecer a riqueza cultural existente nos livros foi uma atitude pioneira e inovadora que Dom Frei Manuel do Cenáculo. Em Portugal não existia, em sentido geral, uma população letrada. A biblioteca pública por ele idealizada se destinou a colaborar para a formação de uma elite culta composta não somente por clérigos, mas também professores, militares, funcionários públicos, ou seja, aqueles que tinham acesso aos Estudos Menores e à Universidade.

O conceito de público no Portugal da época era constituído como “esfera pública”, enquanto local que potencialmente implicava toda gente, mas que na realidade envolvia uma minoria de eruditos. Cenáculo fez exigências de abertura de algumas bibliotecas ao público, bem como condições físicas agradáveis para sua permanência em bibliotecas, mas o público não era na altura o grosso da população, que não tinha formação para acender a esses instrumentos (Oliveira, 2012, p. 160).

Na sua visão, o bem estar da sociedade resultaria da ação prática, racional e consciente de uma elite letrada. Eles seriam os agentes que fariam a mudança social, levando ensinamentos úteis, livres de abstrações e superstições até aqueles que ainda não tinham acesso aos estudos.

Dom Frei Manuel do Cenáculo acreditava que as relações sociais baseadas nos princípios da ciência, da observação, da experimentação, e dá fé produziram a elevação cultural e espiritual do homem, proporcionando a prosperidade coletiva (Marcadé, 1978).

Os trabalhos de Dom Frei Manuel do Cenáculo o classificam como um autêntico exemplo teórico e prático das ideias iluministas em solo português

no século XVIII. Ele contribuiu com o nascimento de várias instituições de ensino público, criou bibliotecas entre as quais a do Convento de Jesus/ Academia das Ciências, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Pública de Évora (Anexo C). Fundou em Beja, em 1791, o primeiro museu público português, o Museu Sesinando Cenáculo Pecence (Caeiro, 1959; Calafate, 1984).

1.2 O bispo e seu projeto educativo e social em Beja

Em 1777, estando com 53 anos deixou a vida na corte e retirou-se para Beja e se dedicou ao governo de sua diocese. A sua chegada a Beja motivou o povo e as autoridades alentejanas a comemorar com festa sua presença entre ele.

Voltou-se para aos estudos de arqueologia e escreveu várias obras, entre elas os Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça do seu Bispado, publicado em 1791. Obra de grande importância para o estudo do pensamento do franciscano (Caeiro, 1959).

Dom Frei Manuel do Cenáculo era um homem de projetos e expressou ideias ajustadas à realidade que se desenhava à sua frente, revelou pela racionalidade ou pela historicidade, a consciência política de que antes de tudo ele era um clérigo, um Bispo, apresentou uma progressiva autoconsciência de que tinha uma missão a cumprir junto a sua diocese.

[...] ele exprime sua vontade de levar a instrução a todos os diocesanos. Se para o povo simples a instrução podia ser sinônimo de catecismo, para os párocos e restante do clero, a instrução era muito mais abrangente, ou se preferirmos especializada, dados os objetivos enunciados de o tornar aceitável na fé, e digno das necessidades dos povos (Vaz, 2011. p. 3).

Ao imprimir essa prática junto ao grupo dos intelectuais e do povo simples, Cenáculo evidenciou a capacidade organizativa da Igreja na esfera cultural. Oferecer instrução, mesmo que diferenciada, aos grupos sociais do Alentejo desencadeou uma ação política com caráter de transformação histórica, a realidade encontrada por ele mostrava um espaço geográfico e social descuidado, mergulhado no obscurantismo supersticioso e na exploração do trabalho dos simplórios (Falcon, 1993).

Na busca pelo equilíbrio entre a fé e a razão, o bispo fomentou nova dinâmica na vida religiosa, educacional, econômica e social de sua diocese.

Duas frentes de trabalho educativo ocuparam sua atenção. Deu melhor instrução ao clero de sua diocese para que eles pudessem ser as luzes nos mais distantes rincões da província. Deu instrução aos seus diocesanos, para além das obras de catequização. Ele criou um curso de formação de mestras para meninas, voltado para o ensino das letras e dos ofícios manuais próprios do sexo feminino e o curso de Humanidades e Teologia “Conferências eclesíásticas” ao qual ele se dedicou pessoalmente para a eficiência dos estudos de formação inicial e continuada dos padres de sua diocese (Caeiro, 1959)

A diocese de Beja apresentou-se a Cenáculo como um desafio árduo, formado por uma realidade bem diferente do clima agitado, progressista e cultural de Lisboa. A região era essencialmente rural, sua base econômica era a agricultura, as relações de produção eram precárias, o que se refletia na precária condição de subsistência e saúde do povo. Marcadé (1978) descreve o território abrangido pela diocese como uma região pobre, com uma população mergulhada na ignorância, assolada por várias doenças e pela falta de higiene. Suas manifestações de fé eram ruidosas e dotadas de exageros desnecessários e que não tinha contato com as novas ideias filosóficas.

Cenáculo vai se interessar por essa tarefa não como o teórico que procura verificar o bom funcionamento de tal ou tal hipótese, nem como o prático que quer colocar em obra seus conhecimentos, mas simplesmente como homem de boa vontade que quer prestar serviço a seus semelhantes (Marcadé, 1978, p. 291).

Dom Frei Manuel do Cenáculo viu a necessidade de intervir naquele quadro de miséria e exploração sofrido pela maioria da população de sua diocese, carente de pão, de oração, de instrução, de respeito e de liberdade. Ele entendia que era preciso dar condições para que os “simplo-rios” pudessem melhorar sua condição de vida. Porém, é oportuno analisar a conduta de Cenáculo perante o contexto em que ele se inseriu e sua convicção filosófica e política sobre o lugar que cada grupo social deveria ocupar na sociedade.

Na sua ação política e educacional, ele afirmava não acreditar na possibilidade de uma aliança entre os assalariados para obter a garantia de seus direitos como grupo social. Ele pôs em evidência a miséria em que viviam esses trabalhadores e convidou os representantes dos grupos

dominantes locais a olharem com solidariedade cristã para seus semelhantes e, na medida do possível, eles poderiam ajudá-los oferecendo a eles melhores condições de vida (Marcadé, 1978; Caeiro, 1959; Vaz, 2011).

Esse chamamento para a caridade não representou nenhuma manobra política, o convite ao exercício da solidariedade feito pelo bispo estava adequado ao profundo caráter religioso dos diocesanos.

Nós não encontramos nenhuma parte de conselhos de resignação como tantos homens da Igreja retiraram de uma má interpretação do Evangelho. Ao contrário Cenáculo faz apelo ao senso de justiça, tanto quanto a caridade cristã para pedir aos ricos, aos proprietários para virem em auxílio dos trabalhadores. Ele não pretende uma transformação – ou uma revolução social – seu século, sua formação, seu meio não o permitem concebê-la. O mínimo que pretende são algumas reformas, uma solidariedade que, num mundo cristão permitira atenuar as desigualdades sociais (Marcadé, 1978, p. 294).

Esse traço do pensamento pedagógico de Cenáculo implicava na sua prática social. Ela não foi neutra, tinha objetivo e conteúdo. Ele sistematizou o conteúdo formativo para que os resultados sociais pudessem melhorar a estrutura já existente, sem a necessidade de transformar as relações de poder entre os grupos que compunham a sociedade.

Dom Frei Manuel do Cenáculo trabalhou no sentido de estimular a mudança dos aspectos negativos dos meios produtivos da diocese, pelo princípio da caridade, praticada por ele na forma de esmolas e doações, cumprindo um preceito de sua Ordem, mas também referendando sua visão de mundo iluminista. Ele assumiu a responsabilidade financeira pela criação e manutenção de escolas, de orfanatos, do pagamento de dois professores de língua latina para fixarem residência em Beja.

Também financiou e manteve o Seminário de Beja, abasteceu de livros sua biblioteca, comprou peças para o museu, além de enviar proventos para religiosos da Ordem Terceira que trabalhavam no Colégio do Espírito Santo, em Évora. O financiamento e a doação de livros e outros recursos de erudição foram uma prática comum entre os intelectuais ligados ao movimento iluminista, no cultivo da tradição do movimento de propagação de ideias modernizadoras.

As preocupações do bispo não se resumiram a oferecer locais para instrução, mas também em disponibilizar os meios para que fosse fundamentada pelos princípios da ciência e da razão (Cenáculo, 1769). No seu projeto

educativo, Cenáculo recomendou o conhecimento da realidade para o planejamento da intervenção educativa, na busca de dados quantitativos e qualitativos sobre as condições da diocese. Ele encomendou um censo para conhecer detalhadamente a situação econômica e social de Beja e estabelecer as prioridades de seu episcopado. (Cenáculo, 1786).

Os resultados atestaram os fatos que ele já tinha observado: o trabalho educativo estava ligado à necessidade de um trabalho social mais efetivo com apoio e a participação das autoridades e profissionais liberais. Buscou apoio para viabilizar o oferecimento de assistência médica e jurídica gratuita aos pobres, assim como a distribuição de remédios. No campo espiritual, providenciou para que mesmo os fiéis que moravam nos lugares mais afastados de uma Igreja, pudessem receber os últimos sacramentos com a instituição de uma missa cotidiana pelas almas agonizantes (Cenáculo, 1786).

A sua ação pastoral na diocese passava pelas questões de assistência social e educacional. Com as ações empreendidas, Cenáculo alcançou no Alentejo uma maior projeção e admiração consensuada por toda a população do que aquela que tinha conhecido no terreno político em Lisboa. O prestígio alcançado pelo bispo em Beja estava centrado em sua pessoa e em suas ações voltadas para o bem estar do povo de sua diocese (Vaz, 2011).

Na organização e na sistematização dos estudos de formação inicial dos padres de sua diocese e do acompanhamento pedagógico para aqueles que já estavam inscritos na vida pastoral que Dom Frei Manuel do Cenáculo novamente deu mostras do domínio metodológico e didático necessário para estabelecer uma formação articulada, objetiva e útil.

Cenáculo enfatiza a necessidade de estudos conduzidos; ele quer um clero instruído, ele quer que seus padres tenham clareza de tudo, mesmo das matérias científicas [...] da matemática [...] a cultura geral não é negligenciada, os seminaristas podem, se desejarem, seguirem cursos de retórica (Marcadé, 1978, p. 308).

A metodologia do trabalho e a didática das aulas no Seminário de Beja seguiram os princípios da reforma que Cenáculo havia feito em 1769 no Plano de Estudos da Ordem Terceira de São Francisco, sendo que a eles foram acrescentados alguns procedimentos que tornavam os estudos do seminário ajustados às necessidades da diocese. Entre as propostas pedagógicas figuraram:

- As Reuniões Literárias: recurso de formação que em linguagem atual podemos chamar de grupo de estudo. Os professores selecionavam os temas e os livros com antecedência, os alunos recebiam o material que era lido individualmente e durante a reunião eram debatidos os questionamentos levantados;
- As Conferências Eclesiásticas, dirigidas aos padres que atuavam em todas as paróquias da diocese e demais seminários. Era, em termos atuais, um modelo de educação à distância e continuada. O material era selecionado e organizado em Beja, depois, era enviado para os locais previamente determinados como centros de distribuição. Ali aconteciam reuniões mensais para debate do tema estudado, os vigários forenses eram encarregados de fazer o repasse desses debates para os demais padres da diocese que, por vários motivos (principalmente a distância), não conseguiam participar das conferências (Cenáculo, 1769; Marcadé, 1978).

O objetivo das conferências era o aprofundamento teórico dos participantes, assim como a melhoria de sua capacidade de argumentação e articulação de ideias na lida diária das diversas paróquias. Os passos para o estudo consistiam em leitura, exposição, crítica, mediação e conclusão sobre cada um dos temas abordados, e as reuniões duravam entre duas e duas horas e meia (Cenáculo, 1769).

A participação nas reuniões literárias e nas conferências era livre, esse foi outro ponto em que se centrou a ação educativa da pastoral de Cenáculo, o método de ensino fundamentado em uma ação de carinho e atenção dos professores para cativar os alunos, sua presença constante, a identificação atenta de cada aluno, o ensino individualizado e a atenção no acompanhamento dos estudos, permitia o estabelecimento de um vínculo de respeito e compromisso individual e coletivo entre professor e aluno (Cenáculo, 1769).

Dom Frei Manuel do Cenáculo também observou a necessidade de oferecer aos leigos, habitantes de sua diocese, uma instrução que pudesse melhorar a compreensão sobre a religiosidade, sobre os sacramentos, organizar as práticas exteriores e o culto, separar a superstição da religião, valorizar o trabalho no campo e as virtudes do bom cristão. Estas prerrogativas revelaram o caráter iluminista do bispo em libertar o povo pobre das amarras do misticismo e apontar-lhe as possibilidades de conhecer e intervir na natureza a seu favor.

O homem há de ocupar-se, este é seu destino, se não o fizer com virtude de cidadão, gastar-se-á no vício, no ócio afrontoso, na enfermidade enfadonha, na demanda devoradora, em roer-se no trabalho das paixões, na angustia cruel da fome, e sede, nas fermentações domésticas e contratempos do ânimo (Cenáculo, 1786, p. 44).

A proposta de ensino com base na catequese elaborada por Cenáculo era destinada aos fiéis de sua diocese. Destacamos aqui mais um aspecto do projeto educativo do bispo. Apesar de afirmar que a instrução deveria ser oferecida sempre para as crianças em tenra idade, pois elas são mais dóceis, possuem espírito curioso, e ainda não foram contaminadas com os vícios do mundo, ele não excluiu a oferta de instrução para os jovens e os adultos, proposta educativa avançada para seu contexto histórico.

Sobre alguns pontos Cenáculo estava avançado em um século e meio de seu tempo histórico e sua concepção de ensino personalizado pode ser encontrada em teorias contemporâneas a ele, sublinhou Marcadé (1978).

No projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo a formação catequética não poderia se restringir ao ensinamento apenas da doutrina cristã católica, este é um momento privilegiado de aprendizagem, deveria envolver a formação dos bons hábitos, e da disciplina, ou seja, ele nos indica mais uma marca de seu projeto educativo, a importância de formar a pessoa de maneira ampla para que aprenda os preceitos da civilidade, da utilidade do conhecimento, dentro dos valores cristãos.¹

Em consonância com outros teólogos portugueses que também defendiam a importância do catecismo para a educação religiosa, o prelado empreendeu seu projeto educativo para o povo, uma catequese com dimensão social e política que se aplicava a todas as relações do homem, por isto a instrução não se dirigia apenas às crianças, mas a todos os membros da comunidade, “[...] porque não entendemos por catecismo somente o que pertence às perguntas simples dos meninos mas tudo o que respeita à doutrina da religião, costumes, e disciplina” (Cenáculo, 1791, p. 4).

¹ O catecismo, entendido como livro e ensino das verdades da religião, apesar de seus antecedentes remontarem ao tempo dos primeiros cristãos e época medieval, só a partir do século XVI se assumiu como nova pedagogia e meio de cultura das massas. Para o fato contribuíram decisivamente os movimentos reformistas e o desenvolvimento da imprensa. [...] O catecismo constituiu um produto cultural que envolve todos os grupos sociais e, embora sendo produzido fundamentalmente pelas elites eclesiais, dirige-se sobretudo aos grupos populares e às crianças (Vaz, 2002, p. 255).

O bispo franciscano também defendeu a adoção de manuais para o desenvolvimento dos estudos. Para o ensino catequético de seus diocesanos escolheu e adaptou o *Catecismo de Montpellier*, que classificava como de bom conteúdo. Mas na sua versão original não estava adequado aos preceitos necessários para a população rural e a simplicidade de seus fiéis. “Sua adaptação resultou em um manual, mais simples, básico, de letras grandes, que poderia facilitar os estudos e o acesso ao povo” (Marcadé, 1978, p. 343).

Distinguimos aqui outro aspecto do pensamento pedagógico de Cenáculo, o cuidado na escolha e na adequação do material de estudo. O critério básico de seleção dos manuais de ensino deveria ser o nível de conhecimento do público destinado.

Toda proposta de ensino precisa de bases didáticas e metodológicas para que possa atingir seus objetivos. Os procedimentos adotados por Cenáculo levaram em consideração a realidade em que estavam inseridos aqueles aos quais se destinava a instrução. Ele recomendava aos párocos e catequistas para que organizassem de maneira clara e objetiva suas exposições, partindo sempre do mais simples para o mais complexo, que os pais e os filhos recebessem a orientação juntos e as etapas do ensino deveriam respeitar o tempo de aprendizagem individual de forma sucessiva e prudente.

Ao inserir os adultos junto com as crianças nas aulas de catequese, ele tinha o objetivo de estimular os pais a acompanharem de perto o estudo dos filhos, favorecendo maior entrosamento familiar. Esse era outro destaque de seu pensamento pedagógico, o envolvimento da família no processo de aprendizagem escolar dos filhos.

Para melhor adequar a instrução catequética dando a ela o suporte teórico necessário para evitar os possíveis desvios de interpretação e também porque o número de párocos era pequeno e tinha outras obrigações, Cenáculo instituiu a formação de um grupo de catequistas em Beja. Esses jovens, depois de instruídos, eram enviados para o interior para ajudar no trabalho catequético. A metodologia de ensino estava pautada nos seguintes pontos:

- para iniciar os estudos o professor pode recorrer a comparações, usar exemplos materiais para facilitar a compreensão de seus alunos;
- partir das ideias simples e de base, e somente após serem conhecidas e dominadas pelos alunos, avançar;
- a qualidade das aulas será avaliada pela clareza e simplicidade com o professor proferir sua fala;

- o aluno deve ser estimulado a recitar o catecismo, mas não decorar o texto, ele deve conseguir falar sobre ele, expressando seu entendimento sobre os diversos aspectos da vida religiosa;
- evitar primordialmente discussões metafísicas ou teológicas (Marcadé, 1978).

A análise didática do projeto educativo, com base na sua proposta de catequese, aponta para a adoção de uma instrução gradual e ministrada em diversas categorias, nelas figuravam os pais, as pessoas de ambos os sexos, e ainda, os “meninos adiantados”. Aqueles que ministravam a catequese também diferiam no nível de aprofundamento de formação, mas todos estavam aptos a ministrar um ensino que favorecia aos alunos a memorização das palavras dos mistérios. O método deveria ser priorizado como caminho mais curto para uma boa aprendizagem, com clareza e simplicidade (Vaz, 2002).

Dom Frei Manuel do Cenáculo, além das ações relativas à instrução dos clérigos e dos fiéis de sua diocese, também se empenhou em incentivar a melhoria do cultivo da terra, tendo em vista o melhoramento do nível econômico do povo e o maior povoamento do território, como fonte de riqueza e valorização do Reino. Ele defendia o trabalho como a melhor solução para evitar a moleza do corpo e da alma, a corrupção do governo, o excesso do luxo, da lascividade e da indigência.

Asseio e civilidade são louváveis; mas sistema de luxo desproporcionado, e assim mesmo constante, e quotidiano, enfraquece o valente vigor do espírito, para nem entender as sóbrias profundezas da sobriedade. [...] A fome e a sede não são fados invariáveis, o trabalho é meio seguro de os mudar para boa sorte. [...] Este pensamento é provido arbítrios de cansar a preguiça e de levar força ao cérebro dos homens, porque ele entorpecido é que vem a dissipação dos braços. Esta polícia afrouxa a corrupção, pondo imaginativa, pensamentos, alam e corpo dos homens em mil exercícios de indústria, em preservação de amortecerem tentativas e em movimento para distração dos mais a que leva a ociosidade, e felizmente aquela polícia os põe no caminho de serem úteis a si, aos outros, à pátria, com superioridade a qualquer inércia de ruína (Cenáculo, 1786, p. 20–21).

O bispo de Beja, em sua Pastoral Sobre a Confiança Divina (1786), exortou o povo ao trabalho e à oração, incentivou a busca pelo conhecimento,

com disciplina e dedicação. Nela também encontramos traços da influência iluminista da doutrina dos fisiocratas na concepção econômica do franciscano, a exortação do trabalho agrícola e seu potencial educativo.

Não basta crer no poder de Deus é necessário cooperar-lhe. [...] Se o homem fosse máquina passiva, esta seria sua escusa; mas ele tem espírito ativo, e judicioso para emprego, e governo dos membros, que o encerram. O entendimento adverte que trilhe a terra, conhecendo-a, e aproveitando-a. Que nada seja unicamente pela face, que estude as possibilidades da terra que foram dadas para o exercício de toda a sorte de homens [...] (Cenáculo, 1786, p. 20).

Encontramos em Dom Frei Manuel do Cenáculo um homem preocupado com as questões educativas de seu tempo. Enciclopédico, ele procurou unir a fé e a razão, animado por uma fé sincera e de um senso agudo de sua missão apostólica, procurou melhorar a vida da população de sua diocese.

Defensor do racionalismo e pedagogo, envolvido com o acesso ao conhecimento pelo contato com os livros, pelo planejamento e articulação da instrução e pela utilidade do saber. Cenáculo, pela sua formação e sua participação ativa na sociedade, elaborou uma leitura própria e articulada das novas diretrizes do pensamento filosófico iluminista que imperou na Europa no século XVIII, adaptando-as ao catolicismo em Portugal.

A PEDAGOGIA DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO NA OBRA CUIDADOS LITERÁRIOS

Na obra escrita por Dom Frei Manuel do Cenáculo em 1791, *Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça de seu Bispado*, encontramos as diretrizes que identificam as aproximações do seu projeto educativo com a reforma modernizadora do ensino em Portugal, assim como a contribuição de seu pensamento pedagógico para a história da educação.

Cuidados Literários pode ser considerado como um manual de instrução para professores, padres e elite letrada civil. Naquele período, os professores eram os padres, que independentes da abrangência de sua paróquia, eram os principais interlocutores entre a ciência e a população. Ao se reportar a eles, o bispo enumerou um conjunto de “cuidados” com relação aos livros a serem lidos, ao método de ensino a ser utilizado, a organização dos estudos, à didática do professor, ao compromisso educativo dos padres e a importância do planejamento das ações voltadas para o ensino e para a aprendizagem (Vaz, 2009).

O valor da obra em questão centra-se na intenção do autor em oferecer mais uma oportunidade de reflexão sobre a questão do método de ensino e da didática de como melhor ensinar para aqueles que se interessavam pelo novo estilo de instrução, oferecer um debate, nas palavras de Cenáculo (1791), sem os “devaneios abstratos”, visando mostrar a dialética na busca pelo conhecimento e necessidade do homem em preservar a fé na religião revelada. Interessam-nos as ideias pedagógicas expressadas por Dom Frei Manuel do Cenáculo e suas relações com o novo pensamento político-pedagógico em Portugal, na segunda metade do século XVIII.

Na obra, composta por dez seções encontramos a dimensão de seu pensamento pedagógico para a organização do ensino modernizador em Portugal, na segunda metade do século XVIII.

Na introdução da obra *Cuidados Literários* Dom Frei Manuel do Cenáculo anunciou sua destinação “ao amado clero e fiéis da nossa diocese, saúda o seu pastor” (Cenáculo, 1791, p.1). Por meio do conteúdo da obra o autor conversou principalmente com os clérigos e com a elite letrada de sua diocese. Ao abordar questões sobre o interesse pelo conhecimento, a formação de professores, a utilidade da instrução para a melhoria das condições de vida da comunidade alentejana e a preservação dos princípios religiosos católicos, ele ressaltou o compromisso de todos formadores, clérigos ou não, com a instrução. Não se limitou às relações internas da escola, transcendeu para uma ação educativa de amplo aspecto com vistas a melhoria das condições de vida da comunidade. “A constituição de um ordenando, os fins, para que ele se encaminha quais sejam os ofícios, para que se dispõem, são coisas que a cada hora devem estar em consideração, tanto dos discípulos como dos instrutores” (Cenáculo, 1791, p. 1).

O prelado indicou o sentido útil e prático da educação quando lembrou aos clérigos e professores sobre as expectativas geradas na família, na comunidade e no próprio estudante quanto aos resultados do tempo dedicado aos estudos, daí ele chamar a atenção para “o que ensinar” e “como ensinar”, porque, segundo ele, facilmente se instalam os “vícios” que causam a acomodação de quem ensina e de quem aprende. Para evitar que a instrução perdesse sua utilidade e racionalidade Dom Frei Manuel do Cenáculo orientou para o seguinte cuidado:

[...] estes homens de Deus, ministros do santuário, que a ele hão de levar outros homens com dignidade e pureza, é forçoso que para tanto sejam habilitados [...] Neste preparo consiste o uso das aulas, nelas se há de promover o bom estudo para que desempenhem virtuosamente seus grandes ofícios [...] (Cenáculo, 1791, p. 2).

Com a afirmação acima, o bispo de Beja prescreveu que selecionar os conteúdos e a metodologia a ser utilizada no desenvolvimento deles é uma tarefa básica do ofício do professor e que o planejamento é caminho para que ele organize com antecedência sua aula. A ação de planejar implica em conhecer novos métodos que viabilizem novos estudos, por isso o autor aconselha que o professor esteja sempre disposto a estudar e experimentar novas possibilidades de dinamizar a apropriação do conhecimento pelo aluno.

Para realizar adequadamente essa tarefa é fundamental oferecer uma boa formação para os clérigos e professores. “Porque por ela fará esclarecer, e brilhar luz transparente com graça e aceitação, quanto às leis, a razão e a virtude [...] gente abatida na terra, carece de montes levantados de sabedoria [...]” (Cenáculo, 1791, p. 5).

Na perspectiva pedagógica do bispo de Beja, o clérigo professor, ou qualquer outra pessoa que exercesse o ofício de ensinar, precisava assumir o compromisso e a responsabilidade com o resultado de seu trabalho, além de dominar os conceitos científicos e os meios para organizar sua aula. O autor chamou a atenção para o fato de que o professor precisava ter autoridade de conhecimento sobre seu ofício. Era o domínio do conhecimento e do método para utilizá-lo que daria ao mestre a autoridade de conduzir “sem sombras”, “enganos”, ou “vícios” seus alunos por “caminhos seguros”. “Ali se encontra a preparação do homem para servir a razão, ali a filosofia, que sujeita a verdade, ali é promovido o interesse legítimo em nobre causa, ali se acha escola de paciência literária, mãe de frutos dignos e abençoados” (Cenáculo, 1791, p. 6).

O comportamento disciplinado dos alunos para com os estudos, no pensamento pedagógico de Cenáculo, seria uma via natural da relação ensino e aprendizagem se os professores fossem providos de fundamentos teóricos e metodológicos consistentes e cientificamente comprovados. Os alunos saberiam reconhecer o professor que soubesse conduzir seu trabalho e isso seria motivo para o nascimento de um vínculo afetivo entre eles, apontado pelo prelado como necessário para o bom desenvolvimento da instrução (Cenáculo, 1791).

Ao pôr na ordem do dia a relação entre o domínio da matéria de estudo pelo professor e o retorno dado pelos alunos durante as aulas e fora delas, apontou para o caminho da construção contínua do conhecimento, no qual a instrução tomaria sentido prático de elaboração coletiva, que prepararia para a participação do indivíduo na sociedade pré-industrial daquele período. Esse detalhe se constituía em uma novidade na institucionalização da escola como local de preparação para a vida e para o trabalho.

A boa relação entre o ensino e a aprendizagem exigiria que o professor e o aluno compreendessem que faziam parte de um mesmo movimento e deveriam estar dispostos “para saber ensinar e para receber doutrina em recíproco acordo com aproveitamento por estrada levada, e felicíssimo termo em ambas as vidas” (Cenáculo, 1791, p. 6).

O autor alertou para os “desvios” que poderiam surgir no decorrer do processo educativo e que, em alguns casos, fugiriam ao domínio teórico metodológico do professor. Nesse sentido o autor abordou as desigualdades individuais denominadas no texto com as palavras “vícios” ou “defeitos”. Apesar da dificuldade em ministrar um ensino homogêneo em consonância com as particularidades que um ou outro aluno apresentaria, o professor bem formado e com paciência saberia articular um ensino adequado às dificuldades individuais. Porém, se os “defeitos” superassem os limites da tolerância e da boa convivência causando desarranjos dos aspectos disciplinares, Cenáculo recomendava o uso de cuidados no sentido de procurar meios de qualificar a relação entre o aluno e o professor, mas sem o uso de violência e dos castigos físicos.

Os estudos não correm sempre desembaraçados, há nisso contradições [...] a ciência e os costumes têm dias de assento e de crise na mudança [...] quem dá lei naquele repouso, se é incomodado, sobressalta-se e quer vingar sua autoridade [...] tem os moços mil riscos e descontos, qualquer atrativo engodam e levam as almas a afrouxar, se o clima é pesado os espíritos não se esforçam, mais querem jazer com a lembrança da feia e desagradável preguiça [...] A higiene desta feia enfermidade consiste na afeição. Para este efeito se há de supor nos instrutores a sabedoria, a virtude e poderosa energia em aplicá-las e criar a simpatia necessária entre mestres e discípulos (Cenáculo, 1791, p. 10).

Ao traçar um marco divisor sobre o comportamento do aluno, que o professor deveria observar e intervir de modo adequado, o prelado apontou mais um parâmetro de seu pensamento pedagógico, no qual destacou a necessidade da prática educativa do professor em identificar e agir pontualmente sobre a forma como o aluno se comportava nas aulas. Expressou sua compreensão da educação como a somatória da aprendizagem acadêmica com a formação individual e valorização da convivência social.

Este é um aspecto importante da pedagogia de Dom Frei Manuel do Cenáculo, a criação e a manutenção do vínculo afetivo entre o mestre e o discípulo. As relações educativas deveriam ser fundamentadas no respeito, na cordialidade e no diálogo. Cenáculo, em várias passagens da obra afirmou que o estudo é uma tarefa difícil que pode levar ao desânimo, porém, se o mestre soubesse dosar o ensino e acolher o aluno com carinho, este faria progressos e iria se dedicar aos estudos. “A bem de tais fins

levem as lições, ensino e virtude, levem nas matérias explicadas o imã de seus fins: são por este modo estudos proveitosos e de fixa consistência” (Cenáculo, 1791, p. 11).

Abordou sobre a organização dos conteúdos das matérias de estudo, a articulação entre as ciências e o cuidado para que não ocorresse a interpretação errônea de que ao terminar uma etapa de estudos, fosse visto como algo pronto e acabado. “Quanto mais nele se penetra, mais se apuram as forças, porque se vê o que falta e muito deseja se possuir esse buscar” (Cenáculo, 1791, p. 13).

A construção do conhecimento no pensamento pedagógico de Dom Frei Manuel do Cenáculo deveria ser elaborada passo a passo. Para atingir esse objetivo o autor destacou a necessidade da boa formação do professor, principalmente do meio clerical, porque a maior parte daqueles que iam para as escolas ensinar eram padres.

Aliada à formação, também era importante a racionalidade na seleção e na organização dos conteúdos nas áreas de estudos, que ele chamou de ciências, com o objetivo de estabelecer a articulação entre elas e ressaltando sua relação com o real e o útil. Destacou ainda a necessária profundidade com que os conteúdos deveriam ser trabalhados.

Portugal não tinha e não conhecia, até aquele momento, experiências pedagógicas diferenciadas como aquelas iniciativas que ocorreram em outros países da Europa. O país estava passando por um processo de crise ou transformação política, social e econômica, a alternativa para superar as dificuldades foi investir na instrução (Carvalho, 2001).

A proposta de Cenáculo de organizar a instrução pública numa unidade orgânica da escola primária à universidade, investindo na formação sólida do professor é um dos pontos que ligam o prelado ao ideário educativo do iluminismo e articula seu projeto educativo com as mudanças do processo produtivo da segunda metade do século XVIII, adequada para fomentar as mudanças modernizadoras no reino português. Ele ressalta que:

Qualquer tema para ser bem entendido, carece de ser profunda sua letra, seu espírito, seu íntimo. As combinações com que ele se refere a outros objetos, pedem exame de todos eles. Qualquer tema tem respeito a ciências e artes: tem locução, figuras dela, energia e religião. Em todas essas combinações tanta variedade pode haver, quanta abundância, com que os homens costumam adiantar seus pensamentos (Cenáculo, 1791, p. 13).

Ao recomendar o cuidado com a abrangência dos conteúdos, o prelado destacou que não se tratava de habilitar todos os alunos enciclopedicamente e que nem todos os níveis de ensino poderiam ser alcançados por todas as pessoas, mas o ensino deveria ser organizado e articulado de maneira que o aluno, ao receber instrução em qualquer nível, fosse munido de conhecimento útil e o “quanto baste para ornar e servir a profissão principal de cada um, em que deve ser esmerado, e nela fazer os maiores progressos” (Cenáculo, 1791, p. 13).

A forma como o prelado tratou a questão da instrução em observância às diferenças individuais, é mais um ponto que alinha sua pedagogia com a dos teóricos do iluminismo. Estes defendiam a tese de que a instrução deveria ser diferenciada para os diferentes grupos sociais. Cenáculo também orientava para a elite ilustrada uma formação científica e para a população rústica uma instrução catequética observando a virtude e os bons costumes (Vaz, 2011).

O diferencial de seu pensamento pedagógico está no sentido institucional do sistema de ensino, da seleção das matérias de estudos, da articulação dos conteúdos e da metodologia.

3.1 Cuidados recomendados para a seleção dos conteúdos de ensino e o uso do método

Um ponto chave do movimento dialético entre o ensinar e o aprender revelado na análise do pensamento pedagógico de Dom Frei Manuel do Cenáculo evidenciou a sua capacidade de elaborar e exemplificar procedimentos adequados para as diferentes matérias de ensino que ele incluiu no rol de conteúdos necessários para boa formação do professor, do clérigo, e da instrução que eles deveriam oferecer no desenvolvimento de seu ofício.

As Conferências Eclesiásticas são citadas pelo autor como um bom recurso para a organização dos estudos. Segundo ele, falar para a assembleia, treinar o ouvir, fazer o exercício de análise do que foi ouvido e pensar na elaboração da síntese, favorece a reflexão e a atenção sobre o que será falado, quem fala e com base em quais premissas argumentará. Essa atividade requer leitura e fundamentação, por isto se constitui em ferramenta adequada para desenvolver o raciocínio. É possível transpor o exercício da assembleia para a sala de aula na qual a condução do estudo precisa seguir uma ordem para que os objetivos do ensino sejam alcançados.

Também deste uso dos estudos em conferência, ensina bastante a história literária, e só poderia alterar o prazer que ela de si causa, vendo-se falar dos seus objetivos, e exercício onde se desejam. O ânimo que apetece os progressos pessoais e domésticos pelo exemplo dos outros, desmaia-ria não vendo os seus, quanto a aquela história inculca de outras universidades, e dos empregos destas bem avaliados, dos colégios, dos seminários, bibliotecas, escritos públicos, caracteres e notas de onda literária, arbítrios e métodos que tem a responder pela sua possibilidade, aquecido com elas luminosas vistas, que faíscam tais exemplos e tal leitura, se é generoso, se também divisa prêmios, aplauso e remunerações (Cenáculo, 1791, p. 16).

O cuidado com a metodologia do ensino era tema constante nas recomendações pedagógicas de Dom Frei Manuel do Cenáculo, sua atenção assinalou seu olhar de professor sobre o planejamento das aulas e a necessidade de se buscar recursos diferenciados e adequados para o desenvolvimento dos conteúdos. Destacamos mais um diferencial da sua pedagogia, ele escreveu sobre matéria de seu conhecimento, mas principalmente do conhecimento aliado à sua prática.

Ao investir na compra de livros e outros materiais de cunho histórico, viabilizou a abertura de bibliotecas públicas, montagem de museus, maquetes, laboratórios de história. Ele demonstrou de maneira concreta que o estudo precisa ser dinâmico, somente partindo do contato direto com os objetos de estudos é que seria possível elevar o raciocínio e atrelar a ele os conceitos abstratos.

Os fins educativos obtidos com o uso de métodos de ensino diferentes transcenderam o debate da reforma do ensino em Portugal no século XVIII. A escolástica, como método de ensino centrado na repetição sem argumentação, não permitia o desenvolvimento do espírito prático exigido pela mudança do sistema produtivo. O questionamento sobre qual o melhor método para a apropriação do conhecimento científico gerou o debate no meio intelectual presente na história do desenvolvimento social, econômico, político e educacional.

Dom Frei Manuel do Cenáculo, em *Cuidados Literários*, fez uma retrospectiva sobre a historicidade do uso do método científico na relação entre o ensino e a aprendizagem, buscou fundamentação teórica para subsidiar seu ponto de vista nos autores clássicos da antiguidade, assim como tecu uma linha de tempo articulando as discussões sobre o uso e os resultados

dos métodos até chegar ao seu período histórico e localizar o debate na reforma do ensino em Portugal.

A argumentação do autor na defesa do método científico, ao citar Sêneca, Plínio, Santo Agostinho, São Boaventura, Erasmo e outros estudiosos que trataram do tema em espaço e tempo diferentes e distantes, mostrou sua capacidade de análise e sua articulação na busca pela melhor maneira de ensinar e aprender. Comprovou que seu posicionamento não se resumia em uma questão local ou de preferência particular, ele era fundamentado nos pilares sólidos da história.

Ainda que nos presentes dias se haja formado uma faculdade nova a este respeito de ensinar métodos, de conduzir a mocidade literalmente, de limar quantos embaraços tem a ciência escondida, para ela se ver no seu interior, e de facilitar seu alcance, contudo o espírito da sabedoria, que mais ou menos explicito também nas idades passadas há sido fiel em seus conselhos, fez que os homens já dissessem aos outros homens quais eram os caminhos de vencer a rudeza, e possuir conhecimentos dignos da mesma sabedoria. Não foram os antigos tão descuidados e negligentes como são hoje nesta parte os esquecidos de todas, ou de algumas virtudes dos maiores. Pela excessiva atividade nos últimos tempos não se há de negar a tentativa dos anos passados, ainda que sem curso expedido e perfeito. Hoje temos mais combinada instrução, mais aplicada a tempos e objetos, a circunstâncias, contudo o espírito e digamos o foco destas luzes acha-se nos mais antigos (Cenáculo, 1791, p. 17).

O prelado centrou na história os fundamentos que justificavam o uso do método científico e seus resultados para o desenvolvimento da sociedade, ele comprovou o valor do estudo da mesma no sentido dela possibilitar o entendimento de como surgiram e foram aplicados os diferentes métodos de ensinar e do uso que os homens de cada tempo fizeram dele. Ratificando a necessidade da inclusão da disciplina de história nos currículos escolares ele afirmou: “[...] nem deste lugar, nem da nossa possibilidade seria explicar tudo que se acha escrito para a doutrina dos homens em toda a extensão da história e do bem que ela conduz ao conhecimento da ciência” (Cenáculo, 1791, p. 17).

A leitura era o recurso indicado pelo prelado para iluminar os horizontes do conhecimento. No texto ele recomendou a leitura dos clássicos, e

indicou obras diferentes para níveis diferentes de estudos e interesse. Enfatizou que na elaboração de um conceito ou no planejamento de um conteúdo a ser debatido, o professor (leitor) deve consultar vários autores para fazer a análise comparativa entre eles para depois emitir sua opinião. “De muito longe trará seu discurso quem pretende formá-lo com exatidão” (Cenáculo, 1791, p. 21).

Criticou o método escolástico de maneira moderada destacando seu ecletismo filosófico. Alicerçado no “arbítrio da reflexão”, como possibilidade de combinar várias luzes para o melhor instruir, defendeu a leitura dos mais variados autores, mesmo daqueles considerados “profanos”, que podem ser lidos com o devido “cuidado”, para deles retirar o conhecimento necessário para fazer a crítica e apontar seus “defeitos” (Cenáculo, 1791).

Dom Frei Manuel do Cenáculo se referiu aos séculos XVI e XVII como um período em que muitas “distrações” tiraram a atenção dos estudiosos da verdadeira utilidade do método e de sua boa qualidade, reduzindo o “adiantamento das letras”. Para o autor o equivocado uso que se fez do método nas escolas desde aquele período “[...] punham fogo lento na mocidade que os ouvia [...]” (Cenáculo, 1791, p. 32), fato que não despertava a curiosidade, pois mantinha os alunos mergulhados na inércia e na ignorância do “bom gosto da ciência”.

Para o autor foram os “embaraços” que envolveram o método de estudo e as ciências nos séculos anteriores, aliados à conjuntura de forças sociais, políticas e econômicas que resultaram na necessidade de se reformar o método de instrução para que ele se tornasse útil e prático melhorando a cultura em solo lusitano. Ele realçou que o século XVIII:

[...] adiantado quanto é possível artigo e quanto lhe diz respeito [...] assim o demonstraram as sociedades literárias, a instrução de bibliotecas, métodos de ensinar e de aprender [...] claridade e lume vivíssimo que avisa e recreia o espírito, tanto por exemplos como por doutrina, são coisas a encontrar a cada hora. E que em solo lusitano faltava [...] ordinariamente a abundância de outras luzes que alguns particulares não desconheciam, e que era necessário levantar a maior progresso, livre de contradições. Não seria para desagradecer a história de nossos estudos a notícia dos conhecimentos dignos das boas letras, que alguns eruditos nacionais já possuíam, contudo faltava-lhes favor, e imitação conseguinte que mais adiantasse esta causa (Cenáculo, 1791, p. 22; p. 32-34).

O projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo defendeu a necessidade de melhorar as condições de acesso à instrução e da missão educativada Igreja em oferecer a todos os cidadãos informações práticas, úteis e verdadeiras que lhes dessem condições de se emancipar da superstição que os impedia de praticar a verdadeira fé, e de aproveitar melhor os recursos naturais para suasobrevivência (Caeiro, 1959).

O prelado procurou adequar o currículo dos cursos de formação de professores, clérigos ou não, às exigências do novo contexto científico e produtivo da sociedade burguesa que começava a emergir em Portugal. O seu plano de formação afirmou a utilidade da cultura científica opondo-se à tradição do método escolástico, seguindo os princípios do movimento iluminista, mas reforçando as bases do catolicismo português.

E quanto ao merecimento das matérias desejamos que os professores formem sujeitos práticos e capazes de interessar-se com dignidade e paciência sem limite na salvação das almas, que saibam agir reguladamente segundo as combinações individuais dos casos, lugares e necessidade, que é a alma dos acertos, que só usem dos meios como meios, e não como fins, isto é que os estudos não sejam estéreis, que toda a especulação deles vá dirigida a efeitos de virtude e santidade, que não pare com tanta canceira literária em a única razão de saber ainda que louvável seja querer distinguir dos irracionais e dar a alma o que lhe for devido (Cenáculo, 1791, p. 548).

Conhecer a si e o mundo, ser livre para observar, experimentar, agir e pensar foram princípios defendidos pelo movimento iluminista que encontramos disseminados na pedagogia de Cenáculo devidamente adaptada à sua fé cristã.

Mas quem de boa fé quer melhorar a cada dia sua fortuna literária lança mão com tais estímulos desses livros originais e primitivos, e vai neles escutar grandes pensamentos e conhecer de bom posto como do céu caem a verdade das importantes histórias, e o encanto de formosíssimos conceitos. [...] Outros sábios levam o curioso ordenando a outros países onde veja a prodigiosa imaginação do homem derramada em conceitos e vozes que arrebatarem devidamente nestes dias a curiosidade dos sábios europeus, decifrando as escrituras simbólicas, analisando vozes fecundíssimas, combinando-as entre elas mesmas e suas matrizes, e as das naçõesvizinhas [...] (Cenáculo, 1791, p. 534).

O projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo explicitou seu ecletismo filosófico e sua opção em fazer uma crítica moderada, mas direta, sobre as questões teóricas e metodológicas do ensino que se desenvolviam em solo português. Suas ideias de promoção social e inovação técnica e científica não refutavam a tradição e o saber acumulado, mas orientava para a busca de atualização literária que unida aos bons conceitos dos “antigos” pudessem complementar o conhecimento do útil e do produtivo para a sociedade.

Quem estuda pela retidão desconhece os abusos, este é o modo de não abismar-se o homem de sua atividade e das leis sagradas. Se delas se distanciar será pessoa inútil, preguiçosa, prejudicial e atravessadora de mil coisas boas. Tais são os fins de regular os estudos pelos seus fundamentos antigos e novos, ajustados para entender e explicar os mistérios e ajustar a formação. [...] Já houve tempo em que nossos eruditos portugueses muito entendiam destes enigmas doutamente. Eles mereceram ainda mais do que respeito, a imitação. Se nossos trabalhos em promover estas aplicações desde o ano de mil setecentos e cinquenta e dois, dignas da Religião, dignas do Estado, não houvessem padecido interrupções desagradáveis, poderíamos agora lembrar e apresentar fadigas passadas e modernas dos nacionais que não desmerecem a boa e gloriosa companhia dos egrégios literatos recomendáveis hoje por esta profissão no templo da sabedoria (Cenáculo, 1791, p. 518; p. 535).

Ao situar os efeitos históricos do uso do método escolástico e dos resultados dele na cultura e no ensino de Portugal, Cenáculo também localizou o reino português no contexto europeu do debate pela modernização cultural e científica divulgadas pelo movimento iluminista. Seu ponto de vista histórico reforça a tese de que a importância atribuída ao ensino nas reformas realizadas na segunda metade do século XVIII, em Portugal, identificou a escola como meio de difusão do projeto de centralização do poder político, caracterizando a boa educação como meio de melhorar o Estado.

Dom Frei Manuel do Cenáculo enfatizou que o método de ensino adequado deveria ser o recurso didático para conduzir o “espírito ao centro de suas propensões e capacidades” (Cenáculo, 1791, p. 34). Por meio dele deveria ser preparado o homem para servir bem a sua profissão, seu Estado e Deus. Prescreveu que um país que tivesse a pretensão

de se desenvolver cultural, social e economicamente precisava organizar seu sistema de ensino, pois os resultados dos estudos oferecidos ao povo constituem os frutos do conhecimento sistematizado na forma de satisfação com o trabalho, cumprimento da lei e felicidade da nação.

O critério de utilidade dos estudos era um dos princípios que sustentaram o pensamento pedagógico de Dom Frei Manuel do Cenáculo, dando mostras de seu alinhamento com as características da pedagogia iluminista, e também com a política pedagógica do Estado Absolutista português em processo de modernização (Vaz, 2002).

Para o autor, estudar línguas era necessário para possibilitar a leitura dos livros sagrados e das obras repositórias do conhecimento antigo na sua versão original, evitando o risco da leitura dos intérpretes, que segundo ele, poderiam interpor seus pontos de vistas na tradução dos autores doutos. Essa possibilidade, ressaltou ele, não significa maldade ou ignorância, mas pode ser um “defeito” involuntário do tradutor ou do intérprete. “Nos intérpretes além de vícios negativos há positivos, há caprichos, e outros defeitos inimigos do legítimo fruto e que desviam o Ministério da Palavra da sua fidelidade natural” (Cenáculo, 1791, p. 46).

Outro “cuidado” recomendado pelo prelado com relação à leitura era a necessidade de evitar o contato apenas com parcelas das obras, porque esta atitude não permitiria ao leitor a compreensão das variantes que integraram o pensamento do autor que escreveu a obra.

[...] necessário é, portanto desarraigat o sistema de gostar-se só do frívolo, da casca das coisas e de certas teimas dos costumes [...] quando se trata de um discurso sobre um texto com dignidade, faz-se boa obra mas é pelos mestres. O comum dos pregadores, ou por falta de tempo ou de habilidade em realizar uma coisa em que há crescidas dificuldades, não informa os fiéis sobre o resto da doutrina que encerra em um capítulo inteiro, quando o todo é necessário para ser conhecido fazerem frutos nos homens, dignos do Espírito Santo (Cenáculo, 1791, p. 46).

Esse conhecimento não poderia ser centrado na decoração de palavras, mas no domínio autônomo da fala e da escrita para que a interpretação não fosse fragmentada e que o discurso se tornasse consistente para não cair na esteira da abstração, vazio de conteúdo, centrado em passagens decoradas do texto e principalmente, saber que só quem conhece e domina uma língua pode discutir sua utilidade ou não. Ele alertava seus leitores para

o fato de que quem não conhecia a essência das coisas não as poderia criticar ou defender.

Véu sombrio é o que esconde a reflexão de que a língua em que Deus falou aos homens, e lhes participou seus ocultos Mistérios, tem dignidade para ser entendida. [...] Os Judeus os mantiveram em propriedade que por isso mesmo deve ser vigoroso entre os Católicos para os combaterem dentro de seus mesmos baluartes. [...] Era contudo preciso digerir preceitos e formar artes que facilitassem um estudo que só deste modo é menos áspero (Cenáculo, 1791, p. 54-57).

A perspectiva pedagógica do discurso do bispo nos indica a necessidade do uso de um método de ensino organizado sistematicamente pelo professor, apoiado no uso de recursos que possibilitassem ao aluno superar as dificuldades aparentes da disciplina, para isso o mestre precisaria conhecer com profundidade o conteúdo de sua área de trabalho. Ele expressou esse cuidado com relação a todas as disciplinas de estudo, ao se referir ao estudo de línguas estrangeiras sugeriu como um possível recurso de aprendizagem o uso da música e do canto, porque eles envolvem o coração do aluno e dos fiéis e poderiam ajudar a superar as dificuldades da aprendizagem da língua e também favorecer a participação adequada na missa ultrapassando o vício da repetição do “Amém” (Cenáculo, 1791).

Para o frei, o “amém” dos fiéis, como resposta decorada e verbalizada em momentos pré-determinados da missa, não significava o entendimento e a participação consciente na missa. O costume tirava do sermão e da missa a qualidade educativa que Dom Frei Manuel do Cenáculo julgava necessária, o que tornava o discurso vazio de sentido e significado, da mesma forma que o método de ensino centrado na repetição sem a análise do conteúdo também não conduzia a uma instrução útil. “Estas comparações assim feitas, cortar-se-á por uma prática definidora e condescendente para haver de ser frequentado o Santo Rito com a devida sinceridade” (Cenáculo, 1791, p. 41).

Para ele, a missa e o sermão eram recursos educativos, precisavam ser entendidos pelos fiéis. Se não fossem claros os ensinamentos, não ocorreria a mudança no modo de ser e de agir dos fiéis, logo, não ocorria a aprendizagem. Assim o autor justificou a necessidade do uso do método que permitiria partir sempre do mais simples até chegar ao mais complexo, respeitando as limitações daqueles que receberiam o ensinamento.

O conceito de educação no pensamento pedagógico de Dom Frei Manuel do Cenáculo não era restrito aos aspectos acadêmicos do processo de ensino e de aprendizagem. Na sua ação política, pastoral e educativa encontramos sua atenção voltada para a educação em seu sentido amplo como meio de melhorar o modo de vida da sociedade. Em várias passagens da obra *Cuidados Literários*, ele lembrou o leitor de que era obrigação do clérigo ajudar os fiéis a superarem a superstição e a ignorância. Cenáculo era um teólogo e no cumprimento de seu ofício tomou como missão melhorar a formação dos padres e também oferecer aos fiéis de sua diocese recursos educativos para que pudessem valorizar seu trabalho como forma de glorificar a Deus. Para o autor, a atitude do cristão era cumprir sua “profissão cristã” e depois rezar a Deus, o “pão nosso de cada dia” dado por ele só se materializaria com o esforço e diligência de cada um (Cenáculo, 1791).

O posicionamento de Dom Frei Manuel do Cenáculo com relação ao compromisso educativo dos clérigos como padres e professores, sinaliza a responsabilidade na execução do ofício: planejamento das aulas, aprofundamento de seus estudos, observação das diferenças individuais de seus alunos, atenção e carinho com aqueles que precisavam de sua “iluminação”. “Quem as souber não levará sobre as regras e a ordem leviandades e costumes de reprovação” (Cenáculo, 1791, p. 6).

O estudo das ciências, denominado no texto genericamente de *letrashumanas*,² era necessário: ao Estado para desembaraçar as ideias e renovar

2 Sobre letras humanas: o termo, que teria surgido no latim medieval e permaneceu em uso até o século XVII, é baseado na distinção entre “coisas divinas e coisas humanas”, que se tornou usual a partir do início da era cristã, sendo documentada, por exemplo, em Varrão (século I d.C.) e Cassiodoro (século V-VI d.C.). Designava os escritos profanos, opondo-se assim às expressões *scriptura e divina litteratura* – atestadas desde o século II d.C. em Tertuliano e Cassiano, empregadas em relação à Bíblia e a escritos religiosos. O conceito, portanto, apresenta um fundamento teológico, não procedendo pois, à seguinte definição, defeituosa tanto por listar elementos heterogêneos aproximados sem critério, quanto por incorrer em anacronismo, ao caracterizar uma noção antiga e medieval com base numa classificação moderna dos discursos escritos, construída a partir da ideia romântica de “imaginação”: *humaniores litterae*, designava a atividade da imaginação, direcionada em poesia, prosa teatro, ensaio, eloquência, retórica, por oposição aos textos científicos ou filosóficos. Tais especulações filosóficas, ao que tudo indica, acabam instrumentalizadas, a partir do século XVI, para o reconhecimento de classes discursivas distintas, estabelecendo-se oposição bastante clara entre o que se chamou “letras humanas” e “letras divinas” ou “ciências humanas” e “ciências divinas”, equivalência perfeitamente normal numa época anterior à separação entre ciência e literatura. Assinala-se ainda que nos dicionários portugueses mais antigos encontram-se consignada a distinção “letras (ou ciências) divinas/letras (ou ciências) humanas”. Acreditamos contudo que é mais apropriado pensar-se num influxo recíproco desses conceitos, que se fortalecem mutuamente ao longo do século XVIII, quando se vai definindo, no campo da filosofia, uma reflexão sistemática sobre a ideia de beleza artística, que veio a chamar-se estética (Souza, 2003, p. 85-91).

os estudos; aos clérigos e a todos aqueles que dedicavam ao ofício de ensinar porque tornava o ensino útil e dissipava com luzes as sombras da superstição e da ignorância. “[...] donde temos duas coisas e entender: a primeira trata do estudo das belas letras e segundo do caráter delas que deve respirar nas ciências severas” (Cenáculo, 1791, p. 74).

Destacou que o interesse pelo conhecimento sobre as letras humanas esteve presente desde a antiguidade. Porém, em alguns períodos da história ele foi tolhido pelo método de ensino escolástico e pelo currículo do *trivium* e do *quadrivium*, que para ele, incluiu apenas “especulações” sobre a ciência de maneira fragmentada sem permitir seu estudo com base na observação e na experimentação da realidade e sem o amparo da leitura dos livros “que merecem louvor”.

De outros livros era necessário o estudo e mais ousadia do coração e maior fortuna do magistério. [...] Se os indisciplinados querem desconhecer suas virtudes, contudo as pessoas advertidas muito delas aprendem. Estas afeições recíprocas bem as entende quem trata honestamente o mundo (Cenáculo, 1791, p. 176).

A utilidade das ciências para os estudos de formação dos clérigos e dos professores em geral, deveria ser baseada na seleção dos conteúdos dos vários ramos do conhecimento. Eles estavam, segundo ele, contidos nos livros “profanos”, ou seja, o conhecimento científico não seria encontrado na literatura sagrada, por ser um conhecimento centrado na razão humana, mesmo sob a iluminação divina, ele seria encontrado nos livros nos quais os homens estudiosos da natureza, registraram suas experiências e observações. Para colher esses resultados, eles se utilizaram do método científico. O autor se pautou em dois argumentos para justificar os estudos das letras humanas: os antigos autorizam com seu conhecimento a utilidade e a erudição do profano; e a razão que mostra agradável no exame e no trato do conhecimento (Cenáculo, 1791).

Dom Frei Manuel do Cenáculo ao comentar a utilidade do conhecimento científico para a explicação e a compreensão das necessidades humanas, não deixou de assinalar que todo o conhecimento não estava separado de Deus e nem da religião, ao contrário, para ele quanto maior o conhecimento adquirido pelo homem, melhor seria seu relacionamento com a natureza, e conseqüentemente, maiores graças ele renderia a Deus por ser o provedor de toda a riqueza natural da qual sua razão poderia usufruir. Ele censurou a fragmentação que o procedimento de ensino escolástico

fez das ciências, recortando parcelas de algumas delas e fazendo do seu estudo apenas uma repetição de alguns conceitos sem a devida reflexão sobre seus preceitos. Na segunda metade do século XVIII a escolástica como um conjunto de conhecimentos ou pensamento ou como um método ou processo de exposição, foi um dos eixos em torno do qual giraram os debates filosóficos que causaram questionamento sobre sua eficácia.

Sobre a escolástica do século XVIII observou-se que ocorreu o uso de uma só expressão com dois sentidos: escolástica, como abstração intencional, como processo de pensamento inútil, expressão formal e vazia. Neste sentido identificava-se com o que, na época, se atribuía, comum e adjetivamente, à escolástica. O outro sentido, noção objetiva da escolástica, surgiu como domínio de conhecimento subordinado e subsidiário da Dogmática. Isto é, admitem-se questões escolásticas de objeto real, que fundamentam ou implicam as resoluções versadas no domínio da dogmática (Caeiro, 1959, p. 76).

Para Cenáculo, as questões escolásticas não compreendiam apenas um tipo de atividade filosófica. Na larga compreensão do termo, ela era a obra dos escolásticos antigos, aceitos pela tradição filosófica como autores recomendados pela Igreja, adotados nas escolas e abrangendo o grande período que se sucedeu à Patrística. Conforme a aproximação do pensamento dos filósofos com os Doutores da Igreja, eles seriam, para Cenáculo, mais ou menos escolásticos.

Dom Frei Manuel do Cenáculo considerava aceitável a escolástica quando ela era útil para a compreensão dos dogmas fundados nas Escrituras e Santos Padres. Defendeu uma nova orientação na busca do saber positivo e exato, demonstrou o desejo de libertar o pensamento de qualquer dependência teológica ou canônica, colocou a razão como autoridade para estabelecer o rigor do conhecimento científico. “O gosto do real marcou a crítica moderada que o prelado teceu sobre o uso abstrato e evasivo às coisas reais e naturais que os homens dos séculos anteriores fizeram da escolástica” (Caeiro, 1959, p. 117).

Quiseram sempre nossos maiores civilizar seus pensamentos, nascia o defeito dos que tanto fizeram ordinariamente não de falta desta vontade fim de que os mais aplicados eram rudes ou imperfeitos nestas erudições segundo as trevas ou luz dos séculos. Conhece-se que a paixão por estudos certos ocupava os mais antigos, e que a falta de reflexão e agudos espinhos das matérias escolásticas não davam lugar nem consentiam

flores. Pelo comum não era uma certa contrariedade ao ditame de se estudarem as letras amenas, pois advertem os sujeitos versados no interior dos séculos que neles respira uma vontade de estudar e saber tudo quanto se conhecia, não era falta de ânimo e disposição para o bom, era mais depressa Ave infausta que havia devorado o alimento delicado, por isso entre as mesmas especulações se encontram os estudos e desempenhos da história natural, de matemática e de quanto abrangia o *trivio* e *quadrivio* [...] e reduzidas letras faltando astronomia, geometria e a retórica da bem entendida linguagem e outras partes da filosofia profana (Cenáculo, 1791, p. 72-73).

Dom Frei Manuel do Cenáculo teve o cuidado de situar seu debate no âmbito da sociedade portuguesa, ao mesmo tempo em que se expressava sobre as questões amplas que envolveram o desenvolvimento do conhecimento científico e dos diferentes resultados advindos do uso do método científico e do método de ensino escolástico, e chamava a atenção do leitor para se atentar sobre os resultados desse embate em solo lusitano. Dessa forma, Cenáculo, mais uma vez deu um exemplo de como aliar teoria à prática, pois para ele o exercício da leitura só é válido quando o texto é de fácil compreensão, útil e acessível ao público leitor.

Se olharmos o nosso estado interior, sem falar no século da reforma geral e mais sensível das letras, mas sim atendendo ao exemplo dos mais velhos a que ordinariamente se recorre, veremos que desde o princípio do reino se manifestam desenganos de tudo quanto havemos proposto, ainda que verificamos a maneira de seus dias recaindo ordinariamente a nota sobre o tempo e nunca sobre os ânimos (Cenáculo, 1791, p. 75).

A crítica implícita no trecho acima evidencia dois cuidados a serem tomados antes de se adotar uma posição a favor ou contra uma corrente teórica: procurar conhecer suas bases e observar como a teoria é utilizada pelo grupo social dominante. Ao delinear esses cuidados, o autor aconselhou aos professores para que fossem criteriosos ao adotar suas bases teóricas de trabalho para não serem vítimas da aparente totalidade. Para Dom Frei Manuel do Cenáculo, o conhecimento das línguas antigas ou modernas favorecia a apreensão de conceitos mais fiéis ao pensamento original dos autores publicados. A partir do conhecimento adquirido no exercício da leitura, análise, discussão, experimento, observação e conclusão é que seria produzido o conhecimento científico local, divulgados na língua materna do estudante. Destacou que foram os conhecimentos científicos de

estudiosos portugueses dos séculos XV que promoveram o movimento das navegações, fato que ele citou para comprovar a existência de estudos de humanidades e publicação de estudos científicos na história de Portugal.

Os varões portugueses no incomparável uso das armas assinalados, pela notícia que tiveram da história e da geografia antigas, conceberam ardente amor da glória. Aquela notícia foi princípio das revoluções para os exames geográficos e conquistas [...] Ela propunha o bem moral e a dilatação do evangelho [...] buscavam estranhos para o comércio e a inteligência recíproca (Cenáculo, 1791, p. 85).

Dom Frei Manuel do Cenáculo retomou o contexto histórico de Portugal para falar sobre a formação da língua portuguesa e da produção científica local. Relembrou a fundação do Reino, a expulsão dos islâmicos, o combate aos protestantes, o estabelecimento de relações diplomáticas com outras nações europeias, a riqueza oriunda das colônias e os gastos excessivos da coroa, adistribuição dos favores régios e a diferença entre os grupos sociais que formavam a população do reino e sobre a reforma dos estudos.

Fundou-se a monarquia com religião, moralidade e leis judiciais. Fundou-se com povoação, comércio, e agricultura, através de espinhos e rude massa fizeram aparecer aqueles varões de exemplo e credores de emulação generosa, um mundo novo, rico, abundante, saudável e provido de força e virtude para competir com os séculos do mundo e para a eternidade. [...] Mas dias foram apoucados em alguns gêneros [...] os antepassados entendamos haverem sido sem contravérsia originais em bem das coisas, a respeito das quais fácil era o acrescentamento na sucessão dos dias e de novas luzes [...] Desçamos ao particular dos sujeitos e das coisas. Quem não desconta erros desculpáveis por algumas virtudes que os compensam (Cenáculo, 1791, p. 89–91).

Ao fundamentar na história do Reino português o valor e a necessidade do estudo das ciências humanas, expressou o compromisso de transformação iluminista que leva à concepção da história como progresso, como possibilidade de melhoria do ponto de vista do saber e dos modos de vida do homem.³

3 Voltaire, Condorcet e Turgot são os que mais contribuíram para formular a noção de um dever histórico aberto à obra do homem, suscetível de receber as marcas que o homem lhe quer imprimir. Essa noção serviu para apagar o sentimento de fatalidade histórica que impedia qualquer iniciativa de transformação (Abbagnano, 2003).

Dom Frei Manuel do Cenáculo, ao discorrer sobre os marcos históricos, procurou apresentar razões práticas para que o leitor pudesse compreender a importância de estabelecer as relações entre o passado e o presente como subsídio para avaliar os caminhos a serem percorridos na organização dos estudos e de seus resultados para um fim honesto e útil. Salientou a importância da utilidade do conhecimento, do uso de uma linguagem clara e lógica para o acesso a ele e do uso de instrumentos (métodos) adequados e necessários para se chegar ao verdadeiro conhecimento. Destacou a eficiência e a praticidade do método geométrico ou matemático e demonstrou mais vez seu procedimento moderado ao evidenciar os pontos sobre os quais questionou a falta de objetividade da lógica tradicional.

O autor realçou a importância da razão, da coerência, da conclusão sem contradições centradas em conhecimentos que favorecessem a aprendizagem das coisas simples como base para apreender conceitos científicos. Para ele, a aprendizagem não significava somente debater e repetir sem chegar a uma conclusão, ele indicava que o questionamento era válido mas era preciso ter cuidado com o rumo tomado pelo diálogo, todas as questões deveriam ser verificadas e encaminhadas para uma conclusão, evitando que:

[...] a refração e a conversão delas não sirvam de emulação como coisa impertinentíssima a nossos estudos e escolas, onde a prisão de silogismos simples, porém modificados: onde o enredo hipotético de proposições condicionais, conexas, disjuntas, convergentes por muitos modos de termos infinitos de transposições deles muito sagazmente aplicados, e semelhantes amostras de engenho desocupado, não devem ter outra reputação que não seja a de jogo de espírito para horas de passatempo, já que nem quando tal estudo era emprego da vida literária dos mais raros engenhos, se souberam estes mesmos entender nos exercícios públicos com teias tão subidas e levadas ao galarim, onde a imaginativa perdia o alento, e só muito do espaço com adjuntório de escrita lhes podiam dar o possível alcance no estudo particular (Cenáculo, 1791, p. 96).

Destacou que o valor de saber argumentar está no uso da razão, do conhecimento verdadeiro, adquirido com observação, experimentação e diálogo. Ele chamou a atenção dos professores sobre a necessidade de organizar seu pensamento e sua fala de maneira clara e objetiva, para que durante suas aulas, mesmo que o assunto seja complexo, seus alunos

possam acompanhar seu raciocínio e aprender corretamente os conceitos científicos estudados.

Defendia que o método é a alma dos bons estudos, o professor pode utilizar o método do diálogo para despertar no aluno o interesse e o envolvimento com os estudos, mas deve evitar a prolixidade, os excessos e as superficialidades que o uso indiscriminado de silogismos pode acarretar. Para ele uso de até quatro e no máximo cinco silogismos, era um número suficiente para se expor com energia qualquer razão de duvidar sem perigo de se extraviarem para outro assunto, para isso ele recomendou o cuidado que o professor deveria ter em fundamentar com clareza e objetividade o tema de sua aula (Cenáculo, 1791).

Para o prelado tudo quanto o homem falava sempre usava silogismo, ele não negou sua existência, mas salientou que ele deve ser usado sem abuso. Ao enfatizar o uso abusivo do silogismo, Cenáculo criticou o excesso que os escolásticos faziam dele no seu método de ensino. Conferiu lugar de destaque na sua orientação pedagógica ao método do diálogo ou método socrático, devido a sua condução básica entre perguntas e respostas.

O Método Socrático é composto por silogismos de temível instância, e bem aceita beleza pela sua simplicidade e ar nobre, natural e veemente. Donde se conclui que a virtude da forma silogística é como condutor que vai dirigindo e donde a participar a distribuição dos conceitos. Se é bastante a pessoas briosas e ingênuas esta pequena diferença de fazer mais sensível a distribuição de ideias, é que parece ser necessária somente a quem não se costuma à pronta reflexão, e está como os meninos esperando alimento líquido, seja assim como pretende. Contudo haja de entender-se que a fórmula silogística não tem outro vigor interno de persuadir que não tenha o Método Socrático e qualquer conversação de discurso bem conduzido (Cenáculo, 1791, p. 99).

Orientou os professores para terem o cuidado de utilizar palavras compreensíveis, naturais, durante suas aulas, para não dificultar o pronto entendimento de quem os escutasse, porém, alertou que seria preciso empregar cautelosa observação para que o vocabulário fosse enriquecido gradativamente, sempre no sentido de melhorar o entendimento, o acesso a novos conceitos, e que “nunca prevaleça o caráter de apenas sofisticar” a fala e a escrita (Cenáculo, 1791, p. 102).

Ao tecer sua crítica sobre o mau uso que os escolásticos fizeram da geometria, o autor tomou o cuidado de fundamentar seus apontamentos

com citações de Santo Tomás de Aquino, Rogério Bacon e de eruditos portugueses como Frei Gaspar do Cafal. Esse procedimento evidenciou sua preocupação em provar que o tema era debatido de longa data fora e dentro do reino português e que os apontamentos feitos em sua obra não eram fruto apenas de sua opinião.

Ao firmar a defesa do uso de uma boa lógica, aquela que não é absorvida pela silogística, e de uma boa metafísica, aquela aplicada a objetos reais sem as questões do possível, e estas aliadas à utilidade da física e da matemática, e sustentadas pelo método geométrico, o autor deixou implícito no texto da obra *Cuidados Literários* sua opção filosófica metodológica pelo método cartesiano.

A disposição material de silogismo formado sobre as espécies reais não é a dificuldade desagradável para embarcar progressos: é sim o espírito de razões de duvidar, e de confundir as matérias, reduzindo as ciências a problemas, e galantaria e jogo de engenho e de manter nos homens a comichão de vitória sobre os outros, com que se armam entre si arguente e defendente, querendo mais satisfazer-se nesta paixão que no achado da verdade real (Cenáculo, 1791, p. 114).

Toda a crítica apresentada por Dom Frei Manuel do Cenáculo com relação ao silogismo e às abstrações da metafísica escolástica, centrou-se na questão do mau uso do método, que se caracterizava por especulações desordenadas, tomadas de segundas intenções, que impediam o entendimento das conexões do discurso que transformava o bom e útil diálogo em disputa vazia de conteúdo prático.

Os escolásticos compraziam-se em tecido de ideias muito abstratas, tinham dificuldade em achar nelas as coisas mimosas e de encanto. Costumavam também perder (e bom será que ainda percam nos devidos termos) as sensibilidades dias e noites como os bons calculistas, e muitas vezes com aproveitamento em matéria necessária. Eis aqui o estímulo de honra e justiça com que não sofrem ainda hoje a descarga confusa dos grandes desprezos como são tratadas as especulações pelos que não as sabem separar. Buscavam outras vezes no ar o que estava no céu e terra, buscava na imaginação muitas vezes o que a realidade não consentia (Cenáculo, 1791, p. 131).

Centrou sua crítica na abstração e nos inconvenientes da metafísica e a silogística nos escritos de Aristóteles, porém, chamou a atenção sobre

o fato de que muitos dos adeptos do silogismo exagerado não tinham lido a obra original do estagirita e talvez nem mesmo uma boa tradução. Neste sentido frisou seu cuidado com a leitura de obras originais na íntegra, em paralelo ao domínio de línguas para uma melhor interpretação das teorias elaboradas pelos eruditos.

Aristóteles é muito elegante, muito erudito, bem ordenado, engenhosíssimo e rico em pensamentos agudos e sensatos no que não se desviou da verdade, e fora das ocasiões de ostentar delicadeza de espírito. Mas ao nosso ponto ele traçou um sistema artificioso de buscar a verdade das coisas, compreendendo a massa de todas elas debaixo da razão do Ente que logo dividido em Categorias, Predicamentos e Predicáveis. [...] Aristóteles estabeleceu regras, umas para ordenança de ideias, outra para o método de se desentranharem as espécies internas de cada uma delas, de se explicarem, de serem arguidas e também redarguidas aquelas que torcerem o caminho legítimo de as conhecerem e combinarem (Cenáculo, 1791, p. 116).

A passagem acima é um exemplo do senso de equilíbrio e da crítica moderada presente em toda a obra *Cuidados Literários*. Cenáculo procurou demonstrar no desenvolvimento do texto a possibilidade ou a necessidade de se estabelecer uma análise crítica que apontasse os pontos de discordância, mas também os pontos de concordância entre a leitura feita pelo crítico e o pensamento esboçado pelo autor na obra original. Para Cenáculo, não existia análise unilateral, em todas as situações devem ser observadas todas as parcelas que compõem o tema em debate. Com esta atitude o bispo evidenciou mais uma vez sua capacidade de aproximar a teoria da prática, em um autêntico exercício dialético.

Dom Frei Manuel do Cenáculo deu especial atenção ao método matemático por entender que ele dava respaldo ao estudo das ciências e oferecia argumentos sólidos para busca da verdade, por este motivo recomendava o estudo de obras que fundamentavam, no seu ponto de vista, o préstimo da matemática para a teologia e a filosofia e seu uso para o conhecimento do mundo. Ao estender o domínio da matemática como aplicação metodológica para o estudo das matérias de filosofia e teologia, estabeleceu uma atitude crítica de refutação ao método de ensino escolástico, e apontou o método geométrico ou matemático (parece que não fazia distinção entre os termos), como o mais adequado para atingir o verdadeiro conhecimento e a utilidade de seus resultados.

Seu posicionamento indicou sua opção pelo racionalismo característico do movimento iluminista, sua adesão ao matematicismo de inspiração cartesiana e o alinhou com o ecletismo filosófico característico do final do século XVIII.

Sendo a Geometria faculdade exercida sobre objeto real pelas vozes naturais, próprias, e as unidas que nele se devem conceber. Sendo seu fim buscar com a maior simplicidade o que se pretende, recusando e não se entretendo em vozes de outra ordem, de segundas intenções, e de imaginação abstrata e de razões de duvidar, ela é a que afeiçoará sinceramente o estudante, e formará justiça de seu espírito no estudo das ciências (Cenáculo, 1791, p. 121).

Afirmou a abrangência da aplicação do método geométrico e destacou a importância da geometria para formação mental do homem, reforçando a sua opção pelo estudo dos objetos reais, pela exatidão dos conceitos obtidos, e pela maior simplicidade na busca pela verdade.

Método matemático é proceder das coisas conhecidas para as desconhecidas, das simples para as compostas, das mais fáceis para as dificultosas. Para isto é necessário usar as definições a fim de tirar na continuação do discurso os equívocos que impedem o conhecimento. Das definições se tiram as proposições que servem ao que se há de demonstrar, e logo axiomas e princípios em que se há de estribar a proposição seguinte como premissas para a conclusão. E quando é necessário declarar mais qualquer razão, usa-se o escolio, que é como aviso, admoestação e reflexão que aclara e confirma o dito (Cenáculo, 1791, p. 122).

Para melhor justificar a objetividade e a praticidade do método matemático com relação ao método escolástico, apresentou detalhadamente as divergências metodológicas que caracterizavam a ação do geômetra e do escolástico adeptos do silogismo. Sintetizamos seus apontamentos porque eles nos oferecem subsídios para a análise da importância dada por Cenáculo ao método de ensino e seus resultados úteis para desenvolvimento da sociedade, princípio básico do projeto educativo do prelado.

- O geômetra aplica suas combinações a coisa real e que pode ser útil. O calculista sempre leva o pensamento em uma verdade útil e física, busca as razões das coisas desviando o que lhes seja estranho, e as buscam e segue com ordem.

- O silogístico pelo comum é abstrato no uso de segundas intenções, bem que se supõe afetarem elas o objeto real, mas por sua abstração dão lugar a fugir ou a enredar os objetos. O lógico tem seu capricho em razões de duvidar ainda mesmo do mais certo com apetite de ostentar engenho (Cenáculo, 1791).

Após destacar as diferenças resultantes do uso do método, voltou a sinalizar que a dialética aristotélica, sublimada no seu mau uso, levava à abstração do pensamento de forma que não contribuía para a clareza necessária à explicação científica da natureza. Explicou que existiam calculistas que também causavam “transtornos” ao método matemático quando o desviava de sua verdadeira matéria e lançavam seus resultados contra as razões da fé. Afirmou que a lógica e a geometria na sua construção original eram inocentes e que foram os homens, no mau uso delas, que lhes colocaram malignidade. Apontou o estudo da ética sólida e prática, como o caminho para afastar os vícios e retomar o verdadeiro sentido da geometria e da lógica.

Os apontamentos feitos por Dom Frei Manuel do Cenáculo permitem verificar que ele traçou sua crítica observando as virtudes e os vícios dos dois métodos em questão. No seu discurso inseriu a demonstração prática de sua orientação para que os professores e clérigos sempre observassem o contexto da situação ou da temática que se apresenta, não se permitindo emitir parecer com base na aparência do fato.

Diretamente articulado com o tema do método matemático e a forma como seu uso pode comprovar a ordem natural das ideias, Dom Frei Manuel do Cenáculo demarcou a necessária distinção entre a autonomia da razão aplicada ao domínio da ciência e da lógica e o seu prudente recuo diante da metafísica e da filosofia moral porque nestes domínios a razão deve ceder à fé. Para melhor instruir sobre essa distinção epistemológica, recomendou que fossem incluídas nos currículos de formação dos eclesiásticos as matérias de matemática e geometria.

Deu continuidade ao debate sobre a prudente distinção do uso da razão na compreensão e na explicação das verdades divinas, ao citar exemplos de homens da Igreja que desde a antiguidade desenvolveram estudos com base na boa matemática e na geometria, juntou a estes exemplos citações de vários eclesiásticos portugueses que se utilizaram dos conhecimentos da matemática e da geometria para desenvolverem seus estudos, ao se reportar a eles afirmou “são exemplos louváveis e de necessária imitação” (Cenáculo, 1791, p. 137).

Para dar suporte ao seu preceito de que para exercer o ofício de clérigo e ensinar pelas verdades da Sagrada Escritura, era preciso ao eclesiástico que recebesse sólida formação teológica, subsidiada pelo conhecimento matemático, porque sem ele haveria o risco de que o clérigo não compreendesse as diferenças entre o que era mistério divino e o que era ciência e, dessa forma, seria como um cego que só conheceria as palavras, mas não faria a ligação delas com o objeto concreto.

As matemáticas puras resolvem as partes internas e exteriores da quantidade até o infinitíssimo, e assim como elas são multiplicáveis do mesmo modo são as operações. O homem que disto alguma coisa entende volta seu entendimento ao insensível e sabe desentranhar digamos assim da massa do espírito ideias e as ordena com derivação legítima de umas para outras. O geômetra busca raízes para as fazer ver e quando passa a outros estudos só na verdade se contenta querendo penetrar o âmago do que pertence (Cenáculo, 1791, p. 128).

O estudo da matemática, da geometria, da geografia, da astronomia, da física, da química, e se possível de noções de medicina, na formação dos padres eram matérias importantes no projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo porque elas permitiriam uma melhor leitura e interpretação das passagens bíblicas, ajudando eliminar a superstição e os vícios que, segundo ele afastavam o povo da verdadeira fé.

Pensamentos de boa matemática e a física, sendo regulados com propriedade de ideias, podem sabiamente desbaratar argumentos dos incrédulos, fortes em dificultar, negar e volver em irrisão doutrinas santas e sabiamente estabelecidas. Tais pensamentos podem com efeito distinguir a falsidade do que é verdadeiro e pôr os sinceros milagres a salvamento da negativa escarnecedora (Cenáculo, 1791, p. 138).

Alertava para que fossem unidos os caminhos da moral com os estudos da matemática para que se evitassem os desvios da verdade e os delírios inconvenientes daqueles que pudessem confundir os seus estudos de astronomia com a astrologia. Ele recomendava o estudo por bons livros, a prática de exercícios e a boa vontade para trilhar o caminho seguro que levaria ao conhecimento da verdade útil. Com seu ofício ajudaria a melhorar a vida dos seus paroquianos. “Tais estudos são aprovados por sua utilidade [...] tudo quanto é útil e necessário a fim de entendermos das obras do Senhor e servi-lo em variedade de vocações” (Cenáculo, 1791, p. 144).

Dom Frei Manuel do Cenáculo voltou a realçar a necessidade da dedicação e da vocação para que uma pessoa pudesse ingressar em um seminário, desenvolver estudos e receber formação para exercer o ofício clerical. Ele observava que nem todos aqueles que iniciavam os estudos de formação apresentavam inclinação para o sacerdócio; apesar disso, orientava para que os estudos fossem organizados de maneira que todos recebessem uma base de formação geral e que os estudos avançados fossem reservados para aqueles que realmente tivessem a vocação necessária para assumir a responsabilidade exigida pela vida religiosa.

A formação adequada, composta de estudos centrados no método matemático, alinhada com a vocação para o sacerdócio, seria o caminho ideal dentro do projeto educativo de Cenáculo para aproximar a ciência da religião. O padre culto e conhecedor da teologia e da boa ciência seria cuidadoso ao instruir o povo sabiamente sobre as questões da ciência e dos mistérios divinos, evitando o discurso vazio.

Do mesmo modo a matéria do Texto considerada fisicamente leva o homem aos ofícios de adorar o criador e servi-lo por meio dos conhecimentos naturais. O homem pois debaixo das considerações gerais das obras do Senhor Providentíssimo e de bondade infinita, debaixo de experiência cotidiana do préstimo da luz e de qualquer outro influxo dos astros e das criaturas do céu e da terra e mil outros benefícios como também pelos pensamentos de seu demérito próprio levanta o espírito ao Eterno, cumpre suas obrigações e se põem a salvo do impropério como se é tratado o ignorante e o insensato (Cenáculo, 1791, p. 150).

O projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo destacava que a boa formação dos padres e dos professores iria contribuir para melhorar a sociedade pela via da instrução, do trabalho e da oração. Pelo estudo e pelo trabalho o homem deveria interagir com as coisas que Deus criou, por isto ele defendeu a inclusão de estudos científicos nos currículos das escolas, porque para ele, a ciência tinha a obrigação de favorecer a interação homem, natureza e Deus, “[...] não repugna a Sagrada Escritura que a voz da sabedoria abranja a literatura profana” (Cenáculo, 1791, p. 151). Afirmava que era obrigação do clero e dos professores zelar para que a ignorância não profanasse as verdades físicas e as verdades sagradas. O ataque contra o bom método e contra a verdade divina poderia vir de várias partes, principalmente dos deístas, contra estes era necessário

combater com base no conhecimento das ciências físicas, demonstrando claramente a separação entre as coisas da razão e as coisas de Deus.

Os argumentos da ciência física deveriam ser aplicados às coisas da natureza, explicando-as da melhor maneira possível. Os argumentos das Sagradas Escrituras deveriam ser aplicados para explicar da melhor maneira possível os mistérios divinos e a verdade revelada.

Dom Frei Manuel do Cenáculo procurou explicar que o bom método de ensino deveria ser seguido em qualquer nível de ensino, porque ele proporcionaria objetividade, clareza, evitaria desperdício de tempo, eliminaria os exercícios repetitivos e abusivos que tornariam os estudos cansativos e sem luz verdadeira. O uso do bom método favoreceria a ação organizada e útil para o progresso do homem e da fé.

A linha filosófica iluminista caracterizada pelo empenho em estender a razão como crítica e guia a todos os campos da experiência humana foi manifestada por Cenáculo ao destacar as limitações que se apresentam ao domínio do conhecimento e ao acesso racional que se deveria ter a ele. Afirmou que o limite racional para quem busca os estudos era selecionar os elementos básicos e essenciais para seu ofício daqueles que lhes eram complementares e que poderiam ser acessados gradualmente.

Outra reflexão sobre o uso da crítica apontou para a censura ao uso da crítica pela crítica, ou seja, criticar pelo simples fato de não aceitar determinada situação ou não se sentir confortável com o rumo das coisas, não significa ser crítico. A tarefa de criticar era para ele um exercício positivo e negativo conforme o sentido que o crítico dava ao seu discurso e às possibilidades de ação que nela estavam implícitos. O conhecimento sobre a matéria e o uso da razão é que deveriam fundamentar os elementos da reflexão e da prudência.

Aprenda o crítico a ser moderado pelos erros afoitos e temários, aprenda a guardar o silêncio adequado dos bons princípios e meditações de boa fé e boa lei, é muito útil e importante para aprender falar com justiça. Este preparo livra a crítica de ser indiscreta, descautelada e fora do tempo e lugar, tal disposição obriga que a crítica faça não esquecer das outras virtudes para que ela também à seja. Este oportuno silêncio forma a balança escrupulosa sobre a fama que devem desfrutar ou perder os escritos, ele tira e desfaz a ligeireza, para que influa o amor desordenado da própria glória quando esta é o fim da censura. Ele modera a crítica cobiçosa de opinião, faz esquecer ao crítico as pequenas manchas das composições para saborear-se no

que é acertado, ele ensina a bem calcular por experiências e prudentes reflexões (Cenáculo, 1791, p. 167).

O cuidado atento à natureza e às circunstâncias das coisas, recomendados, não significava silenciar no sentido de se omitir aos fatos, mas na disposição de observar, analisar, perguntar, para depois emitir sua crítica com base no “bem saber”. Na emissão de seus pareceres políticos, filosóficos e educacionais o prelado demonstrou constante exercício da crítica moderada.

Lembrou que não existe a obrigação de saber tudo de todas as áreas do conhecimento, mas o verdadeiro sábio é aquele que tem a habilidade de filtrar os elementos necessários para fugir da ignorância. O trabalho de filtragem é uma ação que se espera do professor ao selecionar os conteúdos a serem desenvolvidos em suas aulas. Recomendou o seguinte cuidado na seleção crítica dos pontos de estudo:

As definições, os primeiros princípios, e algum tanto de notícias das artes liberais, porque o homem ingênuo não deve ser nelas hóspede absoluto, são coisa de aprender como por desenfado quem não há de fazer delas profissão [...] tomam-se a tempo as instruções distribuindo a leitura e os conhecimentos do que se aprende segundo regras que inspiram os exemplos de perfeitas escolas, e experimentados mestres, ficando reservada a perfeição em algumas faculdades juntas se é possível para os talentos particulares (Cenáculo, 1791, p. 157).

Orientou o prelado que em toda a organização do ensino e em todos os seus níveis os seus condutores deveriam ter o cuidado de zelar pela boa seleção dos conteúdos e do método de ensino a ser utilizado. Chamou a atenção para que a organização dos estudos preliminares ou preparatórios para que o acesso ao nível superior tivesse o equilíbrio necessário para subsidiar o estudante na continuidade de sua instrução e que se evitasse o acúmulo de “discursos alheios” que apenas ocupariam espaço e produziriam fadiga no aluno. Realçou que as escolas que atuavam com método bem dirigido apresentavam bons resultados e os seus estudantes se desenvolviam com facilidade na aprendizagem das artes e das ciências (Cenáculo, 1791).

A crítica racional quanto à organização e o acesso aos estudos também contemplou a duração de cada etapa dele. Ao elaborar um curso o mestre deveria primar pela objetividade e utilidade do estudo para o aluno. Para o prelado o acesso, a permanência e o sucesso nas atividades escolares constituíam o cuidado com o tempo necessário para a integralização de cada nível de ensino.

A duração dos estudos não deveria ser aligeirada a ponto de não dar conta dos princípios básicos a que se destinava e nem estendida ao ponto de se tornar um emaranhado de matérias sem sentido útil. A economia nos estudos estava alinhada com os aspectos práticos do método científico, ele recomendava a existência de cursos de formação diversificada para atender às necessidades do Estado.

Outra parte desta prudência consiste em proporcionar os estudos aos talentos e aos diversos serviços que há em uma república, cujo bom regulamento pede ordem nos sujeitos havendo nela graduação de ofícios e por conseguinte de préstimos. Esta mesma prudência deve ser regulada para que não favoreça a preguiça, e nunca afrouxe a eficiência. [...] A fraqueza de algumas pessoas e a diversa educação de outras, desentendidas em novas erudições, não podem derogar a índole e a natureza de um estudo na constituição de seus fins essenciais (Cenáculo, 1791, p. 161).

Na obra *Cuidados Literários* ele evidenciou a sua concepção sobre a utilidade do ensino e sua aplicação na resolução dos problemas relativos à existência humana, pois só o estudo e o conhecimento da ciência em consonância com a dedicação e a virtude religiosa é que poderiam concretizar a renovação das ideias propostas pela modernidade.

A responsabilidade pela organização do ensino prático e útil estava a cargo do professor, que naquele período pertencia, em sua maior parte, ao meio clerical. O professor a quem se dirigiu era o teólogo, o padre das pequenas e grandes paróquias, que era o principal interlocutor entre a ciência e o povo. “Ele é orvalho em clima adulto, receba vigor dos mananciais puros, copiosos e inexoráveis, e regará com satisfação” (Cenáculo, 1791, p. 517).

O fato justifica sua preocupação em traçar o perfil do padre bem instruído, com a sistematização das matérias práticas de estudo, o uso do bom método de ensino e buscando nas Sagradas Escrituras a fonte para o conhecimento do mundo físico.

[...] mas se na Sagrada Escritura havemos posto exemplo e maior importância, o que nela é principal e particularmente buscado, isso há de ser o objeto de maiores cuidados e diligências. Se seu exame é nossa vocação, nela se detenha o clero com maior cuidado e desempenho (Cenáculo, 1791, p. 546).

Lembrou aos seus leitores que não bastava crer no poder de Deus e atribuir à sua vontade todas as fatalidades ou desigualdades existentes

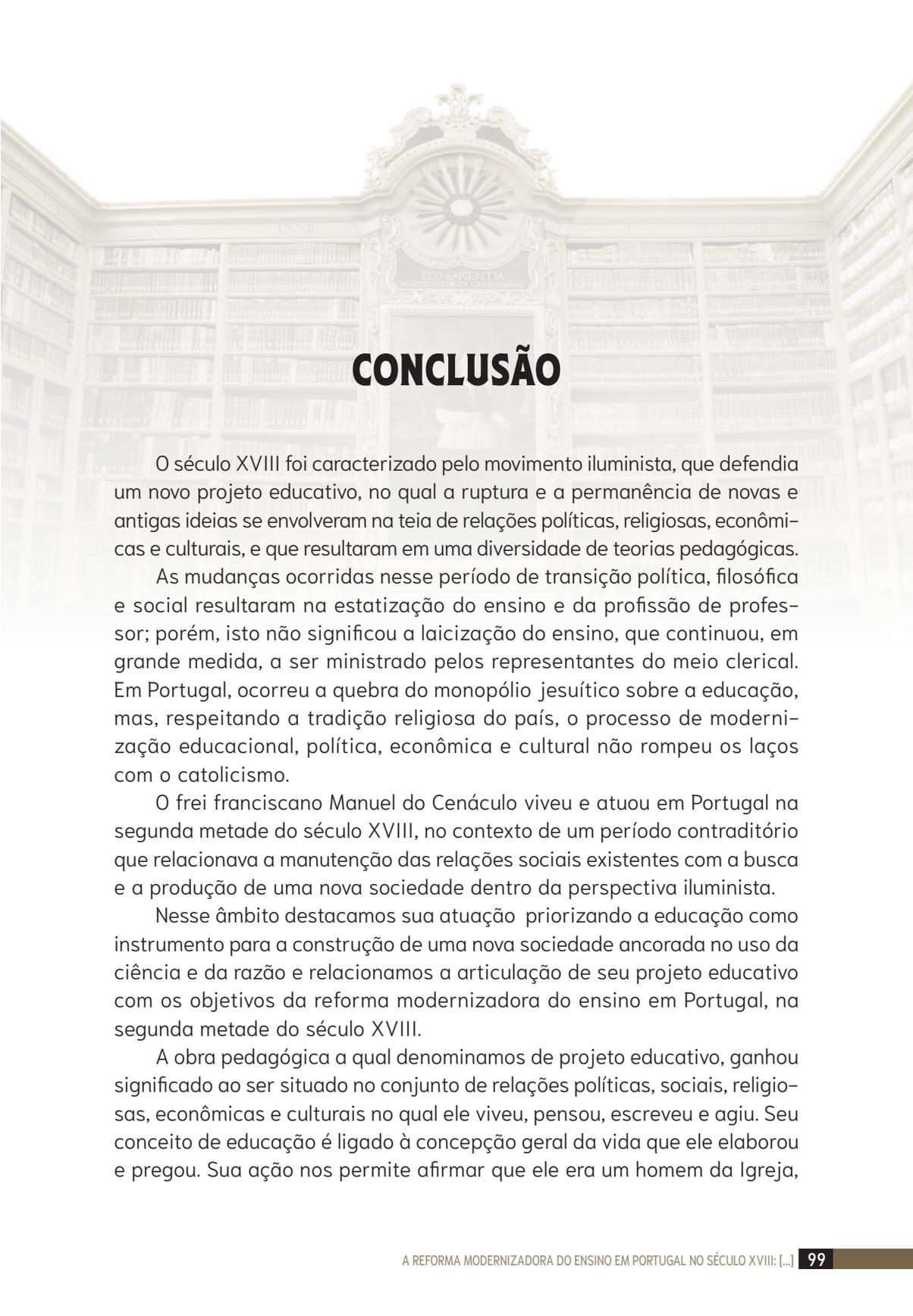
no convívio humano. Mostrou que era preciso cooperar com ele, agregando à crença em seus desígnios, os ensinamentos científicos que permitiriam analisar os fatos, iluminando o caminho com a verdade e eliminando as interpretações viciosas dos mistérios divinos.

A instrução do clérigo precisava ser a mais objetiva e ampla possível no que dizia respeito ao “sagrado” e as “letras humanas”, pois esta era a prerrogativa que o habilitava para ocupar o púlpito, para dar os ensinamentos de catequese e desmistificar os mistérios divinos.

Dom Frei Manuel do Cenáculo orientou a busca do equilíbrio e da moderação na interpretação dos fenômenos naturais e espirituais. Criticou os extremos da credulidade e da dúvida imperiosa, ressaltou a necessidade de unir a filosofia natural e racional com a teologia para evitar o radicalismo e o afastamento dos fiéis por ignorância da bondade de Deus, que no seu imaginário “é capaz de mudar o branco para preto” (Cenáculo, 1791, p. 359).

Somente um padre bem formado e cômico de sua missão em contribuir para a melhoria das condições de vida prática e espiritual do homem poderia, segundo ele, intervir de maneira auspiciosa na iluminação da relação dinâmica entre a razão, a ciência e a fé. Dentro de seu catolicismo adaptado à influência iluminista ele propôs um cristianismo ativo que, pela palavra e pela ação, procurou afastar os extremismos do mau uso da escolástica e da metafísica, visando alinhar as exigências dogmáticas com a necessidade de modernizar e dinamizar a formação cultural da nação portuguesa no final do século XVIII.

Suas ideias científicas estavam fundamentadas no contexto do movimento iluminista, haja vista a importância que ele emprestou à ciência, à história e à física como instrumentos fundamentais para transformar a realidade. Registrou sua posição de homem da Igreja em face de uma sociedade em transição. Suas obras e suas pastorais expressavam a convicção de que a evangelização pode perfeitamente ser acompanhada de um trabalho de alfabetização, de educação e de desenvolvimento cultural.



CONCLUSÃO

O século XVIII foi caracterizado pelo movimento iluminista, que defendia um novo projeto educativo, no qual a ruptura e a permanência de novas e antigas ideias se envolveram na teia de relações políticas, religiosas, econômicas e culturais, e que resultaram em uma diversidade de teorias pedagógicas.

As mudanças ocorridas nesse período de transição política, filosófica e social resultaram na estatização do ensino e da profissão de professor; porém, isto não significou a laicização do ensino, que continuou, em grande medida, a ser ministrado pelos representantes do meio clerical. Em Portugal, ocorreu a quebra do monopólio jesuítico sobre a educação, mas, respeitando a tradição religiosa do país, o processo de modernização educacional, política, econômica e cultural não rompeu os laços com o catolicismo.

O frei franciscano Manuel do Cenáculo viveu e atuou em Portugal na segunda metade do século XVIII, no contexto de um período contraditório que relacionava a manutenção das relações sociais existentes com a busca e a produção de uma nova sociedade dentro da perspectiva iluminista.

Nesse âmbito destacamos sua atuação priorizando a educação como instrumento para a construção de uma nova sociedade ancorada no uso da ciência e da razão e relacionamos a articulação de seu projeto educativo com os objetivos da reforma modernizadora do ensino em Portugal, na segunda metade do século XVIII.

A obra pedagógica a qual denominamos de projeto educativo, ganhou significado ao ser situado no conjunto de relações políticas, sociais, religiosas, econômicas e culturais no qual ele viveu, pensou, escreveu e agiu. Seu conceito de educação é ligado à concepção geral da vida que ele elaborou e pregou. Sua ação nos permite afirmar que ele era um homem da Igreja,

que expressou uma consciência histórica em um período de crise, de transição e de transformação.

Subsidiado pela experiência vivida com a Reforma dos Estudos da Ordem em 1769 e pela atuação no contexto da Reforma dos Estudos Menores e dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772, Cenáculo transformou a diocese de Beja em um centro de formação clerical de destaque, para o qual acorreram estudantes de várias regiões de Portugal e de outros países, inclusive do Brasil.

Dom Frei Manuel do Cenáculo, seguindo os preceitos que o identificam como representante do iluminismo em Portugal, revelou uma atitude metódica e organizada ao produzir e difundir o seu conhecimento, atitude que nos leva a verificar uma semelhança entre suas ideias e o pensamento iluminista na defesa da função social do conhecimento, da ciência e da razão, como eixos norteadores de uma nova organização da sociedade.

A discussão sobre o novo perfil de homem e de sociedade que se pretendia formar a partir do movimento reformador foi permeada pela questão do método de ensino, centrado no critério do útil e no aperfeiçoamento da técnica como recurso básico para o aprimoramento das relações de produção subsidiada pela mentalidade científica.

A obra Cuidados Literários apresenta sua reflexão sobre questões epistemológicas que fundamentaram sua concepção de ensino. Ele não era um intelectual isolado em seu universo teórico. No desenvolvimento de seu trabalho como assistente do poder real ou como eclesiástico, procurou dar utilidade ao conhecimento, pondo em prática os princípios teóricos que defendia em seu discurso modernizador. Esse detalhe o diferenciou dos demais reformadores de seu período histórico, Cenáculo era um erudito e também um homem de ação.

A necessidade de adequar o ensino para atender à necessidade de superação do atraso cultural e científico de Portugal permitiu a ele desenvolver sua ação pedagógica, expressando um degrau a mais na modernização da instrução em Portugal. Ao graduar o ensino seguindo as possibilidades dos alunos e ministrado na língua nacional, Cenáculo abriu o acesso aos estudos para uma parcela da população que até aquele momento era excluída da escola.

Ao defender a utilidade do conhecimento e o uso de um bom método de ensino com base científica, refutando a educação feita com base no método escolástico, o prelado organizou um sistema articulado de ensino que abrangia todos os níveis da instrução, assim como dispensou também atenção ao contexto da vida diária do povo português e à necessidade

de medidas educativas que, aliados à alfabetização, traria melhoria nas condições de saúde, economia e no melhor uso da terra.

Seu projeto educativo assumiu significado político pedagógico e estava alinhado com o modelo de instrução preconizado pela reforma modernizadora da educação portuguesa implantada pelo Marquês de Pombal.

O caráter reformador de influência iluminista do prelado estava evidenciado na sua atuação política e pastoral, na qual ele orientou e viabilizou a concretização de ações que pudessem melhorar as relações sociais e culturais do reino português pela via educacional. Para isso era necessário assumir a linha de frente, adequar e concretizar o discurso, dar exemplos de como elaborar e desenvolver atividades que ao mesmo tempo fossem modernizadoras, mas que não ultrapassassem o limite de atuação do Estado e da Igreja.

No desempenho de sua carreira episcopal e atuação junto ao poder político durante o reinado de D. José I, escreveu manuais e instruções pastorais que deram sustentação teórica ao seu projeto educativo. Ele primou por fundamentar seu pensamento pedagógico com a citação de fontes, nas quais ele havia buscado os princípios teóricos que justificavam suas opções metodológicas e epistemológicas.

A análise da obra *Cuidados Literários* evidenciou que seu autor não seguia modismos, apesar da aparência contraditória das múltiplas facetas de sua atividade, sua obra revela que ele era possuidor de um espírito preocupado com o valor da educação para o desenvolvimento do Estado.

O estudo de seu projeto educativo nos possibilita sublinhar a atividade reformadora de Dom Frei Manuel do Cenáculo em duas fases: na primeira desponta a iniciativa pedagógica de reformar os estudos da Ordem Franciscana, que serviu de base para sua ação política e pedagógica na assessoria às reformas da instrução pública durante o reinado de D. José I e do seu secretário de estado do reino Sebastião Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Sua proposta de mudança girava em torno de um ideal de solidariedade e de tolerância, as ações de instrução e de educação de sentido amplo que contribuiriam para a melhoria da vida coletiva, eliminando os efeitos negativos da ignorância que poderiam naquele momento, favorecer o progresso do reino português.

Sua ação era político-pedagógica, para ele o caminho para atingir os objetivos de seu projeto educativo era composto pela renovação do método, do conteúdo, da melhoria da relação entre professor e aluno e da formação integral do professor.

A análise do projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo evidenciou duas dimensões: uma didático-metodológica e outra ligada à utilidade prática e literária do conhecimento. A dimensão didático-metodológica abrangeu as questões pertinentes ao método, aos conteúdos e em como a formação do professor deveria ser organizada, com vistas a um preparo teórico, científico e técnico para que ele pudesse realizar com êxito seu trabalho. Essa perspectiva de formação era um dos pontos que ligavam o prelado ao ideário educativo do iluminismo e articulava seu projeto educativo com as exigências do novo contexto científico e cultural da sociedade burguesa emergente, na segunda metade do século XVIII em Portugal.

A prática pedagógica, o como ensinar, o para quem ensinar, o que ensinar e para quem ensinar, foram temas de debate dos teóricos iluministas em toda a Europa. Em Portugal esse debate foi mais acirrado durante o período das reformas pombalinas da instrução pública, no qual o principal foco era o combate ao método escolástico que caracterizava o ensino jesuítico.

O debate sobre o método foi um dos temas que Dom Frei Manuel do Cenáculo dispensou atenção nos seus escritos pedagógicos, pois para ele o como ensinar estava diretamente ligado aos resultados a serem obtidos com o estudo das matérias; naquele momento histórico ele entendeu ser primordial manter uma linha de ação que pudesse garantir a permanência dos valores cristãos da tradição católica em solo português, em consonância com a utilidade do ensino para o desenvolvimento cultural e científico do reino.

Ao propor o uso de um método de ensino que orientava sempre partir do mais simples para o mais complexo, ele estava dizendo que naquele momento histórico era necessário retornar à natureza das coisas, e com o auxílio do método científico, esclarecer a verdade existente em cada uma delas, sem precisar com isso negar a existência de Deus e sua bondade para com o homem.

A função desse novo método era vencer a ignorância, iluminando os caminhos do novo modo de pensar e de produzir os bens necessários ao bem estar da sociedade. Para garantir que esse caminho fosse devidamente trilhado, havia a necessidade de acompanhamento, disciplina e regras para bem orientar os estudantes, os professores, o clero e o povo em geral no uso do conhecimento e no cumprimento de suas obrigações para com o reino e para com Deus.

Para que o processo de mudança e adequação do ensino fosse efetivado, ele destacou a importância da abertura e do reconhecimento

das diferenças no planejamento das aulas, na organização dos conteúdos e adequação do método de ensino. Nesse sentido era necessária a formação de bons professores. Era tarefa fundamental do trabalho deles a aplicação do novo método, a seleção de livros, a organização e a articulação dos conteúdos, o acompanhamento de todos os alunos em suas dificuldades e avanços. Seu ofício contemplava o saber dirigir uma aula com responsabilidade, atenção e disciplina.

Numa visão de formação consistente do professor, o prelado procurou dispor de meios que pudessem viabilizar o aprofundamento teórico e oferecer uma diversidade de recursos didáticos com livre acesso ao estudante. Ao financiar, equipar e abrir bibliotecas públicas, com laboratórios e museus dotados de coleções das mais variadas áreas de estudos, oferecia o suporte técnico necessário ao estudo que nem sempre estava ao alcance do aluno.

A utilidade prática e literária do conhecimento que Dom Frei Manuel do Cenáculo engendrou na sua atuação política e pastoral, registrada nos seus escritos pedagógicos, indicou seu entendimento de que a educação era um processo cultural e que deveria ser organizado e sistematizado para auxiliar na formação da consciência do indivíduo. Suas ideias de modernização da sociedade e de inovação técnica e científica não refutavam a tradição e o saber acumulado. Orientava para a busca de atualização literária que, unida aos bons conceitos já comprovados, pudessem complementar o conhecimento do útil e do produtivo para a sociedade. Em suas obras pedagógicas e no *Cuidados Literários*, defendeu o uso do bom método de ensino e expressou com objetividade sua crítica moderada à escolástica e seu ecletismo filosófico, destacando sempre a necessidade de se conhecer o “bom” e o “mau” gosto literário para que de ambos fosse retirado aquilo que fosse útil para o aprofundamento do conhecimento e o encontro da verdade.

Os pilares que fundamentaram a utilidade prática e literária do projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo foram: a conexão entre educação e participação ativa na vida social, o privilégio dado aos conteúdos e ao método pragmaticamente úteis à instrução, a ligação desta última com a experiência real de conhecimento e intervenção nos fatos da natureza e da sociedade, a atenção para com a formação ético-intelectual daqueles que iriam com seu trabalho e sua assistência caritativa ajudar a promover o bem estar e o desenvolvimento do reino.

Ao defender o uso de um método de ensino que permitia ao aluno observar, experimentar e dialogar com o professor e demais alunos sobre

as possíveis respostas encontradas no seu estudo, Dom Frei Manuel do Cenáculo promoveu uma mudança metodológica e didática com relação à tradição pedagógica escolástica representada em Portugal pelo ensino ministrado pelos jesuítas até 1759.

A ação pedagógica do prelado, demonstra o movimento dialético que caracterizou todo seu projeto educativo, ao mesmo tempo em que criticou a forma como o método escolástico era utilizado pelos jesuítas, ele afirmou que em alguns casos a escolástica era útil para o aprofundamento das questões metafísicas, porém sempre retomou a objetividade e a utilidade do método como elementos essenciais para a busca da verdade das coisas. Essa busca passava necessariamente pela educação. Sua crítica centrou-se na questão do afastamento entre a teoria e prática que os estudos feitos com o mau uso da escolástica, disseminado nas escolas jesuíticas portuguesas, provocaram a desaceleração do desenvolvimento científico, cultural e econômico que Portugal havia conhecido no século XV.

O projeto educativo do reformador franciscano expressou a sua modernização ao propor uma intervenção social e econômica pela via da educação baseada no uso da ciência e da razão. Ele era um representante do catolicismo português e adaptou as ideias iluministas às necessidades da política desenvolvimentista portuguesa, sem estabelecer mudanças radicais na estrutura dos grupos sociais e na tradição católica do reino. Ele se manteve fiel aos princípios de sua formação franciscana, sua disposição era em ajudar a modernizar seu país sem provocar mudanças revolucionárias, mas sim, mantendo a ordem, o respeito ao rei e ao Estado e cultivar os preceitos da religião revelada com tolerância, livre das superstições e perseguições.

O posicionamento político e pedagógico de Dom Frei Manuel do Cenáculo o situou no contexto das ideias modernas do iluminismo, inclusive naquilo que o movimento expressou de contraditório. Sua adaptação, inquietação e sensibilidade no pensar e no agir demonstrou sua percepção da necessidade de mudança articulada com as peculiaridades do movimento reformador português, pois havia em seu projeto o movimento de busca e preservação da iluminação da ciência e da razão conciliadas com a fé na religião revelada.

Ao difundir as artes, a ciência, a educação e a religião revelada, Dom Frei Manuel do Cenáculo realçou sua ligação com o humanismo e o iluminismo e essa conexão ficou evidenciada na obra Cuidados Literários, quando retomou o debate sobre a dignidade do homem, a tolerância religiosa, o combate à miséria e à fome pela via da educação e da caridade entre os cristãos.

Para o clero, ele fixou um programa de formação inicial e continuada que incluía os estudos à distância, subsidiada pela abertura de bibliotecas públicas, com laboratórios, museus e um sistema de empréstimo de livros. Para instruir o povo, organizou a formação de grupos de jovens que percorriam a diocese para ministrar a catequese e ajudar os párocos nas atividades de atendimento do povo quanto às suas necessidades práticas voltadas ao trabalho e à vida diária.

A caridade, a tolerância e a solidariedade foram os fatores de motivação utilizados pelo prelado para desenvolver uma dinâmica de auxílio mútuo que promovesse o progresso cultural qualificando sua relação com a natureza mas sem afastar o homem da crença em Deus.

A reforma pedagógica de Dom Frei Manuel do Cenáculo deu impulso prático e se utilizou da força política para a programação de um novo sistema de formação de professores em Portugal, na segunda metade do século XVIII, voltada, ao mesmo tempo, para a utilidade social da instrução, como também para garantir a manutenção dos princípios religiosos que não deveriam segundo ele, ser abandonados com a modernização cultural.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ADÃO, Áurea. **Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as escolas régias (1772-1794)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo. In: _____ (coord.). **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000..
- ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a *Ratio Studiorum*. **Revista Acta Scientiarum**, Maringá, v. 22, n. 1, p. 181-187, 2000.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. O “terremoto” provocado por Sebastião José de Carvalho na América portuguesa. **Revista Lusitânia Sacra**, Lisboa, v. 2, n. 18, 2006.
- BOTO, Carlota. O iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 169-189, janeiro/junho, 1996.
- CABRAL, Maria Luísa. **D. Manuel do Cenáculo um iluminista católico**. [S.l.: s.n., s.d.] Disponível em: <http://dererumundi.blogspot.com/2010/03/d-manuel-do-cenaculo-um-iluminista.html>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- CAEIRO, Francisco da Gama. **Frei Manuel do Cenáculo: aspectos de sua atuação filosófica**. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1959.
- CALAFATE, Pedro. Ética, política e sociedade. **História do pensamento filosófico português**. Lisboa: Caminho, 2001, v. 3 – As Luzes.
- CALAFATE, Pedro. Natureza, homem e Deus. **História do pensamento filosófico português**. Lisboa: Caminho, 2001, v. 3 – As Luzes.
- CALAFATE, Pedro. **A ideia de natureza no século XVIII em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.
- CASTRO, ZÍLIA OSÓRIO. Catolicismo e sociedade na época moderna: o terremoto de 1755. **Lusitana Sacra, Revista do Cento de Estudos de História Religiosa**, Lisboa, v. 2, n. 18, p. 353-372, 2006. Disponível em: books.google.com.br/books?isbn=9728361246. Acesso em: 16 mar. 2014.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: EdUSP. 1978.
- CARVALHO, Rómulo. **História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do Regime Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

- CENÁCULO, Manuel do. (D. Frei). **Memórias históricas e appendix segundo à quarta disposição da colecção das disposições do superior provincial, para observância, e estudos da congregação da Ordem Terceira de S. Francisco.** Lisboa: Regia Oficina Typografica, 1794. Tomo 2. Com Licença da Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros..
- CENÁCULO, Manuel do. (D. Frei). **Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça de seu Bispado.** Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1791.
- CENÁCULO, Manuel do. (D. Frei). **Disposições do superior provincial para a observância regular, e literária da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco destes reinos.** Lisboa: Regia OfficinaTypografica, 1769-1770. Tomo I. Com licença da Meza da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros.
- CENÁCULO, Manuel do. (D. Frei). **Instrução Pastoral do excelentíssimo e reverendíssimo Bispo de Béja sobre os estudos fysicos do seu clero.** Lisboa: Regia OfficinaTypografica, 1786.
- CENÁCULO, Manuel do. (D. Frei). **Instrução Pastoral do excelentíssimo e reverendíssimo Bispo de Béja sobre a confiança na Divina Providência.** Lisboa: Regia OfficinaTypografica, 1786.
- CENÁCULO, Manuel do. (D. Frei). **Pastoral de 1811.** Códices CXXXIX/1-4; CXXIX1/17; CXXXIX/1.7; XXVIII2-9. Évora: Biblioteca Pública de Évora, 1811..
- CONCEIÇÃO, Miguel. Compreender a palavra “Tradição”. **Revista Sabedoria Perene**, Lisboa, n. 1, p. 71-74, jun. 2009,
- FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina** (política, economia e monarquia ilustrada). 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- FERNANDES, Rogério. **O pensamento pedagógico em Portugal.** Lisboa: Instituto de Cultura e Línguas Portuguesa, 1978.
- FORTES, Luiz R. Salinas. **O iluminismo e os reis filósofos.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FRANCO, José Eduardo. O Terremoto pombalino e a campanha de desjesuitação. **Lusitania Sacra, Revista do Cento de Estudos de História Religiosa**, Lisboa, v. 2, n. 18, p. 147-218, 2006. Disponível em books.google.com.br/books?isbn=9728361246. Acesso em: 16 mar. 2014.
- GADOTTI. Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GANHO, Maria de Lourdes Sirga do. O Pedagogismo reformista de Frei Manuel do Cenáculo. **Revista Portuguesa de Filosofia**, Porto, v. 40, n. 4, p. 419-440, out.-dez., 1984,

- HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do Poder. *In: História de Portugal: o antigo regime (1620–1807)*. Lisboa: Estampa, 1998, v. 4, p. 113–140.
- HUBERT, René. **História da pedagogia**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967.
- IRIARTE, Lázaro, O. F. M. Cap. **História Franciscana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LEITÃO, Henrique; FRANCO, José Eduardo (orgs.). **Jesuítas, ciências e cultura no Portugal moderno**: obra selecionada de Pe. João Pereira Gomes, S. J. Lisboa: Esfera do Caos, 2012.
- LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1963.
- MACEDO, José Borges. **O Marquês de Pombal**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- MARAVALL, José Antonio. Los limites estamentales de la educación em el pensamiento ilustrado. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 8, p. 123–144, 1986.
- MARCADÉ, Jacques. **Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas: Évêque de Beja, Archevêque D'Evora (1770–1814)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- MATTOSO, José. **História de Portugal: o antigo regime (1620–1807)**. Lisboa: Estampa, 1998, v. 4.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MONGELLI, Lênia Márcia (org). **Trivium e Quadrivium: as artes liberais na idade média**. Cotia: Íbis, 1999.
- MONROE, Paul. **História da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- OLIVEIRA, Márcia Carolina Ferreira de. **Bibliofilia em Portugal no início da época contemporânea: o exemplo de D. Frei Manuel do Cenáculo**. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação e da Documentação) – Universidade de Évora. Évora, 2012. 2 v.
- PEREZ, Jose Luis Soto. **Arabismo e ilustracion: correspondência literária (1791–1803) de Frei José Antonio Banqueri com Don Frei Manuel del Cenáculo Vilas Boas, o Bispo de Beja y Arzobispo de Évora**. Oviedo: Universidade de Oviedo, 1985. Anejos del boces XVIII – 3.
- REMA, Henrique Pinto, OFM. Implantação do franciscanismo em Portugal. **Revista Itinerarium**, Lisboa, ano 5, n. 1, 181–183, jan.–dez., 2005.
- RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Luis António Verney e o projeto pedagógico modernizador do reino português: uma análise do Verdadeiro**

Método de Estudar (1746). 247 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

RUDÉ, Georges. **A Europa no século XVIII: a aristocracia e o desafio burguês**. Lisboa: Gradiva, 1988.

SANTOS, Maria Helena C. Poder, intelectuais e contra-poder. *In*: _____ (Coord.). **POMBAL REVISITADO, COMUNICAÇÕES AO COLÓQUIO INTERNACIONAL ORGANIZADO PELA COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES DO 2º CENTENÁRIO DA MORTE DO MARQUÊS DE POMBAL**, 1. Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: Estampa, 1984.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SÉRGIO, António. **Breve interpretação da história de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

SOUZA, Roberto Acízelo. Belas Letras: ascensão e queda. **Matraga, estudos linguísticos e literários**. Rio de Janeiro, v. 15, p. 85–95, jan.–dez. 2003. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras. Disponível em: www.pglettras.uerj/matraca/matraca15/matraca15a10. Acesso em: 14 abr. 2014.

VAZ, Francisco António L. O antijesuitismo em matéria pedagógica: uma questão de “bom gosto” na segunda metade do século XVIII. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL ORGANIZADO PELA SOCIEDADE PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII, 10., 1997, Lisboa. **Anais [...]** [S.l.: s.n., s.d.].

VAZ, Francisco António L. **Instrução e economia: as ideias econômicas no discurso da ilustração portuguesa (1746–1820)**. Lisboa: Colibri, 2002.

VAZ, Francisco António L. **D. Frei Manuel do Cenáculo: Instruções pastorais, projectos de bibliotecas e Diário**. Porto: Porto, 2009.

VAZ, Francisco António L. **Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo: repertório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2009.

VAZ, Francisco António L. Em Beja com os olhos no mundo: o papel dos meios de informação no episcopado de Frei Manuel do Cenáculo. *In*: FONSECA, Teresa; FONSECA, Jorge (orgs.). **O Alentejo entre o Antigo Regime e a Regeneração: mudanças e permanências/ Colóquio**. Lisboa: Colibri; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS-EU), 2011.

VENTURI, Franco. **Utopia e reforma no iluminismo**. Bauru: EdUSC, 2003.

SOBRE A AUTORA



CÁSSIA REGINA DIAS PEREIRA é Doutora em Educação (Área de Concentração: História e Historiografia da Educação) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Mestre em Educação (Área de Concentração: Educação Escolar) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Especialista em Educação Especial. Graduada em Pedagogia

pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. Professora Adjunta do Colegiado do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – campus de Paranavaí, do qual é membro do NDE e já foi Coordenadora e Chefe de Departamento em vários períodos. É pesquisadora participante do Grupo de Pesquisa sobre Política, Religião e Educação na Modernidade; do Grupo de Pesquisa em Educação e Ensino na Medievalidade, Modernidade e Contemporaneidade (GPEMC), e da Rede Internacional de Estudos Franciscanos no Brasil. Área de pesquisa se concentra nas ciências humanas, educação, história e intelectuais da educação. Membro do Comitê de Ética da UNESPAR. Chefe da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação da UNESPAR campus de Paranavaí. Foi pedagoga da rede estadual de educação básica de 1994 até 2018. Sua experiência profissional abrange a Educação Básica e o Ensino Superior. Sua atuação abrange as áreas de história da educação, organização do trabalho pedagógico e gestão escolar, metodologia de pesquisa, formação

de professores, estágio supervisionado e formação continuada em cursos de extensão e especialização. Em eventos científicos: participa, apresenta trabalhos, faz palestras, mediação de mesas, comissão organizadora e científica. Publica em periódicos nacionais e internacionais, capítulos de livro, tem dois organizados e publicados. Oriento trabalhos de iniciação científica, conclusão de curso de graduação e cooriento dissertação de mestrado. Participo de bancas de qualificação e defesa de mestrado e doutorado, já coordenei projetos de extensão e ensino financiados por agência de fomento PIBID/CNPq e Universidade sem fronteiras/Fundação Araucária.

Neste livro, intenciono provocar o leitor a realizar uma releitura da história da educação, levando-o a rememorar dados, esquecidos durante a caminhada dos estudos. Por esta razão, é essencial termos um livro que conte a história criando seu próprio discursivo, gerando, possibilidades para que os leitores formem e transformem estas opiniões a fim de entender as concepções de mundo, de sociedade, de cultura e, sobretudo, de educação na dinâmica das relações sociais do contexto histórico.

Este livro foi composto com as famílias das fontes
Alegreya Sans e Steelfish
Feito no Brasil - 2024

O livro *A Reforma Modernizadora do Ensino em Portugal no Século XVIII: a contribuição de Dom Frei Manuel do Cenáculo* apresenta aos leitores o resultado do exercício de pesquisa de Cássia Regina Dias Pereira no Doutorado em Educação. Para ocasião, Pereira aprofundou-se nos estudos da História da Educação, propondo-se discutir as ações dos intelectuais religiosos no âmbito do ensino e formação docente. Neste livro, a autora, traduz neste espaço enunciativo, o cuidado com as mudanças, as diferenças, as semelhanças e as permanências para compor um cenário narrativo que revele como as reformas modernizadoras do ensino em Portugal, ocorridas na segunda metade do século XVIII, influenciaram os rumos da educação do Brasil enquanto colônia. O leitor é convidado visitar o passado para compreender a dinâmica social, política e econômica do Brasil Colônia. Pereira brinda seus leitores com um exercício de leitura direcionando-os para uma tomada de decisão, gerando, novos valores no espaço, no tempo.

Prof. Dr. Jonathas de Paula Chaguri

Professor do Programa de Pós-graduação em Educação
Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte (UPE)

